

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE LETRAS

FERNANDA DE MARCHI

**O PROCESSO INFERENCIAL DA LINGUAGEM POLITICAMENTE
INCORRETA NA WEB 2.0: UMA ABORDAGEM EM INTERFACES**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção
do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação da
Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade do Rio
Grande do Sul

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa

Porto Alegre
2013

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

M317p Marchi, Fernanda de

O processo inferencial da linguagem politicamente incorreta na Web 2.0 : uma abordagem em interfaces / Fernanda de Marchi. – Porto Alegre, 2013.

101 f.

Diss. (Mestrado) – Fac. de Letras, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Campos da Costa.

1. Linguística. 2. Interfaces. 3. Diálogo – Análise.
4. Inferência. 5. Web. I. Costa, Jorge Campos da. II. Título.

CDD 410

Bibliotecária Responsável: Dênira Remedi – CRB 10/1779

FERNANDA DE MARCHI

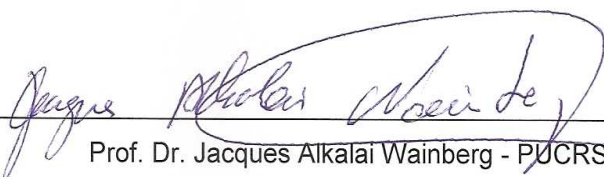
**O PROCESSO INFERENCIAL DA LINGUAGEM
POLITICAMENTE INCORRETA NA WEB 2.0: UMA
ABORDAGEM EM INTERFACES**

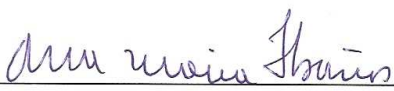
Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em 09 de janeiro de 2013

BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Jorge Campos da Costa - PUCRS


Prof. Dr. Jacques Alkalai Wainberg - PUCRS


Profa. Dra. Ana Maria Tramunt Ibaños - PUCRS

AGRADECIMENTOS

Ao professor Jorge Campos pela orientação e pelos diálogos, que foram de fundamental importância para minha formação ao longo do mestrado.

Aos professores da FALE, em especial à professora Ana Ibaños pelas observações e sugestões na qualificação, e à professora Cristina Perna pelo apoio e incentivo.

Aos meus colegas de mestrado, pelo companheirismo nesses dois anos.

Aos meus familiares, em especial à minha mãe e meu padrasto, que mesmo longe, estiveram sempre presentes nessa jornada.

Ao meu namorado e meus amigos pelo apoio e compreensão.

RESUMO

O objeto teórico deste trabalho é o processo inferencial da linguagem politicamente incorreta em diálogos na Internet. Este trabalho tem como objetivo descrever as propriedades desse objeto e avaliar a potencialidade de teorias inferenciais para analisá-lo. Para tanto, uma abordagem em interfaces é utilizada, seguindo a Metateoria das Interfaces (COSTA, 2007) e adotando uma perspectiva Linguística cognitiva-comunicativa e uma interface entre a Semântica e a Pragmática. Neste trabalho, as inferências em linguagem natural são investigadas, portanto uma descrição de teorias inferencialistas como a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), bem como as propostas de Costa (2008), Levinson (2000) e Sperber & Wilson (1996) são descritas e discutidas. Ao propor que o processo inferencial ocorre em trocas comunicativas, ou diálogos, as teorias sobre o diálogo de Bohm (1996), Walton (1989) e Costa (2011) são apresentadas, e uma vez que os diálogos ocorrem em ambiente virtual, características da comunicação virtual são apresentadas. Nesse ambiente, assuntos polêmicos geram inúmeros diálogos, onde linguagem considerada politicamente incorreta ocorre. Conceitos sobre tal linguagem são apresentados, seguindo autores como Lakoff (2000), Rajagopalan (2000) e Hornsby (2001), para então chegar à análise. Foi possível concluir que uma abordagem em interfaces é mais eficaz para lidar com as complexidades das inferências que ocorrem na linguagem politicamente incorreta.

Palavras-chave: Inferência. Interface. Politicamente Incorreto. Diálogos. Web.

ABSTRACT

The research object of this paper is the inferential processing of politically incorrect language on the Internet. The aims of this paper are to describe the properties of the object and to evaluate inferential theories' capacity to deal with it. In order to do so, an interdisciplinary approach is used, based on the Metatheory of Interfaces (COSTA, 2007). This paper is in a linguistic-cognitive-communicative perspective, as well as in a Semantics/Pragmatics interface. Inferences in natural language were investigated in this paper, therefore the inferential theories such as Grice's Implicature Theory (1975) were described and discussed, as well as the theories by Costa (2008), Levinson (2000) and Sperber & Wilson (1996). Since the notion of inference as occurring in dialogues is assumed, theories of Dialogue by Bohm (1996), Walton (1989) and Costa (2011) were presented, as well as characteristics of dialogues in virtual environments. Controversial topics are frequent on the Internet and bring about conversations and discussions that present language that is considered to be politically incorrect. Thus, notions on such language are presented, based on authors such as Lakoff (2000), Rajagopalan (2000) and Hornsby (2001). This theoretical framework leads this paper into the analysis, where it was possible to reason out that an interface approach is more effective to cope with the complexities of the inferences that occur in the politically incorrect language.

Keywords: Inference. Interface. Politically Incorrect. Dialogue. Web.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 UMA ABORDAGEM TEÓRICA EM INTERFACES	12
1.1 METATEORIA DAS INTERFACES.....	12
1.2 INTERFACES INTERNAS E EXTERNAS.....	15
1.3 INTERFACE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA.....	18
1.4 A INFERÊNCIA NAS INTERFACES.....	23
2 TEORIAS INFERENCIALISTAS	28
2.1 GRICE E A TEORIA DAS IMPLICATURAS.....	28
2.2 COSTA E O MODELO AMPLIADO DE GRICE.....	37
2.3 LEVINSON E A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS	44
2.4 SPERBER & WILSON E A TEORIA DA RELEVÂNCIA.....	50
2.5 COMENTÁRIOS SOBRE AS TEORIAS.....	58
3 O DIÁLOGO NA WEB 2.0: UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM POLITICAMENTE INCORRETA	62
3.1 TEORIAS SOBRE O DIÁLOGO.....	62
3.2 SOBRE OS DIÁLOGOS DA WEB 2.0.....	68
3.3 SOBRE A LINGUAGEM POLITICAMENTE INCORRETA.....	72
3.4 ILUSTRAÇÃO DO PROCESSO INFERENCIAL DO DIÁLOGO POLÊMICO EM AMBIENTE VIRTUAL.....	79
CONCLUSÃO	94
REFERÊNCIAS	98

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, pretendemos abordar os processos inferenciais que ocorrem na compreensão da linguagem politicamente incorreta, que ocorre em debates e diálogos sobre temas considerados polêmicos. Os diálogos em questão serão analisados dentro de um ambiente virtual, ou seja, nas redes sociais e *blogs* da Web 2.0. Para tanto, será adotada uma metodologia de interfaces, baseada na Metateoria das Interfaces (Costa, 2007), que postula que o objeto teórico é construído em interfaces, ou intersecções entre áreas do conhecimento. O objeto deste trabalho, o processo inferencial da linguagem politicamente incorreta, é construído em uma interface externa entre a Linguística e as Ciências Sócio-comunicativas, e em uma interface interna entre a Semântica e a Pragmática. A linguagem do politicamente incorreto, ou seja, uma linguagem polêmica, que envolve uso de palavras ou expressões consideradas discriminatórias por grupos minoritários, gera interpretações divergentes na maioria dos casos. Para melhor compreender como os usuários da Web 2.0, ao dialogarem sobre temas considerados polêmicos tais como racismo, homofobia e machismo, escolhem interpretações diferentes, é necessário uma abordagem inferencial para o problema em questão.

A investigação do fenômeno inferencial teve início com a Lógica, que considerou a inferência um processo no qual premissas assumidas como verdadeiras devem levar à uma conclusão verdadeira através de cálculos dedutivos, independentes de conteúdo. No entanto, as inferências em linguagem natural, dependem do conteúdo semântico dos enunciados, bem como do contexto comunicativo em que ocorrem, podem ser canceladas, ao contrário das inferências da Lógica. Grice foi um dos teóricos que se dedicou ao estudo das inferências em linguagem natural, desenvolvendo a Teoria das Implicaturas (1975). Além dessa teoria, neste trabalho abordamos também teorias chamadas de neo e pós-griceanas, que apresentam em comum com Grice o processo inferencial em trocas comunicativas que envolvem intenções, contexto comunicativo, conhecimento de mundo e interpretação além do conteúdo semântico dos enunciados.

Uma vez que as inferências ocorrem em trocas comunicativas, o diálogo parece ser o lugar onde esse processo pode ser mais bem observado, uma vez que o diálogo pode ser definido como uma troca comunicativa entre dois ou mais interlocutores, apresentando diferentes objetivos e intenções por parte dos interlocutores. Além disso, o diálogo pode ocorrer pessoalmente ou ser mediado, e com o advento da Internet, cada vez mais pessoas se

conectam e conversam entre si através de ferramentas da Web como e-mails, *chats* e redes sociais. O diálogo, nesse ambiente virtual, pode apresentar características peculiares que merecem ser teoricamente investigadas, pois são diferentes dos diálogos que ocorrem pessoalmente. Além do mais, nesse contexto de diálogos na Web, os internautas procuram posicionar-se sobre os mais diversos tópicos, seja em seus perfis de redes sociais como o Facebook ou Twitter, juntamente com sua rede de amigos, ou postando comentários sobre conteúdo publicado na Web, dividindo espaço com desconhecidos. Alguns tópicos desses diálogos parecem gerar comentários mais divergentes, nos quais um grupo de internautas concorda com o *post* (conteúdo publicado na Web), ao passo que outros apresentam uma opinião contrária. Dentre esse tópicos que geram polêmica, estão assuntos relacionados ao que se chama de *politicamente correto*, que se trata de um movimento que luta contra a discriminação de grupos vítimas de preconceito, como é o caso dos negros e homossexuais, por exemplo. Diálogos sobre esses temas podem gerar o que é assumido neste trabalho como *linguagem politicamente incorreta*, que consiste em uma linguagem que ofende e demonstra preconceito contra essas minorias, seja de maneira explícita, utilizando *termos pejorativos*¹, ou de modo mais implícito. Em ambas situações, o debate sobre esses temas está repleto de inferências, que por hipótese operam de maneira diferente em usuários com visões de mundo divergentes. Justifica-se, portanto, uma abordagem inferencial em interface Semântica/Pragmática para esse fenômeno linguístico que, embora já tenha gerado investigações teóricas na área da Linguística, não recebeu esse tipo de abordagem, bastante relevante para o problema. Além disso, tais processos de significação em contextos virtuais ainda são carentes de trabalhos teóricos mais especializados.

A partir desse quadro geral, apresentamos a seguir as hipóteses norteadoras deste trabalho:

1. O processo inferencial é um objeto complexo. Ao adotar uma abordagem de interfaces, esse processo pode ser melhor compreendido?
2. As teorias inferencialistas de Grice e as teorias neo-griceanas descrevem inferências que ocorrem em diálogos naturais. Como essas teorias podem ser aplicadas em diálogos virtuais?
3. As inferências que ocorrem na linguagem politicamente incorreta dependem de suposições sobre mundo que são diferentes entre os falantes. Como ocorrem tais processos e porque esses enunciados são considerados politicamente incorretos?

¹ Do Inglês *derogatory terms*, encontrado em autores como Hornsby (2001) e Tirrell (1999).

Com o objetivo de responder às perguntas acima, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo, debatemos a Metateoria das Interfaces de Costa (2007), descrevendo seus fundamentos e exemplificando interfaces internas e externas na Linguística, e no estudo das inferências. Essa proposta metateórica está ancorada no Perspectivismo (GIERE, 2006), e formula que o objeto científico deve ser investigado dentro de uma perspectiva teórica, que pode ser construída em interfaces. Como se trata de um trabalho em Linguística, apresentamos um percurso histórico dessa ciência onde procuramos ilustrar a investigação da linguagem dentro de cada uma das três perspectivas apresentadas por Costa (2007), que consistem nas perspectivas das Ciências Formais, Cognitivas e Sociais, e então definimos uma perspectiva para nortear esse trabalho. Feito isso, apresentamos um debate teórico sobre a interface Semântica/Pragmática, baseando-se em autores como Carston (1998) e Levinson (1983). Por fim, após definir a perspectiva deste trabalho, apresentamos o objeto teórico, que se trata do processo inferencial, e oferecemos um breve histórico de sua investigação, que passa pela Lógica com autores como Wittgenstein (1975), até chegar na Pragmática de Grice (1957, 1975), para em seguida introduzir o capítulo que se dedicará mais profundamente às teorias de Grice e autores neo e pós-griceanos.

O segundo capítulo consiste na apresentação das teorias inferencialistas, e partindo de Grice, pretendemos descrever tais abordagens para, ao final do capítulo, tecer comentários sobre as mesmas, apontando falhas e aspectos considerados relevantes para este trabalho. Primeiramente, Grice (1975) foi um teórico que rompeu com a Lógica e compreendeu que o processo inferencial em linguagem natural não é caótico, mas sim regido por normas como o *Princípio Cooperativo* e suas máximas. Grice aponta que, embora os interlocutores sigam esse princípio, essas máximas são violadas constantemente, gerando o que ele chamou de *implicaturas*. Seguindo a teoria de Grice, Levinson desenvolveu mais profundamente as implicaturas conversacionais generalizadas, que determinou que essas implicaturas seriam um tipo de inferência *default*, ou seja, inferências preferíveis ou esperadas. Além disso, o autor identificou o *significado do enunciado* como um terceiro nível de significação, onde essas inferências default se encontram. Já a máxima de relação, que postula simplesmente “seja relevante”, gerou novas teorias que procuraram desenvolvê-la melhor, como foi o caso do Modelo Ampliado de Grice feito por Costa (1984/2008). Costa entendeu que a noção de relevância pode ser ampliada para uma supermáxima, que guia o que ele chamou de *Regras Gerais para a Conversação*, onde procurou reformular as máximas de Grice. Sperber & Wilson (1996), que desenvolveram a Teoria da Relevância, além de afirmarem que a

relevância guia a comunicação e formularem um princípio em cima dessa noção, apresentam um modelo mais cognitivo para o estudo das inferências, considerando os processos mentais dos interlocutores, e não somente o contexto externo à comunicação.

No terceiro e último capítulo, nos aproximamos da análise. No entanto, antes disso, no primeiro subcapítulo, abordamos teorias do diálogo (BOHM, 1996; WALTON, 1989; COSTA, 2011), de modo a apresentar diferentes visões sobre esse fenômeno comunicativo. Uma vez que o diálogo utilizado neste trabalho ocorre em ambiente virtual, no próximo subcapítulo abordamos a linguagem e os diálogos na Web 2.0, que se trata do mais recente serviço de Internet disponível, no qual há mais interatividade e conteúdo colaborativo para os usuários. A importância da Internet para a comunicação hoje é reconhecida por linguistas como Crystal (2011), que apresenta um novo ramo de estudos da Linguística chamado *Internet Linguistics*. Neste subcapítulo, descrevemos algumas particularidades do diálogo virtual, para no próximo apresentarmos a linguagem do politicamente incorreto. Primeiramente, apresentamos o contexto do politicamente correto, bem como autores que apresentam visões diferentes sobre o tema, para ao final nos posicionarmos e definirmos o escopo da linguagem politicamente incorreta adotada neste trabalho. No último subcapítulo fazemos a ilustração do processo inferencial da linguagem politicamente incorreta na Web, utilizando exemplos em Língua Portuguesa coletados de redes sociais como o Facebook e Twitter e comentários postados em sites e *blogs* diversos. Nesta parte, além de ilustrar o processo inferencial para compreender a natureza das inferências na linguagem politicamente incorreta em ambiente virtual, aplicaremos as teorias descritas aqui, a fim de caracterizar as inferências feitas em diálogos digitais, relacionando a Semântica e a Pragmática no que diz respeito à forma como a significação na linguagem politicamente incorreta ocorre.

1 UMA ABORDAGEM TEÓRICA EM INTERFACES

Neste primeiro capítulo, introduzimos a noção de interface, que consiste na metodologia teórica adotada aqui. Apresentaremos a Metateoria das Interfaces de Costa (2007), que propõe uma abordagem interdisciplinar para a pesquisa teórica. Sua proposta baseia-se no Perspectivismo, seguindo filósofos como Kant e Giere, e assumindo que o objeto teórico deve ser investigado dentro de uma perspectiva científica. Segundo Costa (2007), as interfaces podem ser internas e externas, sendo as externas feitas dentro de perspectivas de áreas da Ciência, e as internas entre suas subáreas. Apresentamos, então, essas perspectivas, que consistem nas Ciências Formais, Cognitivas e Sociais. Assumindo a linguagem como um objeto interdisciplinar por natureza, apresentamos um percurso histórico da Linguística, ilustrando como ela pode ser investigada nessas diferentes perspectivas, resultando em abordagens distintas.

Ao final do capítulo, definimos as interfaces internas e externas que norteiam este trabalho, e introduzimos a noção de inferência. Apresentamos as origens de sua investigação, desde a Lógica até a Pragmática, e ao final deste capítulo, definimos o escopo de inferência adotado neste trabalho, para pavimentar o caminho ao segundo capítulo, que irá abordar teorias clássicas do processo inferencial.

1.1 METATEORIA DAS INTERFACES

Para analisar um objeto científico, é necessário adotar uma posição teórica, que deverá envolver perspectivas de uma ou mais áreas do conhecimento. Quando diferentes áreas do conhecimento compartilham objetos científicos em comum, é possível fazer uma aproximação entre os aspectos técnicos, metodológicos e teóricos dessas áreas. Dessa forma, o objeto científico em questão é enriquecido, tornando-se mais relevante por trazer contribuições para todas as diferentes áreas científicas envolvidas. No entanto, o conceito de interdisciplinaridade, tal como é amplamente conhecido, não se relaciona com o conceito de interface que aqui será apresentado. Gusdorf (1986), teórico das Ciências Humanas, se posicionou contra o conhecimento fragmentado, defendendo que as disciplinas devem ser justapostas, para cooperarem e dialogarem entre si. Essa preocupação, e de tantos outros estudiosos defensores da interdisciplinaridade (JAPIASSU 1976, ETGES 1995), possui um caráter pedagógico, se tornando uma proposta de ensino que relaciona temas de disciplinas acadêmicas. Esse conceito de **interdisciplinaridade** não se confunde com a **interface**, que

ocorre entre áreas do conhecimento e possui fins teóricos e científicos. No conceito de interdisciplinaridade acadêmica há uma aproximação de disciplinas, porém não ocorre uma operacionalização como na interface. Em uma interface, as áreas do conhecimento se aproximam em um primeiro momento, para construir um modelo teórico, e então essas áreas se interseccionam para ocorrer a operacionalização do objeto científico.

Quando ocorre uma intersecção² entre duas ou mais áreas do conhecimento científico com o intuito de construir um objeto em comum, há uma interface. De acordo com a Metateoria das Interfaces, de Costa (2007), o objeto científico não tem uma existência pré-teórica; ele é construído dentro de uma interface, que pode formar-se através da intersecção de grandes áreas do conhecimento como as Ciências Formais, Ciências Naturais/Cognitivas e as Ciências Sociais, ou entre suas subáreas. Segundo o autor, uma abordagem de interfaces é necessária para lidar com objetos complexos, pois torna a metodologia de análise de tais objetos mais completa.

Uma vez que a Metateoria das Interfaces é de interesse da ciência de um modo geral, podendo ser aplicada às mais diversas áreas de investigação, é pertinente compreender que seus fundamentos baseiam-se no Perspectivismo, conforme Costa (2007) argumenta. O Perspectivismo surgiu de um debate entre a natureza da ciência e sua metodologia, com representantes como Kant, Leibniz e Giere. No período clássico grego, a concepção de ciência foi pré-disciplinar, passando a ser disciplinar na Idade Média. De acordo com o autor da metateoria, em uma visão pré-teórica, o objeto real tem sua existência pressuposta, é observável no dia-a-dia, e então transformado em ciência. Já na visão perspectivista, que é uma visão teórica, o objeto é construído a partir do método, suas diferentes propriedades são relacionadas e analisadas sob diferentes perspectivas. Giere (2006), filósofo da ciência e representante contemporâneo dessa visão teórica, ilustra o perspectivismo com o objeto científico ‘cores’. Em uma perspectiva, as cores podem ser uma propriedade da superfície dos objetos, enquanto em outra perspectiva, as cores podem ser uma propriedade cognitiva das pessoas, assim demonstrando que as perspectivas construídas pela ciência não são arbitrárias. De maneira geral, Giere argumenta que a ciência depende de uma perspectiva, ou seja, um objeto científico só pode ser investigado dentro de um modelo teórico estabelecido. Para ilustrar esse conceito, alguém que queira explicar algo como ‘o que é a linguagem’, deverá, antes de qualquer coisa, definir dentro de qual perspectiva: se formal, cognitiva ou sócio-comunicativa. Dessa forma, a Metateoria das Interfaces se encaixa em uma visão teórica na

² Compreenda-se ‘intersecção’ como o conceito matemático da Geometria, no qual duas formas se encontram, se cruzam, e se forma um ponto de contato entre elas, ou seja, uma intersecção.

qual o objeto científico é construído em perspectivas de naturezas diferentes (formal, cognitiva, social, etc.), criando uma interface entre as áreas para a investigação desse objeto. No entanto, é importante ressaltar que a interface não se trata de uma simples união de duas áreas diferentes. Em pesquisas interdisciplinares de diversas áreas, pode ocorrer um fenômeno no qual a aproximação das metodologias científicas não seja compatível, o que Poeppel (2004) chama de *cross-sterelization*. Por outro lado, quando ocorre uma intersecção entre as teorias que contribuí para as áreas científicas envolvidas, Poeppel chama isso de *cross-fertilization*. A interface ideal seria, então, uma intersecção de teorias compatíveis, e não uma simples aproximação de áreas distintas, sem a construção de um modelo teórico.

Com esse arcabouço teórico em mente, iremos agora definir o conceito de interface dentro da teoria de Costa. A interface, como foi dito acima, consiste em uma intersecção entre duas ou mais áreas do conhecimento, na qual suas teorias se encontram. É nessa fronteira entre as áreas que a interface é construída, combinando elementos teóricos das áreas envolvidas. Para ilustrar esse conceito, Costa sugere que uma teoria A em interface com uma teoria B deve resultar em uma teoria AB, ou seja, uma intersecção entre aspectos teóricos das áreas científicas envolvidas. Dessa maneira, não ocorre uma simples aproximação entre áreas, que pode resultar em uma interdisciplinaridade infrutífera, ou *cross-sterelization*. O que ocorre é uma intersecção, uma construção teórica que vai operar com fundamentos das áreas envolvidas, gerando assim um terceiro objeto, que é a interface propriamente dita. Além disso, o autor ainda demonstra que tal abordagem está de acordo com a o conceito da incomensurabilidade das teorias, de Quine, que postulou que não é possível testar e comparar teorias científicas incompatíveis³. Dessa maneira a construção de uma interface deve resultar em uma teoria compatível para todas as áreas envolvidas. Seguindo essa metodologia, um modelo teórico é construído para descrever e explicar as generalidades de um objeto científico. Dentro dessa perspectiva, o objeto construído em uma interface é complexo, e como consequência, mais relevante.

Uma interface pode ser considerada um diálogo entre as ciências, que surge da necessidade de produzir conhecimento científico relevante nas fronteiras de áreas que compartilham interesses em comum. Essas áreas podem ser mais amplas, como é o caso das Ciências Formais, Naturais, e Ciências Sociais, ou áreas mais específicas como a Matemática, a Lógica, a Biologia, a Psicologia, a Linguística, a Sociologia, entre várias outras. Ainda há as subáreas, tais como a Geometria (da Matemática), a Genética (da Biologia), a Semântica (da

³ Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/quine/> - acessado em 23/03/2012.

Linguística), etc. A construção da interface ocorre a partir de uma necessidade, e da existência de um objeto de estudo compartilhado entre duas ou mais áreas.

Costa (2007) propõe que a pesquisa pode ser interdisciplinar ou intradisciplinar, assim postulando que as interfaces podem ser internas ou externas, envolvendo as grandes áreas da ciência já citadas e suas subáreas. O próximo subcapítulo irá abordar mais profundamente tais interfaces, ilustrando como elas funcionam, e de que maneira podem ser feitas.

1.2 INTERFACES EXTERNAS E INTERNAS

Conforme estabelecido pela Metateoria das Interfaces, o objeto científico é desenvolvido em uma intersecção entre áreas do conhecimento, ou interfaces, que podem ser internas ou externas. As interfaces internas podem ser feitas entre as grandes áreas científicas, como as Ciências Formais, Naturais, Cognitivas e Sociais, e representantes dessas áreas como a Lógica, Psicologia, Linguística, Filosofia, Neurociência, entre outras. Por outro lado, as interfaces internas são feitas entre as subáreas dessas ciências, como em uma interface entre a Morfologia e a Sintaxe, duas subáreas da Linguística; ou em uma interface entre a Semântica e a Lógica de Predicados, uma subárea da Linguística, e a outra, da Lógica.

Para melhor compreender a natureza da interface, iremos ilustrar a aplicação da metateoria na área de concentração deste trabalho: a Linguística. A linguagem, por ser um objeto complexo, acaba por ser interdisciplinar por natureza, e dessa forma, o pesquisador deverá construir seu objeto de estudo. Levando em consideração teorias sobre funções da linguagem, tais como as propostas de Bühler (1950) e Jakobson (1974), Costa (2009) ressalta que linguagem pode servir para funções ou propósitos diferentes, tais como *pensar*, *conhecer*, e *comunicar*. A Linguística, ciência que investiga a linguagem em um sentido amplo, deve levar esses propósitos em consideração. Além disso, a Linguística possui subáreas que tratam de aspectos específicos da linguagem. Dessa forma, fica clara a possibilidade de construir interfaces, tanto internas como externas, com a Linguística. Primeiramente, considerando as grandes áreas do conhecimento, pode-se pensar na história da Linguística como sendo interdisciplinar.

Em 1916, foi publicada a obra *Curso de Linguística Geral*, pelos discípulos do filólogo Ferdinand de Saussure. Considerada um marco na história da Linguística como disciplina científica, bem como do pensamento estruturalista, a obra de Saussure demonstrou sua conhecida dicotomia entre *langue*, que consiste na dimensão sócio comunicativa da linguagem, e *parole*, a dimensão individual da linguagem. Sobre essa distinção, Saussure

(1995, p. 18) afirma que “a faculdade – natural ou não – de articular palavras não se exerce senão com a ajuda de instrumento, criado e fornecido, pela coletividade; não é, então ilusório dizer que é a língua que faz a unidade da linguagem”. Devido ao privilégio dado à natureza social da linguagem, podemos pensar em Saussure como representando a interface entre a Linguística e as Ciências Sociais. Por outro lado, outro grande nome da Linguística, Noam Chomsky, é conhecido por sua visão naturalista da linguagem. Para Chomsky (1986), a faculdade da linguagem possui natureza biológica, sendo um componente do cérebro e mente das pessoas. A partir disso, Chomsky formulou a hipótese inatista, na qual o ser humano vem equipado de uma Gramática Universal de base inata, que permite a recursividade. Essa propriedade ele considera como sendo específica da linguagem humana, uma vez que os animais também possuem sistema sensorio-motor, sistema conceitual/intencional, e também se comunicam, porém de forma limitada. Ao privilegiar o aspecto natural/inatista da linguagem, podemos pensar em Chomsky como representando a interface entre a Linguística e as Ciências Naturais. Por fim, Montague, lógico e filósofo interessado em Semântica, sugeriu que a linguagem natural pode ser estudada formalmente, usando métodos da Lógica. Ele se interessou pela Semântica Formal, argumentando que existe uma composicionalidade, tal como na Álgebra, nas relações interpretativas entre Sintaxe e Semântica. O autor, ao se interessar pelas expressões indexicais, postulou que o valor de verdade de sentenças com marca de tempo verbal é verdadeiro de acordo com o tempo e o falante, em um mundo possível⁴. Por dar um tratamento formal à linguagem, podemos pensar em Montague como representante de uma interface entre a Linguística e as Ciências Formais.

Após esse breve apanhado de teóricos importantes na história da Linguística, foi apresentada a ideia de que cada um representa uma interface externa entre a Linguística e as áreas mais amplas do conhecimento. Isso ocorre porque o objeto de estudo, a linguagem, pode ser investigado sob uma perspectiva formal, natural/cognitiva, e social/comunicativa. O potencial de aplicação de tais interfaces pode ser demonstrado em diversas pesquisas. Um exemplo é a Linguística Computacional e a Web Semântica, que são interfaces entre a Linguística e as Ciências Formais, sendo a Lógica um ponto de contato entre as áreas, uma vez que o raciocínio humano se dá através da linguagem, pois o ato de *pensar* é uma de suas funções. Elementos como conetivos, pressuposições e acarretamentos são comuns à Linguística, especialmente em Sintaxe e Semântica, e à Lógica Proposicional e de Predicados.

⁴ Disponível em: http://semanticsarchive.net/Archive/DA2YjY0M/Richard_Montague_bio_Partee_05.pdf acessado em 25/03/2012.

Já as interfaces entre a Linguística e as Ciências Sociais são bastante comuns, uma vez que *comunicar* é uma das funções da linguagem (COSTA, 2009). Algumas áreas como a Análise do Discurso e a Sociolinguística fazem interfaces bastante claras com as Ciências Sociais, ao relacionarem usos da linguagem com diferentes esferas da sociedade (política, leis, religião, etc.) e aspectos extra-linguísticos como gênero, classe social, entre outros. Por fim, as interfaces entre a Linguística e as Ciências Naturais, especificamente cognitivas, são bastante evidentes, pois o ato de *conhecer* também se dá através da linguagem. Subáreas da Linguística como a Psicolinguística e a Neurolinguística se ocupam de como funciona a linguagem na mente e no cérebro, podendo fazer interfaces com outras subáreas como Semântica, Sintaxe, Pragmática, entre outras.

De forma simplificada, podemos dizer que no que diz respeito às interfaces internas, estas são feitas entre as subáreas da Linguística, que possuem como objeto comum a linguagem, porém se ocupam de aspectos diferentes. O estudo da organização dos fonemas os traços mínimos distintivos de uma língua é o objeto da Fonologia; os morfemas, unidades mínimas de significação que constituem palavras, são o objeto da Morfologia; a estruturação das palavras em sintagmas e sentenças é o que a Sintaxe investiga; o significado do que é dito é o objeto da Semântica; e o significado do que vai além do dito, é o objeto da Pragmática. Existem também subáreas que já são interfaces internas, tais como a Morfofonologia, que estuda os processos fonológicos ao unir morfemas às palavras, e a Morfossintaxe, que investiga a flexão dos morfemas na estrutura sintática.

De um modo geral, Costa (2007) explica que as interfaces externas devem descrever as propriedades do objeto, enquanto as interfaces internas devem explicá-las, criando dessa forma um modelo teórico adequado para lidar com objetos complexos. Neste trabalho, o objeto a ser investigado é o processo inferencial, que pode ser estudado em diversas interfaces, devido à sua complexidade. Costa (2009, p. 7) aponta, no entanto, que o ponto de partida do estudo das inferências acaba por ser a Lógica: “De um ponto de vista histórico, a inferência é o centro da atividade clássica de argumentar, tornando-se o objeto de investigação consagrado pela silogística aristotélica nos fundamentos da Lógica”. Nessa perspectiva, a inferência deve ser compreendida como um processo lógico-linguístico, que leva de premissas aceitas para conclusões ou necessárias, ou canceláveis. No entanto, a Lógica sozinha não dá conta do fenômeno das inferências, pois a mesma se ocupa de aspectos formais da argumentação dedutiva onde conteúdo e contexto não são levados em

consideração (COSTA, 2012, informação verbal)⁵. Para tanto, é necessário usar a Lógica como base para uma interface com a linguagem natural, que pode ser feita em uma perspectiva sócio-comunicativa e/ou cognitiva, uma vez que a inferência está envolvida nos processos de comunicação e de raciocínio.

Na investigação do processo inferencial, a interface externa será construída nos fundamentos da Lógica (área das Ciências Formais) com teorias sócio-comunicativas e cognitivas, norteadas pela Linguística. Sob uma perspectiva sócio-comunicativa, a inferência é estudada no diálogo, que requer competência pragmática para compreender além do que é dito, enquanto em uma perspectiva cognitiva, a inferência é vista como um processo mental, no qual usamos nossos conceitos mentais para raciocinar e chegar a conclusões sobre enunciados. Uma interface externa construída por essas duas perspectivas se torna adequada para a investigação do processo inferencial, como será demonstrado nos capítulos que se seguem. Já em uma interface interna, as inferências podem ser investigadas sob o ponto de vista da Semântica e da Pragmática, o que une as noções de pressuposição e implicatura (Semântica) com o que é comunicado além do dito (Pragmática).

Ao assumir uma interface interna e externa, o objeto científico é construído, para então ser investigado. No presente trabalho, as inferências serão investigadas na interface externa linguístico-cognitivo-comunicativa, e na interface interna semântico-pragmática, que será melhor apresentada no subcapítulo a seguir.

1.3 INTERFACE SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA

Quando refletimos sobre o estudo do significado em linguagem natural, duas subáreas da Linguística nos vem à mente: a Semântica e a Pragmática. Embora compartilhem o mesmo objeto, o **significado**, suas perspectivas são diferentes, a ponto de serem subáreas independentes. No entanto, uma interface entre ambas é compatível, como será demonstrado neste subcapítulo. O **processo inferencial**, objeto deste estudo, remete a duas investigações clássicas da Filosofia da Linguagem: a significação e o uso. As duas grandes subáreas da Linguística que se ocupam do significado, a Semântica e a Pragmática, têm suas origens na Filosofia da Lógica (“origem clássica”) e da Mente (“origem contemporânea”).

A Filosofia da Lógica está nas origens da Semântica e da Pragmática, fato esse que se dá pela aproximação das relações lógicas com as estruturas da língua. Frege (1978), um dos

⁵ Anotação de aula da disciplina “Lógica e Linguagem Natural”, do Programa de Pós Graduação em Letras da PUCRS, ministrada por Jorge Campos da Costa, em 2012/1.

maiores estudiosos da Lógica Clássica, especialmente a Lógica de Predicados, se preocupou em distinguir o *sentido* (*Sinn*) da *referência* (*Bedeutung*), dessa forma contribuindo para a Semântica de condições de verdade. O filósofo formalizou os silogismos da Lógica Aristotélica ao desfazer a ambiguidade dos quantificadores. Uma afirmação em linguagem natural como *Qualquer criança adora um doce* pode ser interpretada como *Qualquer criança adora um doce qualquer* ou *Existe um doce que todas as crianças adoram*, dessa forma desambiguando seu significado. Além disso, Frege contribuiu para o estudo das pressuposições, ao formular que a denotação se dá pela pressuposição da existência do referente de uma proposição. Por exemplo, a sentença *João morreu de overdose* pressupõe a existência de um referente para o nome próprio 'João'. Dessa forma, Frege fez sua contribuição à Lógica e também à Semântica de condições de verdade.

Outro contemporâneo de Frege, Russell⁶, compreendeu que a linguagem natural não é perfeita do ponto de vista lógico, pois a mesma palavra pode significar coisas distintas. No entanto, ele reconhece que a linguagem natural serve para propósitos diferentes da linguagem lógica. Mesmo sendo imperfeita, a linguagem natural serve perfeitamente para a comunicação humana. Sua maior contribuição para a Semântica foi com a investigação da denotação de descrições definidas, tais como nomes próprios e pronomes definidos.

Já Wittgenstein, em *Investigações Filosóficas* (1975), tenta romper com a ideia de que cada palavra corresponde a um objeto, e apresenta os “jogos de linguagem”. Wittgenstein argumenta que o significado dos objetos se dá no uso da linguagem: o problema levantado por Russell em relação à polissemia das palavras é solucionado por Wittgenstein através dos jogos de linguagem, em que o significado é contextualizado nas trocas comunicativas. O papel da abordagem logicista foi fundamental para tentar compreender a lógica da linguagem, dando um tratamento formal ao raciocínio da linguagem natural para mostrar a racionalidade que existe na linguagem natural. A maior contribuição desse filósofo para as ciências da linguagem foi a distinção entre significado e uso, assumindo que dentro de um contexto que a comunicação ocorre é que a significação da linguagem se estabelece. Dito em outras palavras, Wittgenstein colocou o uso acima do significado estabelecido das palavras, dessa forma pavimentando o caminho da Pragmática.

A partir do trabalho desses estudiosos, outros teóricos compreenderam que o significado está na mente dos indivíduos, propondo uma abordagem diferente da logicista, privilegiando a lógica da linguagem natural em uso. Uma das teorias que emergiu nesse

⁶ Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/russell/> - Acessado em 10/05/2012.

contexto foi a Teoria dos Atos de Fala, primeiramente formulada por Austin (1962), que teve o *insight* de que os enunciados podem realizar ações. Esses atos podem ser identificados em verbos específicos (*declarar, ordenar, recusar*) ou pela força ilocutória do enunciado, como em '*Não lavou a louça ainda?*', que, embora seja uma sentença interrogativa, pode ser interpretado como uma *ordem*. Mesmo sem a presença do verbo performativo *ordeno*, é possível compreender o enunciado como uma *ordem*, porque por trás da força ilocutória do ato de fala está a noção de **intencionalidade**, posteriormente melhor desenvolvida por Searle (1969), que postulou que a significação é vinculada às intenções do falante. Reconhecer a intencionalidade em sentenças declarativas como *Está frio!*, por exemplo, é necessário para que essa seja compreendida como um *pedido* (para fechar a janela, por exemplo). O contexto desempenha um importante papel nos atos de fala *indiretos*, que são aqueles em que não há correspondência entre a forma gramatical e função comunicativa, conforme apontado por Searle (1969).

Outro autor a romper com o logicismo foi Strawson (1950), que ao tratar do fenômeno da referenciação, propôs o tratamento da significação em um contexto de uso, levando em consideração a linguagem ordinária. Para o filósofo, o tratamento puramente lógico da linguagem não dava conta da conexão existente entre o significado e a intenção das proposições. Ao contrário dos filósofos da Lógica, Strawson postulou que o fenômeno da referência em linguagem natural está relacionado às intenções do falante, e não às expressões linguísticas. Dessa forma, Strawson privilegiou uma abordagem pragmática para distinguir proposição e enunciado, valorizando a linguagem natural antes considerada logicamente imperfeita. Dentre os filósofos dessa orientação da investigação do significado, Grice (1957, 1975) se destacou ao formular a Teoria das Implicaturas, a partir da qual tentou sistematizar as inferências, inclusive as inferências não necessárias, ou canceláveis, que não tinham sido consideradas pela Lógica. O próximo capítulo deste trabalho irá abordar sua obra mais detalhadamente.

Conforme ilustrado a partir desse quadro teórico entre a Lógica, com uma abordagem formal ao significado, e a Filosofia da Mente e da Linguagem, com uma abordagem pragmática do fenômeno, pode-se afirmar que a Semântica e a Pragmática estão relacionadas em suas origens, o que permite uma interface interna entre essas duas subáreas. De acordo com Levinson (1983), é necessário assumir uma postura híbrida e modular para estudar o significado. O autor aponta que a noção de Semântica como estudo do significado e de Pragmática como estudo do uso podem ser um pouco reducionistas, e tenta demonstrar que ambas trabalham em conjunto no estudo do significado em um sentido mais amplo.

Revisitando a teoria comunicativa da *significação natural e não-natural* de Grice (1957), Levinson argumenta que o que Grice chamou de significação não-natural, que se diferencia da significação natural ao incluir a noção de intencionalidade comunicativa, seria o escopo da Pragmática. O teórico procurou encontrar uma unidade conceitual para o significado em Pragmática, para diferenciá-la da Semântica, ao distinguir as noções de **significado da sentença** e **significado do enunciado**. De acordo com o autor, o **significado da sentença** se relaciona com a Semântica, consistindo em uma entidade abstrata que se define dentro de uma teoria gramatical. Por outro lado, o **significado do enunciado** se relaciona com a Pragmática, consistindo em um complemento à sentença, incluindo o contexto no qual ela é dita. No entanto, ao adotar a teoria semântica das condições de verdade, Levinson observa que a distinção entre significado da sentença e do enunciado distinção não é viável, uma vez que somente os enunciados podem ter suas condições de verdade testadas, por causa de expressões dêiticas, que só são verdadeiras de acordo com o contexto. Levinson conclui, então, que a Pragmática não pode ser considerada somente o estudo dos aspectos do significado que não são abarcados pela Semântica; mais uma vez, essa seria uma definição simplista. Para resolver esse problema, o autor argumenta que a Pragmática se ocupa das relações do significado com o contexto, que são necessárias para a compreensão, como as inferências para compreender além do significado convencional das palavras e suas relações gramaticais em uma sentença. Levinson, assumindo a teoria semântica das condições de verdade, diferencia a Semântica da Pragmática ao compreender que a última investiga o significado independentemente dessas condições, mas sim dentro do contexto no qual o enunciado acontece, considerando as intenções do falante. Dessa maneira, o autor aproxima as duas subáreas, e seguindo Gazdar (1979), conclui que se as condições de verdade podem ser verificadas somente em enunciados (não em sentenças), e uma vez que enunciados dependem do contexto, a Pragmática complementa a Semântica ao fornecer informações contextuais no estudo do significado.

Outro nome a considerar a interface interna entre Semântica e Pragmática foi Carston (1998). Ao contrário de Levinson, a autora não assume a Semântica de condições de verdade, pois acredita que a mesma só pode ser aplicada a proposições, e não à linguagem natural. A autora segue Travis (1997), que postulou que as sentenças não recebem valor de verdade, mas sim as proposições, ou pensamentos que os falantes usam para expressarem sentenças. A distinção que Carston faz entre Semântica e Pragmática não é de base filosófica, mas sim cognitiva, uma vez que adota o modelo representacional e computacional da mente. A autora critica a visão de que a Pragmática seria somente um mecanismo linguístico relacionado à

performance, e argumenta em favor de uma Pragmática como mecanismo inferencial. Carston (1998, p. 8) aponta que “the Semantics/Pragmatics interface must, in fact, be the point of contact of the linguistic parser and the inference mechanism(s)”⁷, na qual o *parser* aplica conhecimentos linguísticos e competência gramatical, e o mecanismo inferencial interpreta informações relevantes usando contexto através de processos inferenciais. Dessa maneira, a autora apresenta as duas subáreas como diferentes processos cognitivos: a Semântica fica responsável pela decodificação do sistema linguístico, enquanto a Pragmática se ocupa das inferências, que contribuem com o sistema linguístico ao adicionar informações contextuais ao processo interpretativo de um enunciado. A autora argumenta que o conteúdo decodificado não é totalmente proposicional, e que esse conteúdo serve como um modelo que necessita de inferências pragmáticas para se tornar a proposição do falante. A teoria pragmática que Carston segue está mais relacionada aos processos psicológicos e cognitivos envolvidos na compreensão de enunciados, e acredita que uma concepção adequada da Semântica se segue desses processos.

Além dos teóricos acima citados, outros autores apresentam conceitos sobre a investigação do significado através da Semântica, com as condições de verdade de sentenças e significado convencional das palavras, e da Pragmática, com as intenções do falante e contexto do enunciado. Em uma visão mais incipiente do estudo do significado, Morris (1938) postulou que a Semântica investiga relações de denotação entre signos e objetos, enquanto a Pragmática investiga a relação dos signos com os interlocutores. Para Kempson (1988), a Semântica dá conta do significado das sentenças e suas condições de verdade, e a Pragmática de como as sentenças são transformadas em enunciados em diferentes contextos. Já em Yule (1996), a Semântica representa o significado expresso pelas proposições, e a Pragmática representa o significado comunicado pelos falantes. Para Bach (2004), a Semântica é tida como informação linguística da sentença, que é decodificada, enquanto a Pragmática abarca as informações extralinguísticas que surgem no ato da enunciação, determinadas pelos interlocutores.

Com esse quadro teórico simplificado procurou-se mostrar as origens do estudo do significado até teorias um pouco mais recentes, argumentando que a Semântica e a Pragmática compartilham a preocupação teórica de descrever e compreender os processos de significação em linguagem natural. Seguindo os autores anteriormente mencionados, considera-se que a Semântica esteja voltada para a decodificação de palavras e sentenças, ao

⁷ Neste trabalho, as citações diretas em Lingual Inglesa permanecerão no idioma original para que o sentido do texto original não seja alterado.

passo que a Pragmática está voltada para a compreensão de enunciados, o que envolve processos inferenciais. Dessa maneira, ambas as subáreas se complementam, sendo possível construir uma interface para analisar um objeto complexo. Através dos conceitos de Semântica e Pragmática acima expostos, pode-se assumir a **inferência** como sendo o ponto central da Pragmática. O processo inferencial, em uma interface Semântica/Pragmática, se torna um objeto complexo, localizando-se em uma interface compatível com a investigação desse fenômeno da significação. A inferência pode ser investigada sob perspectivas diversas, em diferentes interfaces externas, o que será demonstrado no subcapítulo a seguir.

1.4 A INFERÊNCIA NAS INTERFACES

Em uma visão teórica, o objeto **inferência** é construído em uma perspectiva, que pode ser formal, cognitiva ou sócio-comunicativa. De acordo com Costa (2011, comunicação verbal)⁸, em uma perspectiva formal, a inferência pode ser compreendida como um argumento dedutivo cotidiano; em uma perspectiva cognitiva, a inferência é vista como uma operação mental de raciocínio; e por fim, em uma perspectiva sócio-comunicativa, a inferência é parte da interação dialógica. Para o teórico, o estudo das inferências dentro das Ciências Formais se relaciona com a Lógica e suas subáreas, tais como a Lógica Clássica, Proposicional e de Predicados. A Lógica é uma ciência formal, portanto não há conteúdo em jogo, somente a validade dos argumentos importa, o que pode ser verificado em cálculos dedutivos inferenciais. Nesse contexto, as inferências são um processo pelo qual premissas aceitas como verdadeiras são concluídas, como ocorre nos silogismos e inferências dedutivas. Essas **inferências formais** têm como característica o fato de serem monotônicas, necessárias e não-canceláveis, e podem ser demonstradas através de regras de derivação para a dedução natural, tais como a regra do Modus Ponens e a regra do Modus Tollens:

(1)

a) Regra do Modus Ponens:

Descrição:

Se eu tenho P, então Q. Tenho P, então Q

⁸ Anotação de aula da disciplina “Semântica e Interfaces”, do Programa de Pós Graduação em Letras da PUCRS, ministrada por Jorge Campos da Costa, em 2011/2.

Fórmula Lógica:

$P \rightarrow Q$

P

Q

Exemplo em linguagem natural:

Se ele é professor, então tem alunos. $P \rightarrow Q$

Ele é professor. P

Ele tem alunos. Q

b) Regra do Modus Tollens:

Descrição:

Se eu tenho P que leva a Q , e não tenho Q , então não tenho P .

Fórmula Lógica:

$P \rightarrow Q$

$\sim Q$

$\sim P$

Exemplo em linguagem natural:

Se ele é professor, então tem alunos. $P \rightarrow Q$

Ele não tem alunos. $\sim Q$

Então ele não é professor. $\sim P$

O processo inferencial, em uma perspectiva formal, representa o raciocínio lógico que leva de premissas P para conclusões Q , na qual os passos são explicitados pelas regras de dedução natural.

De um modo bastante simplificado, o processo inferencial em interface com a Lógica, no qual as inferências são consideradas *formais* por não dependerem do conteúdo, foi aqui exemplificado. Por outro lado, as inferências que ocorrem em interface com as Ciências Sociais e as Ciências Cognitivas podem ser consideradas **inferências naturais**, pois dependem de conteúdo da linguagem natural. Em uma perspectiva sócio-comunicativa, as inferências são investigadas em interações entre falantes de uma língua, considerando o contexto da situação em que ocorrem e o conhecimento subjetivo dos interlocutores. Nas interações em linguagem natural, ou **diálogos**, as inferências que ocorrem não são tão rigorosas como as dedutivas da Lógica. Dito em outras palavras, as inferências naturais podem ser mais fortes ou mais fracas, podendo ser canceladas por não serem necessárias. Grice (1975) observou essa propriedade das inferências em contexto de diálogos, e chamou-as de **implicaturas**. Tal teoria será abordada no capítulo seguinte deste trabalho, mas para fins

de contraste com as **inferências formais** da Lógica, por agora basta compreender que Grice englobou casos em linguagem natural onde as **intenções** dos falantes não são totalmente expressas em seus enunciados, e para compreendê-las, é necessário inferir o que não foi **dito** no enunciado, como no exemplo abaixo (adaptado de Yule, 1996):

(2)

A: Você convidou a Carol e a Márcia? (b & c?)

B: Eu convidei a Márcia. (b + NÃO c)

O interlocutor B, ao responder de maneira mais simples (algo como ‘sim’ ou ‘não’) e excluindo uma das pessoas referidas na pergunta (‘Carol’), gerou uma **implicatura conversacional**. Nesse caso, o interlocutor A pode inferir que *‘se o interlocutor B não mencionou a Carol, é porque ele não a convidou’*, como ilustrado pelos cálculos entre parênteses.

As **inferências naturais**, em interface comunicativo-social, levam em consideração as intenções do falante e o contexto em que a interação ocorre, e não estão presas ao valor semântico explícito das proposições, diferentemente das **inferências formais**. Já em uma interface com as Ciências Cognitivas, as inferências são propriedades naturais da cognição humana, o que ocorre no cérebro quando processamos linguagem. Diferentemente do conceito de inferência em uma interface sócio-comunicativa, que assume que usamos a nossa memória enciclopédica cultural e social para compreender enunciados, uma interface com a cognição assume que a inferência ocorre quando usamos nossa memória mais acessível, sendo esse um processo que ocorre na mente. A inferência seria, então, uma propriedade natural da linguagem humana, uma propriedade do cérebro/mente das pessoas que está presente na realização de processos mentais. Para Sperber & Wilson (1996), em sua Teoria da Relevância, os indivíduos possuem, em suas mentes, uma construção psicológica formada por suas suposições em relação ao mundo, que acessam durante o processo inferencial para formularem premissas para ajudá-los a interpretar um ato comunicativo. A Teoria da Relevância será abordada com mais propriedade no decorrer deste trabalho.

Foram demonstradas acima três perspectivas de interfaces externas para a investigação do objeto complexo **inferência**. Em perspectivas das subáreas da Linguística, o interesse pelo fenômeno inferencial é compartilhado pela Semântica e pela Pragmática, uma vez que ambas investigam propriedades do significado como **acarretamentos**, **pressuposições** e **implicaturas**. A noção de acarretamento, embora geralmente associada à Sintaxe, consiste em uma relação semântica entre sentenças, como observou Dowty (1989). Para o autor, o

acarretamento é o que se pode concluir de verdadeiro em uma sentença, a partir de itens lexicais, especialmente verbos. Um exemplo clássico de acarretamento é a sentença:

(4)
João tem três filhos.

Que acarreta que *João tem dois filhos*, devido a uma relação lógica de quantidade do tipo *se há três itens, então há dois; se há dois itens, então há um*. A pressuposição, na visão de Sellars (1954), está relacionada à atitude proposicional do falante diante do enunciado, como no clássico exemplo abaixo:

(5)
João parou de fumar.

Que pressupõe os enunciados *João fumava* e *João não fuma mais*. O falante infere essas duas pressuposições devido ao significado do verbo *parar*, que pressupõe que se alguém parou de fazer algo, é porque o fazia antes. Já a implicatura é uma noção da Pragmática, como dito anteriormente, e foi desenvolvida por Grice (1975). A teoria de Grice será abordada no próximo capítulo deste trabalho, demonstrando os tipos de implicaturas.

Neste capítulo, abordamos a questão das interfaces para o trabalho teórico. Iniciamos descrevendo a Metateoria das Interfaces de Costa (2007), e apresentamos conceitos importantes como as interfaces internas e externas. Explicamos, baseando-se em Poeppel (2004), que a simples aproximação de áreas de conhecimento nem sempre resultam em interfaces frutíferas, resultando no que o autor chamou de *cross-sterilization*. Por outro lado, quando a interface é construída com áreas e teorias compatíveis, resultando em um objeto científico relevante para as teorias envolvidas, ocorre o que o autor chamou de *cross-fertilization*, ou seja, uma interface bem sucedida.

Argumentamos, também, que a linguagem, objeto da Linguística, permeia as três principais perspectivas científicas, que são das Ciências Formais, Cognitivas e Sociais. Para sustentar tal argumento, apresentamos um breve histórico da Linguística, ilustrando as três perspectivas utilizando o trabalho de Montague (perspectiva formal), Chomsky (perspectiva cognitiva) e de Saussure (perspectiva social). Introduzimos, em seguida, o estudo do processo inferencial, iniciando por estudos da Lógica, com autores como Wittgenstein (1975), até chegar no estudo das inferências pragmáticas com Grice (1975). Propusemos uma distinção entre as inferências da Lógica, chamadas de *inferências formais*, e as inferências em

linguagem natural investigadas pela Semântica e pela Pragmática, chamadas de *inferências naturais*. Para os fins desse trabalho, assumimos o estudo das inferências naturais, e definimos a interface externa nas perspectivas Cognitiva e Social, e a interface interna entre a Semântica e a Pragmática.

Definidas as interfaces internas e externas, bem como o escopo da investigação do processo inferencial em linguagem natural, no capítulo seguinte, faremos uma descrição das teorias sobre inferências naturais. Tais inferências foram investigadas por Grice e outros autores ditos neo-griceanos, que identificaram a existência de regras comunicativas na linguagem natural, bem como fatores extralinguísticos como contexto e intenções. Essa abordagem de interface para o estudo das inferências também irá se relacionar com teorias do diálogo, ao final deste trabalho, para então ilustrar esses processos inferenciais na comunicação virtual, em diálogos e debates que tratam de temas polêmicos envolvendo a linguagem politicamente incorreta.

2 TEORIAS INFERENCIALISTAS

Uma vez que a investigação das inferências na interface Semântica/Pragmática é assumida, em uma perspectiva Cognitiva e Sócio-comunicativa, se faz necessário abordar a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), possivelmente a obra mais influente no estudo das inferências, bem como estudos na Filosofia da Linguagem, Pragmática, e Ciências Cognitivas. De sua abordagem ao fenômeno inferencial, de natureza lógico-linguístico-comunicativo, se seguiram outros teóricos, que basearam-se na teoria desenvolvida por Grice a fim de refiná-la, desenvolvendo mais profundamente conceitos que não foram suficientemente abordados pelo autor.

Neste capítulo, iremos discutir a obra de Grice, e posteriormente, contrapor com outras propostas teóricas inferencialistas que tiveram sua influência. Algumas dessas abordagens são chamadas de **neo-griceanas**, como é o caso do Modelo Ampliado de Grice feito por Costa (1984/2008) e a Teoria das Implicaturas Conversacionais Generalizadas de Levinson (2000). Já a Teoria da Relevância, de Sperber & Wilson (1996), pode ser considerada **pós-griceana**, conforme o debate de autores como Horn (2005). Ao final deste capítulo, as teorias de Grice e as neo/pós-griceanas serão discutidas, levando em consideração o debate dos autores aqui citados, e apontando questões relevantes para o recorte teórico deste trabalho.

2.1 GRICE E A TEORIA DAS IMPLICATURAS

Grice publicou em 1957 o artigo *Meaning*, no qual abordou os conceitos de significação natural (*meaning-n*) e significação não-natural (*meaning-nn*). O significado natural de um enunciado está relacionado a fatos sobre o que é dito, não podendo ser negados. No enunciado '*Essas manchas verdes no pão são sinal de bolor*', o significado está relacionado a um evento (*o pão embolorado*, nesse caso), e é observável. Já o significado não-natural está relacionado às intenções do falante, como no exemplo '*Esse pão é muito saboroso*'. Esse enunciado não tem relação com fato nenhum, somente com a **intenção** do falante em comunicar sua opinião sobre o pão, e pode ser refutado, como no exemplo *Eu achei esse pão muito saboroso, mas meus amigos detestaram*. Nesse mesmo artigo, Grice (p. 217) também distingue o *significado da sentença* e o *significado do falante*, ilustrando com seguintes formas lógicas:

A meant_{NN} something by x – O falante (A) quis dizer algo com x

A meant_{NN} by x that so-and-so – O falante (A) quis dizer que x é algo

Através da distinção entre as duas fórmulas, é possível observar que a primeira refere-se ao significado do falante, enquanto a segunda, ao significado da sentença. A distinção principal entre os conceitos de significado descritos neste artigo não somente influenciou outros teóricos como Searle (1983), mas também guiou sua própria obra. Grice postulou que para o falante significar algo com seu enunciado, é necessário que os ouvintes reconheçam sua *intenção*, e dessa forma a comunicação será efetiva.

No entanto, foi em *Logic and Conversation* (1975) que Grice desenvolveu seu trabalho teórico mais importante: a Teoria das Implicaturas. No artigo anterior, o filósofo se preocupou em compreender o **significado não-natural** e o **significado do falante**, que não dependem do que é explicitamente **dito**, pois dependem das **intenções** de quem fala. Ele reconheceu (1975, p. 43) que existem argumentos e inferências, em linguagem natural, que não são seguem as regras da lógica, mas que são passíveis de serem formalizadas de maneira mais ou menos sistemática. Disso se segue sua preocupação em compreender o que rege a comunicação em linguagem natural, que diferentemente da Lógica envolve contextos situacionais e as intenções dos interlocutores.

Para reconhecer as intenções do falante e compreender o enunciado, o ouvinte deve ir *além do que foi dito* no enunciado. O que não foi dito, pode-se dizer que está *implícito* no enunciado, fazendo com que o enunciado signifique mais do que foi dito. Dessa forma, Grice procurou descobrir o que rege a comunicação do *não-dito*, do que fica *implícito* em um enunciado, e observou que a comunicação é guiada por um princípio no qual os interlocutores seguem um conjunto de normas. Esse conjunto ele denominou “Princípio da Cooperação”, ao qual os interlocutores aderem para que seja possível que atos comunicativos ocorram de forma satisfatória. O Princípio da Cooperação (doravante PC) é constituído por quatro máximas: **qualidade**, **quantidade**, **relação** e **modo**. Porém, Grice mostra que elas são quebradas constantemente, gerando **implicaturas**. O falante, ao violar uma ou mais máximas e gerar uma implicatura, comunica algo além do que foi dito. O que é *dito* precisa ser decodificado, e o que é *implicado*, precisa ser inferido.

O PC postula que os atos comunicativos não são livres de regras implícitas, as quais os interlocutores seguem, para que *cooperem* entre si. Nas palavras de Grice (1975. P. 45), o PC consiste na supermáxima:

“Make your conversational contribution such as is required, at the stage at which it occurs, by the accepted purpose or direction of the talk exchange in which you are engaged.”

Ou seja, em um ato comunicativo, os interlocutores devem dizer algo somente se for necessário, quando for necessário, de acordo com o propósito e a direção da conversa. Esse princípio geral da comunicação se divide em máximas mais específicas, que por sua vez se dividem em submáximas, como ilustramos a seguir:

- 1) Máxima de Quantidade – Se refere à quantidade de informação que deve ser dada em um ato comunicativo.
 - a) Faça sua contribuição tão informativa como necessária.
 - b) Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário.

- 2) Máxima de Qualidade – Se refere à supermáxima “Procure fazer com que sua contribuição seja verdadeira”.
 - a) Não diga algo que acredite ser falso.
 - b) Não diga algo que não tenha evidências adequadas.

- 3) Máxima de Relação – Grice formulou apenas uma supermáxima: “Seja relevante”.

- 4) Máxima de Modo – Se refere à maneira como o que é dito, e não com o conteúdo dos enunciados. Grice formulou a supermáxima “Seja perspicaz”, e as submáximas:
 - a) Evite expressar-se de forma obscura.
 - b) Evite ambiguidades.
 - c) Seja sucinto (evite prolixidades).
 - d) Seja ordenado.

Além dessas máximas, Grice ainda afirma que existem outras normas que regem a comunicação, de ordem social ou moral, tal como “seja polido” (máxima essa que foi desenvolvida posteriormente por teorias da polidez, como em Brown & Levinson, 1987). Todavia, ele acredita que somente as quatro máximas desenvolvidas acima são suficientes para explicar o fenômeno comunicacional. O teórico acredita que aderir essas máximas é parte do comportamento humano, algo *quase-contratual*. Ou seja, a cooperação, no âmbito da linguagem, seria parte da natureza humana.

No entanto, ele também observou que nem sempre os falantes seguem essas regras comunicacionais. Pode-se pensar, então, que quando um falante viola uma das máximas, ele o faz com alguma intenção que não quer deixar dito, mas sim deixar implícito para que o ouvinte (ou leitor) infira e reconheça sua intenção. Ao violar as máximas, o falante gera **implicaturas**. Grice identificou dois principais tipos de implicatura: as **implicaturas convencionais**, e as **implicaturas conversacionais**, que podem ser **particularizadas** ou **generalizadas**.

As **implicaturas convencionais** não dependem da quebra de máximas, mas sim do significado convencional de algumas palavras. Vejamos o exemplo abaixo:

(6)
João é político, mas é honesto.

O que não está dito nesse enunciado, ou seja, sua mensagem implícita, é recuperada através do significado convencional da conjunção adversativa *mas*. O ouvinte irá inferir que *‘os políticos são geralmente desonestos’* graças ao uso dessa conjunção, sem a necessidade de cálculos dedutivos. Grice, ao exemplificar com o enunciado *He is an Englishman; he is, therefore, brave*, explica que embora tenha dito que ‘ele’ é Britânico e que ‘ele’ é valente, não foi dito que sua valentia decorre do fato de ‘ele’ ser Britânico. No entanto, isso fica indicado, ou *implicado*, no enunciado, graças ao uso de *‘therefore’*. Esse exemplo Grice usou para ilustrar a **implicatura convencional**, que de acordo com ele, difere da **implicatura conversacional**, pois essa última precisa ser calculada para que seja reconhecida.

Por outro lado, as implicaturas conversacionais são consequência da quebra de máximas do PC. O falante viola uma máxima para gerar uma implicatura, como será demonstrado abaixo, em forma de diálogos, um exemplo para cada máxima e submáxima do PC:

1) Quebra da primeira máxima de quantidade:

A: Tu tens o telefone do João?
B: Sim.

Ao dar menos informação do que lhe foi solicitado (o falante B deveria responder algo como *‘Sim, teu tenho, o número é...’*, ou simplesmente *‘Não tenho’*), ele violou a primeira máxima de qualidade e o falante A pode inferir algo como *‘O falante B tem o número de telefone do João, mas por algum motivo não quer ou não pode me dar’*.

2) Quebra da segunda máxima de quantidade:

A: Quanto tu tirou na prova de ontem?

B: Tirei 6, mas foi uma das notas mais altas da turma, e a professora vai dar outra prova no final do trimestre para recuperar.

Neste exemplo, supomos que o falante *A* queria saber apenas a nota que *B* tinha tirado na prova. O falante *B*, ao dar mais informações do que *A* solicitou, pode implicar que ele tinha a intenção de comunicar (dessa forma implicando) algo como '*Essa é minha nota, que apesar de mediana, foi boa se comparada a dos outros, e mesmo não tendo sido muito boa, poderei recuperar depois*'.

3) Quebra da primeira máxima de qualidade:

A: Tu sabes onde fica o Grand Canyon?

B: É óbvio que fica na China.

A: Bah, nada a ver, nem é na China.

B: É sim, vai por mim.

O falante *B* deu uma resposta falsa, e nesse caso diferentes possibilidades: ou ele estava sendo irônico, ou estava mentindo, ou realmente não sabe a resposta. Se foi irônico, ele pode implicar que achou a pergunta muito óbvia, e se estava mentindo, pode implicar que não quer que *A* saiba a resposta correta (eles podem ser concorrentes em alguma prova que exija conhecimentos de Geografia, por exemplo).

4) Quebra da segunda máxima de qualidade:

A: O que vai passar na *Sessão da Tarde* hoje?

B: Só pode ser o *Lagoa Azul*.

Nesse caso, o falante *B* não tem certeza de que filme irá passar na TV, mas mesmo assim responde com uma informação a princípio falsa. Isso pode implicar algo como *B* acredita que o filme '*Lagoa Azul*' passa com tanta frequência nesse programa, que nem há necessidade de checar a programação da TV, por ser tão previsível. Embora o enunciado de *B* não seja completamente falso, uma vez que ele utiliza a expressão '*só pode*', essa mesma expressão indica falta de certeza, e dessa maneira, *B* viola a segunda máxima de qualidade ao dar informação da qual não possui evidência adequada.

5) Quebra da máxima de relação:

A: Como foi a festa ontem?

B: Que tal pedirmos uma pizza?

O falante *B*, ao desviar do assunto, pode implicar que não quer responder à pergunta de *A*, ou porque a festa foi muito ruim e ele não quer falar sobre isso, ou porque aconteceu algo que *A* não iria gostar de ouvir.

6) Quebra da primeira máxima de modo:

A: E então, como foi teu encontro com João?

B: Nossa, estava quente!

O falante *B* gerou uma ambiguidade ao usar o termo ‘quente’, podendo implicar duas coisas distintas: ou o falante *B* encontrou João em um lugar cuja temperatura estava muito alta (supondo-se que é verão, e não há ar-condicionado ou ventiladores), ou pode implicar que esse encontro foi de natureza romântica, insinuando que houve sexo ou algo do tipo.

7) Quebra da segunda máxima de modo:

A: Maria, o que você foi fazer no shopping?

B: (Escondendo as sacolas.) Ah, eu fui fazer umas comprinhas básicas, sabe como é.

A: Mas nós já fomos ontem!

B: Eu sei, mas eu tinha umas comprinhas para fazer.

Nesse exemplo, pode-se imaginar um contexto no qual o falante *A* é o pai de Maria, e ela está sendo obscura em sua resposta porque está escondendo algo dele: ela pode ter ido ao shopping sozinha para comprar-lhe algo e fazer uma surpresa (supondo que estamos perto de uma data como o Dia dos Pais ou o aniversário do falante *A*).

8) Quebra da terceira máxima de modo:

A: O que tu jantou ontem?

B: Eu comi um pedaço de uma massa à base de farinha de trigo e água, coberto com pedaços de fungos comestíveis e o resultado da fervura do leite até talhar para depois ser coado.

O que ocorre nesse exemplo é que o falante *B* foi muito prolixo, entrando em detalhes desnecessários ao invés de ir direto ao ponto: ele comeu uma pizza de cogumelos com ricota. Dessa forma, o falante *A* pode inferir que *B* queria mostrar seus conhecimentos sobre culinária, ou até que *B* estava tentando ser chato ou pedante de propósito.

9) Quebra da quarta máxima de modo:

A: O que aconteceu ontem na aula?

B: O professor deu a prova e a revisão.

Nesse exemplo, o falante *B* pode implicar que o professor executou os atos na seguinte ordem: primeiro deu a prova, e depois deu a revisão. Isso causaria uma certa estranheza ao falante *A*, uma vez que é sabido que as revisões antecedem as provas.

Há ainda outros casos em que as implicaturas podem ser geradas, conforme Grice apontou. O teórico separou os casos em três grupos, sendo o da violação de máximas para gerar implicaturas conversacionais, que acaba de ser ilustrado, o terceiro. No primeiro grupo, estão casos em que aparentemente nenhuma máxima é violada, e que embora pareça que o falante o tenha feito (como a quebra da máxima de relação, por exemplo), o PC foi seguido. Vejamos os exemplos abaixo:

(7)

A: Nossa, estou morrendo de fome!

B: Sabia tem tele-entrega daquela pizza tamanho família?

Nesse exemplo, o falante *B* parece ter quebrado a máxima de relação ao responder algo aparentemente não relacionado ao enunciado de *A*. No entanto, o falante *B* não viola o PC, pois ao mencionar a existência de uma tele-entrega de pizza, implica que se *A* tem fome, isso pode ser facilmente resolvido pedindo uma pizza.

(8)

A: Acredita que de novo eu perdi o ônibus hoje de manhã?

B: É, a “Lei de Murphy” funciona mesmo.

Já neste caso, o falante *B* não viola o PC, pois embora pareça vago, ele quer implicar que acredita em *A*, pois coisas dessa natureza acontecem o tempo todo por pura falta de sorte, e utiliza a expressão “Lei de Murphy”⁹ assumindo que o falante *A* possui conhecimento prévio sobre esse dito popular.

No segundo grupo, estão casos em que uma máxima é violada em detrimento de outra, para que não se viole outra máxima. O falante não abandona o PC totalmente, mas necessita violar uma máxima para comunicar-se. No exemplo abaixo:

(9)

A: Como se diz ‘ornitorrinco’ em Inglês?

B: No *Oxford dictionary* tu vai descobrir.

Nesse exemplo, o falante *B* viola a máxima de quantidade ao não dar informações necessárias para responder à pergunta de *A*. Porém, o falante *B* viola essa máxima para não

⁹ Ditado popular que afirma que “Se alguma coisa pode dar errado, com certeza dará”. Retirado de: http://pt.wikipedia.org/wiki/Lei_de_Murphy, acessado em 24/05/2012.

violar a máxima de qualidade e acabar dando uma resposta da qual não tem certeza. Dessa forma ele foi cooperativo com o falante *A*, mesmo violando o PC.

Como foi dito anteriormente, a implicatura conversacional está no terceiro grupo que Grice identificou para a geração de implicaturas. Esse tipo de implicatura foi bastante detalhada pelo teórico (ao contrário da implicatura convencional), e algumas de suas características, conforme apontado por Grice (1975, p. 57, 58), são o fato de serem **calculáveis, canceláveis, não-separáveis, não-dependentes do dito e indetermináveis**. A **calculabilidade** da implicatura conversacional, segundo o autor, é uma propriedade básica da implicatura conversacional, que a diferencia da convencional. Para ser considerada uma implicatura conversacional, deve-se fazer cálculo dedutível para inferir a mensagem implícita. No exemplo abaixo, já utilizado anteriormente:

(10)

A: Nossa, estou morrendo de fome!

B: Sabia que tem tele-entrega daquela pizza tamanho família?

Para o falante *A* recuperar essa implicatura, ele necessita fazer um cálculo lógico no qual ele faz uma “lista mental” que o leva à conclusão desejada: se a pizzaria tem tele-entrega, devo ligar para lá e pedir uma pizza; ela deve estar aberta hoje, senão o falante *B* não teria me respondido dessa maneira; então devo ligar para lá e pedir uma pizza, pois isso irá resolver meu problema (estou com fome).

A cancelabilidade da implicatura conversacional se dá pelo fato de que podemos adicionar orações que cancelam o que foi implicado a princípio. No exemplo abaixo:

(11)

A: Quanto tu tens na carteira?

B: Tenho 20 reais.

O falante *B* pode implicar que tem somente 20 reais, e nada mais. No entanto, essa implicatura pode ser cancelada se o falante *B* adicionar orações como: ‘*ou mais*’, ‘*e algumas moedas*’, ‘*eu acho*’.

A não-separabilidade da implicatura conversacional diz respeito ao fato de que não importa o modo como o falante expresse o enunciado, pois a implicatura é calculada de acordo com seu conteúdo semântico e conhecimento contextual. No exemplo abaixo:

(12)

A: Estou com fome/Minha barriga está roncando de fome!

B: Tem tele-entrega de pizza/A pizzaria trabalha com tele-entrega.

Mesmo o dito sendo expresso por dois modos diferentes, a implicatura continua a mesma (*‘devo ligar e pedir uma pizza para matar minha fome’*), pois o conteúdo semântico não foi modificado.

A não-dependência do dito ocorre, segundo Grice, pelo fato de que as condições de verdade do dito não interferem na implicatura, pois o dito pode ser verdadeiro, e o implicado, falso, como no exemplo abaixo:

(13)

A: Será que Maria fez a besteira de se casar com João?

B: Não sei. Mas se fez, deixa ela!

Nesse exemplo, o falante *A* expressa sua preocupação com o possível casamento de João e Maria, e o dito, *Maria pode ter se casado com João*, é verdadeiro. O falante *B* quer implicar que o falante *A* não deve se preocupar com isso, uma vez que implica que *não adianta fazer nada, muito menos ir contra a vontade de Maria*. No entanto, o implicado não é verdadeiro, uma vez que o falante *A* pode, no caso de Maria e João não terem se casado ainda, interferir e até mesmo impedir que Maria se case com João.

A indeterminabilidade diz respeito às inúmeras possibilidades do falante, supondo que este esteja seguindo o PC, de implicar algo indeterminado (como uma metáfora, por exemplo), uma vez que há uma “lista aberta” de explicações para o que foi implicado, como no exemplo abaixo:

(14)

A: Os políticos são todos sanguessugas.

O falante viola a máxima de qualidade com seu enunciado, uma vez que pessoas não podem ser sanguessugas. No entanto, ele o faz para implicar que os políticos podem ser comparados aos sanguessugas, que são parasitas que sugam o sangue de pessoas e animais. Dessa forma, a implicatura é de que os políticos agem como parasitas, sugando o dinheiro público em benefício próprio.

Em sua teoria, Grice diferenciou dois tipos de implicaturas conversacionais: as **generalizadas** e as **particularizadas**. As **implicaturas generalizadas** são aquelas que não dependem de contexto específico, como no exemplo abaixo:

(15)

A Maria vai sair com um cara hoje.

Desse enunciado, é possível inferir que a Maria não vai encontrar seu pai ou seu irmão, e que esse homem que ela irá encontrar é provavelmente um adulto, que a pessoa que

falou o enunciado não o conhece. Tal implicatura pode ser cancelada se o falante adicionar informações como ‘um cara que eu adoro, o pai dela’, por exemplo.

Embora elas não sejam identificadas por algum item lexical específico, como é o caso das implicaturas convencionais, Grice, da mesma forma, não as desenvolveu com profundidade em seu trabalho. As implicaturas conversacionais generalizadas precisam de cálculo dedutivo, ao contrário das implicaturas convencionais.

Por outro lado, as **implicaturas conversacionais particularizadas** dependem de contexto específico para que possam ser calculadas. Vejamos os exemplos abaixo:

(16)
João é um gênio.

Para poder inferir desse enunciado que *João é muito inteligente*, é necessário estar em um contexto em que João só tire notas altas na escola ou que sempre tenha uma solução inteligente para tudo, por exemplo. No entanto, se o contexto for o de que João não é muito inteligente, o enunciado deve ser interpretado como uma *ironia*.

(17)
A: Maria anda muito feliz ultimamente.

Esse enunciado depende de algum contexto específico, como um contexto em que Maria está namorando, ou que conseguiu o emprego que sempre sonhou.

A Teoria das Implicaturas de Grice foi, sem dúvida, um marco na história dos estudos sobre Filosofia da Linguagem e Pragmática, ao introduzir os conceitos de intencionalidade do falante, o Princípio da Cooperação e as implicaturas. No entanto, essa teoria enfrenta críticas de diversas naturezas, devido à falhas que foram identificadas por outros teóricos, o que em alguns casos gerou novas teorias. Nos próximos subcapítulos deste trabalho, iremos apresentar algumas dessas críticas que trouxeram questionamentos pertinentes aos problemas encontrados na teoria de Grice.

2.2 COSTA E O MODELO AMPLIADO DE GRICE

Costa (1984/2008) observou que o fenômeno dos estudos em Pragmática se mostrava forte e promissor, com trabalhos importantes na Filosofia, na Lógica e na Linguística. Embora muitos estudos tenham sido feitos naquele contexto de “paradigma pré-revolucionário de uma Pragmática embrionária” (COSTA, 2008, p.21), o autor se dedicou a investigar mais profundamente os trabalhos de alguns críticos da teoria de Grice, tais como Gazdar (1979),

Sperber & Wilson (1982) e Levinson (1983), além de aprofundar na Teoria das Implicaturas de Grice, para a qual ele desenvolveu uma nova abordagem.

Antes de descrever o Modelo Ampliado desenvolvido por Costa, faz-se necessário abordar brevemente os trabalhos dos autores acima citados. Gazdar (1979) propôs que Pragmática estudaria o significado menos as condições-de-verdade, e criticou a obra de Grice por acreditar que a noção de implicatura conversacional não fora desenvolvida de maneira clara. O crítico de Grice pretendia dar um tratamento mais formal ao estudo das implicaturas, mais semelhante à Semântica, e seguindo Horn (1972), propôs um mecanismo de implicaturas escalares e oracionais. Esse mecanismo se aplica às implicaturas conversacionais de quantidade, uma vez que há graus de quantidade de informação em enunciados, o que interfere em sua interpretação, e de qualidade, pois nem sempre o falante fala o que realmente sabe, uma vez que o conceito de verdade é muito difícil de ser formulado.

Outra noção importantes quando se investiga a compreensão de enunciados que vão além do dito, especialmente as implicaturas conversacionais, é o contexto em que ocorre a comunicação e o conhecimento mútuo entre os falantes. Sperber & Wilson (1982, p. 65) observaram que a noção de conhecimento mútuo apresenta problemas, como a determinação do que é mútuo e o que não é. Além disso, os autores afirmam que o conhecimento mútuo não é nem condição suficiente nem necessária do contexto comunicativo, sendo possível uma proposição ser mutuamente conhecida sem fazer parte desse, e que uma proposição pode fazer parte do contexto sem ser mutuamente conhecida. Nessa obra, os autores introduzem a noção de relevância de Grice como uma supermáxima, que relaciona contexto e enunciado, chamando esse tipo de inferência “implicação contextual”.

Levinson (1983), como já foi anteriormente descrito neste trabalho, observou que existem fenômenos do significado que não são abarcados pela Semântica, e questiona qual é o escopo da Pragmática. Ele concorda com a definição de Gazdar, afirmando que a Pragmática se ocupa dos enunciados, que por sua vez dependem de contextos e não de condições de verdade, como a Semântica.

Costa (2008, p. 36), ao sistematizar o estudo dos teóricos acima citados, adotou a definição de Gazdar para a Pragmática, argumentando que a linguagem natural possui uma base lógica, e que à esta não cabe a produção de informações novas. Isso seria função da comunicação linguística, e dessa forma informações novas não podem ser compreendidas via cálculos dedutivos, mas sim via inferências pragmáticas. O teórico define, então, o escopo da Pragmática adotada em sua obra: “a Semântica seria a disciplina das condições-de-verdade dos enunciados, a Semântica da Referência. A Pragmática seria a disciplina das condições

comunicativas dos enunciados; Pragmática do sentido, das implicaturas e dos atos de fala” (COSTA, 2008, p. 40).

A partir desses conceitos revisitados, Costa baseou-se nos críticos de Grice e apontou limitações para a Teoria das Implicaturas. O teórico assume as reformulações feitas pelos autores citados acima, mas suas maiores contribuições foram a hierarquização da máxima de **relevância** (ou relação) a um status de supermáxima, sendo ela uma propriedade geral manifesta nas outras máximas, e a sistematização das **inferências em multiformes**, apresentando uma abordagem mais ampla do que a da Lógica, como foi feito por Grice.

Primeiramente, vamos analisar o conceito de relevância para Costa. O teórico procurou se distanciar da noção de relevância de Grice, e discutir seu papel e função em diferentes casos. A relevância, para Grice, é a supermáxima da Máxima de Relação, que quando violada, os interlocutores inferem a implicatura conversacional assumindo que o falante está seguindo o PC. Costa (2008, p. 92) ilustra o caso com exemplos de diversas naturezas, e defende que “mesmo no caso da relevância tomada como supermáxima da categoria de relação, a implicatura surge para harmonizar relações entre funções diversas do jogo comunicativo”. Tais funções seriam as seguintes (os exemplos *a*) – *e*) foram retirados de COSTA, 2008, p. 90):

a) Relação dito - Ato Comunicativo

A: Você me chamou?

B: Sim, preciso de fósforos.

Esse é o caso clássico, tal como ilustrado por Grice. O falante *A* pode inferir que *B* precisa de fósforos naquele momento, caso contrário não o teria chamado. Se *A* não inferisse que *B* precisa de fósforos agora, o enunciado de *B* não seria relevante.

b) Relação dito - Tópico da Conversação

A: Que horas são?

B: Você não gosta de estar comigo?

Nesse exemplo, o falante *B* parece estar quebrando a máxima de relação. No entanto, ele procura causar no falante *A*, a interpretação de que se *A* gostasse dele, não teria porque perguntar as horas. Dessa maneira, *B* é relevante se supormos que ele está sugerindo mudança de assunto.

c) Relação dito - Princípio da Cooperação

A: Que horas são?

B: Já começou o Jornal Nacional.

Como Costa aponta, nesse exemplo, a quebra da máxima parece ser mais fraca do que no caso anterior, uma vez que o falante *B*, ao não ter a informação exata, procurou quebrar a máxima de relação ao invés da máxima de qualidade. O falante *B* assume que *A* saiba o horário do Jornal, dessa forma sendo relevante e cooperativo.

d) Relação Intradito - Dito - Dito

A: Você viu o que aconteceu?

B: A namorada do João chegou e ele jogou o cigarro fora.

O enunciado de *B* parece muito longo e complexo, de forma que temos a impressão que ele violou a máxima de relação. No entanto, o falante *A* busca a implicatura que João não queria que a namorada o visse fumando.

e) Relação entre forma e conteúdo do dito

A: João brigou com a Maria?

B: Não, foi com a Greice.

A: O João brigou com a Maria?

B: Não, foi José.

Nos dois exemplos acima, a diferente resposta é motivada por diferentes acentuações no enunciado: no primeiro, *A* quer saber de Maria, e no segundo, quer saber de João. É uma inferência obtida pela forma do dito (a acentuação do interlocutor) em relação com seu conteúdo.

Costa diferenciou dois tipos de geração de implicaturas dentro do modelo de Grice. Um dos casos, chamado de Implicaturas *standard* (Levinson, 1983), ocorre quando o falante aparentemente desrespeita as máximas para continuar obedecendo ao PC. O outro caso é o típico caso de quebra de máximas. O papel da relevância no caso das implicaturas *standard*, segundo Costa (2008, p. 96), é o de acrescentar as implicaturas conversacionais *standard* ao dito, dessa forma tornando-o o mais relevante possível. Dessa maneira, tais implicaturas são autorizadas através de um juízo sobre sua relevância. Já no caso das quebras de máxima, Costa explica que as quebras são irrelevâncias pragmáticas, que servem para gerar implicaturas que carregam a significação pretendida do que foi dito. A relevância pragmática, no caso das implicaturas geradas por quebra de máxima, está na própria implicatura: “a

implicatura é a relevância pragmática do dito”. Dessa maneira, o que é relevante é justamente o que foi implicado pela quebra de uma máxima.

Para o autor, a noção de relevância está presente em todos os níveis de cooperação, portanto as implicaturas dependem dela. Por essa razão, Costa (2008, p.99) propõe que a relevância seja tratada como uma “propriedade do fenômeno de cooperação conversacional”, e não como uma máxima, no mesmo nível das outras, uma vez que a “relevância é a propriedade pragmática por excelência”. Fica claro, então, a intenção do autor em propor a hierarquização da relevância, que passa a ser uma supermáxima que rege todas as outras no processo comunicativo-inferencial, ligada ao princípio geral de cooperação. Esse princípio de supermáxima seria, então, “Seja o mais relevante possível”, ao passo que enquanto máxima relacionada à categoria de relação, trata-se de uma estrutura mais superficial da noção de relevância (Costa, 2008, p. 99).

Com o Princípio da Cooperação reformulado para a supermáxima “Seja o mais relevante possível”, Costa apresenta suas **Regras Gerais para a Conversação**, uma espécie de reformulação e reestruturação das máximas de Grice:

a) Categoria de Quantidade

1ª Máxima: Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto o requerido (para o propósito corrente da conversação).

2ª Máxima: Não faça sua contribuição mais informativa que o requerido.

b) Categoria de Qualidade – Supermáxima: “Diga somente o que você sabe”.

1ª Máxima: Não diga o que você sabe ser falso.

2ª Máxima: Não diga o que você não pode assumir como sabendo.

c) Categoria de Relação – Supermáxima: “Seja adequado”.

d) Categoria de Modo

1ª Máxima: Evite obscuridade.

2ª Máxima: Evite ambiguidade.

3ª Máxima: Seja breve (evite prolixidade).

4ª Máxima: Seja ordenado.

Além dessa reformulação da proposta de Grice, Costa alçou a máxima de relevância à categoria de supermáxima, e para ilustrar esse processo, propôs “o cálculo das implicaturas” (2008, p. 109), que simboliza o processo de raciocínio das pessoas. Nesse processo, o autor apresenta os seguintes elementos: *enunciado*, *remetente*, *destinatário*, *contexto* e *implicaturas*. Através desse cálculo, Costa explicita o encadeamento inferencial, o que Grice

não explorou em sua obra. Para ilustrar como esse cálculo de inferências em cadeia ocorre, observe o exemplo abaixo:

(Contexto - C)

Furacão Sandy atinge costa leste dos EUA, causando mortes e destruição.

A cidade de Nova York foi uma das mais atingidas.

A modelo brasileira Nana Gouvea reside na cidade com seu marido.

Ela fez declarações sobre o furacão para um site sobre celebridades.

(Enunciado - E)

“Eu amo passar por *hurricanes* (furacões) com meu amor! É muito romântico e hoje vou abrir uma garrafa de vinho”

(Remetente - B)

Nana Gouvea

(Destinatário - A)

Leitores de revistas/sites sobre celebridades.

(Implicaturas)

B disse que E

B e A sabem que C trata-se de uma tragédia

B, ao ser questionada sobre C, responde com E, e acredita estar cooperando

B quebra a máxima de relação, pois E não é adequado a C

A pensa que pessoas abrem garrafas de vinho para celebrar algo, e C não é algo a ser celebrado, muito menos algo romântico

B implicou com E que considera furacões situações românticas.

Dessa forma, A infere que B não foi adequada a C.

Esse cálculo é uma exemplificação de como os passos do processo inferencial ocorrem. A declaração da modelo teve reações bastante negativas, e o cálculo apresentado acima explicaria como os leitores chegaram à conclusão de que ela fez uma declaração infeliz. Por outro lado, podemos até pensar que seu enunciado foi adequado ao contexto de site de fofocas, uma vez que tais sites utilizam polêmicas para atrair leitores, e podemos pensar que a intenção da modelo foi justamente causar polêmica. No entanto, ela causou uma implicatura, a de que *‘acha furacões românticos’*, que por sua vez também pode implicar que *‘não se importa com as vítimas, uma vez que ela está segura em seu apartamento, abrindo uma garrafa de vinho’*. Os leitores, através do cálculo acima, foram capazes de identificar tais implicaturas, e inferiram que o enunciado da modelo foi inadequado.

Além da noção de relevância, o teórico também reformulou a divisão tipológica das implicaturas, ou seja, das inferências pragmáticas. Abaixo está explicitada sua classificação:

- a) Quanto à natureza Pragmática
 - Convencionais: Relação dito-léxico
 - Conversacionais: Relação dito-contexto-princípio da cooperação
- b) Quanto ao tipo de causa:
 - Standard: Respeito às máximas
 - Quebra: Violação às máximas
- c) Quanto ao tipo de contexto:
 - Generalizadas: Contexto geral (regras linguísticas)
 - Particularizadas: Contexto particular (regras comunicacionais)

Neste trabalho, Costa introduziu¹⁰ a noção de que as inferências linguísticas são multiformes, ou seja, são geradas por diferentes fontes. Abaixo segue a tipologia para as inferências linguísticas multiformes:

- a) **Inferências fonológicas** – *ligadas à prosódia*.
Exemplo: João beijou Maria.
Inferências: Se a acentuação estiver em ‘João’, inferimos que ‘não foi outro rapaz que beijou Maria’; se a acentuação estiver em ‘Maria’, inferimos que ‘não foi outra mulher que João beijou’.
- b) **Inferências lexicais** – *ligadas ao significado da palavra*.
Exemplo: João é solteiro.
Inferências: ‘João não é casado’.
- c) **Inferências morfológicas** – *ligadas ao significado de morfemas*.
Exemplo: ‘João é feliz’.
Inferências: ‘João não é infeliz’.
- d) **Inferências sintáticas** – *semelhantes aos acarretamentos sintáticos*.
Exemplo: ‘João ama Maria’.
Inferências: ‘Maria é amada por João’.
- e) **Inferências semânticas** – *semelhantes aos acarretamentos semânticos*.
Exemplo: ‘João tem três filhos’

¹⁰ Noção desenvolvida posteriormente em: http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/sobre_o_discurso_juridico_politico.pdf, acessado em 12/06/2012.

Inferências: ‘João tem dois filhos’

f) **Inferências pragmáticas** – *semelhantes às implicaturas*.

Exemplo: ‘João tem três filhos’.

Inferências: ‘João tem só três filhos’.

Essa tipologia de inferências se aplica às inferências ditas naturais, ou seja, inferências da linguagem natural. Elas não se relacionam com as inferências da lógica, por exemplo, que são inferências dedutivas, necessárias e não-canceláveis. Devido a essa tipologia, pode-se concluir que as inferências naturais são complexas, envolvendo aspectos linguísticos, como suas multiformas, e aspectos contextuais, como as regras da conversação, regidas pela supermáxima da relevância.

De um modo geral, o modelo ampliado de Costa (2008) passou a navalha de Occam no modelo clássico de Grice, resistematizando as máximas conversacionais sob a noção de relevância, ao passo que a máxima de relação relaciona-se com a adequação do enunciado ao conteúdo da conversa, e não com a relevância, como no modelo de Grice. A relevância foi alçada a um patamar mais alto na hierarquia, passando a ocupar o lugar do Princípio Cooperativo. Além disso, Costa também contribuiu para uma nova sistematização das implicaturas, adicionando as categorias *standard* e por quebra. Costa ocupou-se de falhas estruturais no modelo de Grice, especialmente nas implicaturas conversacionais. A teoria que será analisada a seguir ocupa-se especificamente das implicaturas conversacionais generalizadas, oferecendo um tratamento mais aprofundado para tais implicaturas.

2.3 LEVINSON E A TEORIA DAS IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS GENERALIZADAS

Em sua obra *Presumptive Meanings* (2000), Levinson apresenta uma releitura da Teoria das Implicaturas de Grice, focando na noção de **Implicatura Conversacional Generalizada** (doravante ICG). O teórico investiga a natureza de tal implicatura, que como foi mostrado anteriormente, é o tipo de implicatura que não depende de contexto específico para ser apreendida. Sua busca por uma teoria da comunicação humana é mais linguística do que filosófica (tal como Grice) ou psicológica (tal como Sperber & Wilson).

As ICGs seriam, por hipótese, inferências *default*, feitas de maneira intuitiva através de nossas interpretações mais normais, prováveis ou preferíveis. Levinson defende que essa

noção de ICG apresentada por Grice é um tanto simplista, e defende uma teoria da comunicação mais forte e específica para a interpretação *default*. O teórico, no entanto, não discorda totalmente de Grice: ele assume as ICGs como inferências *default* tal como Grice, porém defende o uso de modelos formais para investigá-las.

Levinson (2000, p. 16) argumenta que Grice não deu um tratamento muito aprofundado para as distinções entre as ICGs e as ICPs (implicaturas conversacionais particularizadas). O autor, então, faz sua diferenciação entre as ICGs e as ICPs ao afirmar que as ICPs dependem de suposições contextuais específicas que normalmente (ou seja, fora de um contexto específico) não seriam obtidas. As implicaturas serão consideradas generalizadas desde que não exista um contexto específico que guie sua interpretação. O autor ilustra essa distinção com o enunciado *Alguns convidados já estão indo embora*, dito em dois contextos diferentes:

(18)

Contexto 1:

A: Que horas são?

B: Alguns convidados já estão indo embora.

PCI: *Deve ser tarde.*

GCI: *Nem todos os convidados já estão indo embora.*

Contexto 2:

A: Onde está John?

B: Alguns convidados já estão indo embora.

PCI: *Talvez John já tenha ido embora.*

GCI: *Nem todos os convidados já estão indo embora.*

Nos dois contextos, o enunciado de *B* gerou ICPs diferentes, sendo que nos dois contextos o falante *B* aparentemente quebrou a máxima de relação. No entanto, como as ICPs indicam, o enunciado foi relevante para o falante *A*. Por outro lado, os dois contextos geraram as mesmas ICGs: *nem todos os convidados estão indo embora*. Com esse exemplo, Levinson testa a generalidade de tal implicatura, e comprova que enunciados contendo quantificadores, tais como ‘Algum X é Y’, terão uma interpretação *default* ‘Nem todos X são Y’. Outro exemplo que o autor utiliza para ilustrar o fato de que a interpretação das ICGs normalmente é *default* e plausível em um contexto geral, é com o uso do artigo indefinido:

(19)

‘Eu vi uma mulher no meu escritório’

GCI: *Eu vi alguém que não era minha esposa/namorada/mãe, etc.*

Como foi ilustrado anteriormente por Grice, exemplos como esses acima, por não serem específicos, ou porque o falante não quis ser ou porque não pôde ser específico, acabam gerando implicaturas generalizadas. As inferências não são baseadas unicamente nos ítems lexicais (quantificadores, artigos indefinidos) tal como ocorre com as Implicaturas Convencionais. As ICGs são feitas a partir de pensamentos padrão, ou interpretações *default*, pois as elocuições, por serem pouco específicas e por demais generalizadas (‘alguns foram’, ‘a mulher’), acabam gerando implicaturas dessa natureza.

Ainda em sua revisão da Teoria das Implicaturas, Levinson adiciona mais duas propriedades das implicaturas conversacionais à lista de Grice¹¹: a de **adicionar**, de maneira explícita, o que é implicado (como no exemplo 18, o falante pode dizer ‘Nem todos os convidados estão indo embora’, para não repetir ‘alguns’); e a **universalidade**, que diz respeito à tendência das implicaturas conversacionais de serem motivadas pela racionalidade, e não por mecanismos arbitrários.

Levinson introduz, então, sua versão para uma teoria da comunicação, que se distancia de Grice (1957) e outras visões mais tradicionais por apresentar três níveis de significação, ao invés de dois. O teórico defende que a comunicação não somente está dividida em o que é dito e o que é implicado, mas acredita que existe um terceiro nível, onde as ICGs se encaixariam, pelo fato de interpretações *default* não estarem relacionadas ao reconhecimento das intenções do falante, como é o caso das outras implicaturas. Grice (1957) propõe que a significação divide-se em **significado da sentença** e o **significado do falante**, sendo o primeiro nível relacionado ao que é dito, e o segundo ao que é implicado. Levinson (2000, p. 22) concorda com essa combinação de significados, no entanto acrescenta o **significado do enunciado**, ou em suas palavras, *utterance-type-meaning*: “This third layer is a level of systematic pragmatic inference based not on direct computations about speaker-intentions but rather on general expectations about how language is normally used”. Dito em outras palavras, essas inferências não passam por muitos cálculos dedutivos, como as ICPs, e sim são feitas por um processo de interpretação *default*.

Esse terceiro nível, como Levinson (2000, p. 23) indica, não é novidade para a Pragmática. A divisão que Austin (1962) fez em sua Teoria dos Atos de Fala representa os três níveis da teoria da comunicação humana propostos por Levinson: os **atos locutórios** correspondem ao significado da sentença; os **ilocutórios** ao significado do enunciado; e os

¹¹ Mencionada no subcapítulo 2.1 deste trabalho.

perlocutórios ao significado do falante. O **significado do enunciado** funciona, então, como um nível intermediário, que abarca o significado padrão de enunciados e suas interpretações preferíveis, que não dependem da identificação das intenções dos falantes, nem do dito. No entanto, uma teoria que se ocupe das ICGs deve reconhecer que sem uma teoria comunicativa dividida em três níveis, não se pode investigá-las, uma vez que elas fazem parte deste nível intermediário, deixado de lado por teorias comunicacionais mais gerais como a de Grice (1957). No entanto, a teoria não deve tratar as ICGs como expressões convencionais da língua (tais como *expressões idiomáticas* ou *clichês da língua*), mas sim como um conjunto de princípios que sugerem interpretações específicas.

Dessa forma, a noção de ICG está relacionada ao significado do enunciado, ou seja, o nível intermediário de significação. Para Levinson, as ICGs são parte da natureza comunicacional, pois são interpretações esperadas, independentes de contextos. Em seu trabalho, o teórico está interessado somente nas inferências *default*, e defende que as ICGs são importantes para uma teoria lingüística, embora tenham sido deixadas de lado por outras teorias comunicativas mais gerais. O autor, então, defende uma teoria para as interpretações *default*, e procura compreender a natureza do processo inferencial. Ele argumenta que existe uma assimetria entre o processo articulatório da linguagem (muito lento) e o processamento inferencial (muito rápido), e que portanto deve haver um sistema que maximize as inferências. Para Grice, todo processo inferencial envolve a recuperação das intenções dos falantes, o que para Levinson (2000, p,30) é um problema lógico, uma vez que não se pode fazer o processo inverso, de voltar da conclusão para as premissas, pois há infinitas possibilidades de premissas que levam à mesma conclusão.

O que Levinson propõe para resolver essas limitações é um sistema de conjuntos de **heurísticas**, que nas palavras do autor funcionam da seguinte forma:

“a set of heuristics, mutually assumed by sender and receiver, that must at the same time constrain the inferential enrichment in such a way that the overall message can still be currently recovered, by guiding (or coordinating) the match between the chosen signal and the recoverable message” (LEVINSON, 2000, p. 30)

Sua solução está em formular um conjunto de heurísticas, que funcionam como restrições que limitam a possibilidade de inferências de modo que o receptor consiga recuperar a mensagem, que por sua vez o guia para a compreensão esperada. O teórico formulou as heurísticas baseando-se nas máximas de Quantidade e de Modo, propondo uma nova perspectiva às máximas de Grice. Levinson formulou três heurísticas, descritas e exemplificadas abaixo:

1ª Heurística (Q): *O que não é dito, não é.*

Exemplo: Tem arroz integral e feijão preto para o almoço.

Inferências possíveis: ‘Não tem lentilha para o almoço’; ‘Não tem feijão branco para o almoço’.

Esse tipo de inferência depende de contrastes salientes, claramente estabelecidos. No exemplo acima, pode-se inferir que não há ‘feijão branco’ para o almoço porque no enunciado está dito claramente que há ‘feijão preto’. Como não foi dito no enunciado que há outro tipo de leguminosa para acompanhar o arroz (como lentilha, ou feijão branco), então é porque não há outro tipo de leguminosa, somente o feijão preto. Levinson compara a heurística Q com a primeira máxima de quantidade de Grice (“Faça sua contribuição tão informativa como necessária”).

2ª Heurística (I): *O que é apenas descrito, é exemplificado estereotipicamente.*

Exemplo: Tem arroz integral e feijão preto para o almoço.

Inferências possíveis: ‘O arroz é integral, do tipo comum, e não o arroz integral vermelho ou o arroz preto (“selvagem”)’; ‘o feijão preto é cozido, com caldo, mas não é uma feijoada’.

A descrição no enunciado é bastante simples (‘arroz integral’, ‘feijão preto’), mas o ouvinte pode fazer inferências utilizando seu conhecimento prévio. A descrição é mínima, e dessa forma, gera interpretações bastante típicas. A heurística I é comparada à segunda máxima de quantidade (“Não faça sua contribuição mais informativa do que o necessário”), relacionada à ideia de que quanto menos específico, mais informativo, assim gerando interpretações típicas.

3ª Heurística (M): *O que é dito de maneira anormal, não é normal; ou enunciados atípicos indicam situações atípicas.*

Exemplo: Para o almoço de hoje, haverá um mix de cereais e grãos cozidos, o prato preferido do brasileiro!

Inferências possíveis: ‘O prato preferido dos brasileiros é o arroz e feijão’, ‘O cereal cozido corresponde ao arroz, e o grão, ao feijão’

Esse tipo de inferência se relaciona com a ideia de que se o falante usou termos atípicos em seu enunciado, ele quer passar a mensagem de que a situação não é comum. Dessa maneira, o ouvinte poderá inferir que o excesso desnecessário de palavras para dizer algo mais simples (‘arroz e feijão’) pode indicar que a situação em que o enunciado é dito, não é uma situação normal. A heurística M é relacionada a primeira e terceiras máximas de modo, que postulam “não seja obscuro” e “evite prolixidades”.

As heurísticas limitam a possibilidade do receptor de ir muito além de expressões dos enunciados e também limitam a procura por intenções do falante, dessa forma solucionando o

problema lógico acima exposto, apontado por Levinson (1995). De um modo geral, a segunda e a terceira heurística postulam que se o enunciado foi dito de maneira simples, breve e não-marcado, deve ser interpretado de maneira estereotípica ou comum, esperada; mas se foi dito de maneira marcada, esse tipo de interpretação não deve ser usada.

Sobre a tipologia das ICGs, Levinson assume que as inferências do tipo Q e M se apóiam na linguagem, ao passo que as inferências do tipo I baseiam-se em estereótipos sobre o mundo. As inferências Q dependem de contrastes semânticos, enquanto as inferências M dependem de contrastes formais. Dessa forma, as inferências Q e M são metalingüísticas, e para serem recuperadas precisam de referência a algo que poderia ter sido dito, mas não foi. Por exemplo, no enunciado:

(20)
E comi alguns biscoitos.

É possível negar a implicatura *alguns, não todos*, ao focar no elemento lingüístico *alguns*, reformulando a implicatura para *Você não comeu ALGUNS biscoitos, você comeu TODOS*. Por outro lado, as inferências I não têm base metalingüística, gerando interpretações diretas e estereotípicas de expressões não-marcadas.

Além disso, as ICGs são um modo *default* de raciocinar. Como no exemplo 20, elas podem ser canceladas se forem adicionadas mais premissas, e por essa razão, conforme Levinson aponta, não é possível que derivem de inferências dedutivas. O autor defende que a dedução não é parte do raciocínio informal¹², que por sua vez é não-monotônico. Uma vez que propõe um tratamento mais formal ao estudo das ICGs, o teórico admite a dificuldade em fazê-lo, já que não sabemos exatamente como os falantes planejam gerar implicaturas com seus enunciados, nem como os ouvintes as recuperam. Levinson contorna o problema ao propor que as ICGs são protótipos de inferências *default*, e assume a lógica informal, não dedutiva. Então, a maneira como as ICGs funcionam logicamente seria através de presunções sobre as interpretações, baseadas no fato de que os ouvintes assumem uma heurística, e como consequência uma interpretação em particular, assumindo que o falante compartilha a mesma heurística.

Levinson aprofundou a investigação das ICGs, ao assumir que outros estudos sobre implicaturas não deram conta do fenômeno das interpretações *default*, por tratarem das inferências, no geral, como inferências da melhor interpretação, não abarcando o caso específico das ICGs, que não ilustram a melhor interpretação, mas sim a mais esperada ou

¹² O raciocínio informal gera *inferências naturais*, diferentemente da Lógica, que apresenta um sistema de raciocínio formal, que gera inferências de natureza dedutiva.

preferível. Um desses estudos é o de Sperber e Wilson (1996), o qual será abordado no próximo subcapítulo deste trabalho.

2.4 SPERBER & WILSON E A TEORIA DA RELEVÂNCIA

Como já foi mencionado anteriormente, Sperber & Wilson (1982) tiveram o *insight* de que a máxima de relação de Grice não fora suficientemente desenvolvida, e que na verdade, a noção de *relevância* atrelada à essa máxima é o que guia todo o Princípio Cooperativo. Essa noção levou os autores a desenvolverem um modelo de comunicação ostensivo-inferencial, conhecido como Teoria da Relevância (1996), uma teoria de cunho pragmático-cognitivo-comunicativo.

Os autores iniciam sua crítica revisitando um modelo comunicativo conhecido como Modelo Semiótico, no qual a comunicação se dá através de códigos. Nesse sistema, o falante e o ouvinte se comunicam através de uma mensagem e um sinal que a representa, dessa forma o sinal acústico é uma representação do código linguístico, que por sua vez representa a língua, com seu sistema próprio de símbolos e regras. O sinal modifica o ambiente exterior do falante e do ouvinte (os dois mecanismos envolvidos no processamento de informações), sendo esse último responsável por *decodificá-lo*. O processo comunicacional da Semiótica é, dessa maneira, um processo de decodificação dos sinais acústicos, no qual o ouvinte, para compreender a mensagem, deve recuperá-la associando o sinal acústico ao código linguístico subjacente.

Esse modelo comunicativo, baseado na codificação de mensagens pelos falantes e decodificação pelos ouvintes, não considerava o papel do contexto na comunicação. Grice (1975), com sua Teoria das Implicaturas, ofereceu uma alternativa à Semiótica peirceana ao introduzir a noção de que o simples decodificar o sinal linguístico não é suficiente para captar as intenções do falante. Dessa forma, o que é dito precisa ser decodificado, mas o que é comunicado além do dito necessita ser inferido, e não somente decodificado. Sperber & Wilson (doravante S&W) apoiaram-se na teoria de Grice e assumiram as noções de intencionalidade e de contexto. No entanto, se distanciaram do filósofo ao defenderem que a noção de relevância é o que guia as demais máximas durante o processo inferencial, e demonstram que dentre várias interpretações pragmáticas de um enunciado, a mais relevante é selecionada no processo de compreensão. Para melhor compreender como isso ocorre,

demonstraremos agora os argumentos que S&W defendem em sua Teoria da Relevância (doravante TR).

O modelo de teoria inferencial proposto por S&W possui uma abordagem mais psicológica do que filosófica, como o de Grice. Os autores argumentam que embora Grice tenha desenvolvido uma teoria inferencial para a comunicação, ele não procurou explicar como ocorrem os processos inferenciais em nossas mentes, tampouco como reconhecemos as intenções dos falantes e escolhemos informações contextuais necessárias para compreender enunciados. Reconhecendo tais falhas do ponto de vista cognitivo do processo inferencial, S&W procuraram, em sua teoria, explicar mecanismos da psicologia humana nesse processo, que de acordo com os autores, trata-se de um conjunto de premissas que resulta em um conjunto de conclusões, que se seguem logicamente das premissas, ou são confirmadas por elas. Esse processo se difere do processo de decodificação, mencionado anteriormente; no entanto, S&W argumentam que o processo inferencial pode ser parte do processo de decodificação. Isso ocorre porque a interpretação de elocuições se dá em dois níveis: um linguístico, relacionado à gramática, e outro pragmático, que depende do contexto e do reconhecimento das intenções do falante.

A noção de intencionalidade, introduzida por Grice (1975) e desenvolvida também por outros filósofos da mente (Searle, 1983; Strawson, 1950), é central na TR. Para S&W, a comunicação humana não é neutra, mas sim intencional: quem comunica tem uma intenção, que se manifesta em um ato comunicativo. Ao comunicar algo, temos a intenção de afetar o pensamento daqueles a quem nos dirigimos, e dessa forma alterar suas representações mentais sobre o mundo. Portanto, os autores argumentam que o ato de tornar algum fato conhecido a alguém carrega uma intenção informativa, que deverá causar modificações nos pensamentos e no ambiente cognitivo do receptor. S&W diferenciam dois tipos de intenções envolvidos em um ato comunicativo: a **intenção informativa** e a **intenção comunicativa**. Quando o falante produz uma elocução com a intenção de informar algo ao receptor, esse ato diz respeito à sua intenção informativa; por outro lado, quando o falante pretende que sua intenção informativa seja reconhecida pelo receptor, ou seja, pretende informar o receptor de sua intenção informativa, esse ato corresponde à sua intenção comunicativa. As intenções informativas geralmente são conseguidas, pelo simples fato de serem reconhecíveis. No exemplo abaixo:

(21)

A: Vou dar uma festa na minha casa esse sábado.

B: Bah, que legal!

O fato de que haverá uma festa na casa do falante *A* nesse sábado é facilmente reconhecível; o receptor *B* reconhece sua intenção informativa, e produz uma resposta para essa elocução. Os autores argumentam que a resposta do receptor faz parte do reconhecimento da intenção informativa, e nesse caso, ele reconhecer a intenção de *A* em informar sobre sua festa. Supondo que o receptor *B* respondesse de maneira diferente, como no exemplo abaixo:

(22)

A: Vou dar uma festa na minha casa esse sábado.

B: Que legal, mas eu vou pra minha mãe nesse fim de semana.

Neste exemplo, o receptor *B* parece ter compreendido algo diferente do exemplo 21: aqui, o receptor reconheceu que o falante *A*, além de pretender informar sobre sua festa no sábado, também teve a intenção de comunicar algo sobre esse evento. Em outras palavras, podemos supor que o receptor reconheceu a intenção do falante em informar sobre a festa, e dessa maneira comunicar sua intenção de convidá-lo. De maneira geral, as intenções informativas são facilmente reconhecíveis, ao passo que as intenções comunicativas exigem que o falante e o receptor compartilhem o mesmo conhecimento sobre o mundo; no caso dos exemplos 21 e 22, o falante *A*, por hipótese, deve compartilhar com o receptor *B* as suposições de que ambos gostam de festas, e frequentam as mesmas festas, pois possuem amigos e gostos em comum. Desse modo, o ato de *informar* se diferencia do ato de *comunicar*: na visão de S&W, a intenção informativa altera somente o ambiente cognitivo do receptor, ao passo que a intenção comunicativa modifica, também, o ambiente cognitivo da pessoa que comunica.

Dito de outra maneira, as intenções da pessoa que comunica devem ser reconhecidas pelo receptor, para que o processamento da informação ocorra de forma eficiente. Porém, quando as intenções comunicativas não são reconhecidas (porque a pessoa que comunica não foi explícita em seu ato comunicativo) o receptor deve aceitar que algo pode ser comunicado sem ser explícito. A comunicação satisfatória ocorre, então, quando os receptores reconhecem o significado do que foi dito em um nível linguístico, e também são capazes de inferir o que a pessoa quis comunicar. No processo inferencial, as informações conceituais disponíveis na memória são acessadas para gerar as hipóteses, bem como as evidências do comportamento de quem comunica. Em outras palavras, os indivíduos possuem, em suas mentes, uma construção psicológica formada por suas suposições em relação ao mundo, que acessam durante o processo inferencial para formularem premissas para ajudá-los a interpretar um ato comunicativo. Essa construção psicológica, segundo S&W, se chama **contexto**, e consiste em um conjunto de premissas acessado para interpretar uma elocução. A interpretação é

afetada por essa construção psicológica, que é formada por um conjunto de suposições que os interlocutores possuem sobre o mundo.

Note-se que a noção de contexto para S&W é diferente da noção de contexto adotada por outros autores (Searle, 1969; Levinson, 1983): o contexto não é somente algo pré-estabelecido, independente dos interlocutores e externo à comunicação. Os autores procuraram se distanciar um pouco desses conceitos mais tradicionais, e propõem que o contexto pode construir-se durante o ato comunicativo, por ser algo também subjetivo, inerente aos sujeitos, que podem selecionar contextos diferentes no decorrer do ato comunicativo, diante de diferentes possibilidades. O contexto se relaciona com o compartilhamento do mesmo código linguístico, mesmo conjunto de valores e mesmas informações sobre o que se fala, bem como com a capacidade de selecionar diferentes conjuntos de suposições, diferentes construções psicológicas em nossas mentes. S&W defendem, ainda, que embora os falantes de uma mesma língua possam possuir as mesmas capacidades inferenciais, as intenções comunicativas podem não ser reconhecidas pelo fato de nem sempre os falantes compartilharem as mesmas suposições sobre o mundo.

A noção de **contexto** está relacionada à noção de **ambiente cognitivo**, já mencionada anteriormente. O ambiente cognitivo é um conjunto de fatores manifestos a um indivíduo, construído a partir de suposições que os interlocutores, durante um ato comunicativo, compartilham em comum. Faz parte da capacidade cognitiva conceitual de um indivíduo, pois trata-se de uma representação mental desses fatores manifestos, que o indivíduo assume como verdadeira ou provavelmente verdadeira no processo comunicacional. Durante esse processo, o ambiente cognitivo de falantes e ouvintes é alterado, uma vez que dele são retiradas ou acrescentadas informações necessárias para compreender enunciados. No exemplo abaixo:

(23)

A: Aceita uma cerveja?

B: Sou *straight edge*.

O enunciado-resposta de *B* faz surgir suposições e implicaturas na mente de *A*, para que esse possa compreender a intenção de *B*, que por hipótese é comunicar que ele não quer uma cerveja, e que *A* não precisa oferecer novamente. Tais suposições podem ser as seguintes:

(a) *Straight edge* é um movimento musical e ideológico, surgido nos anos 80 e ligado à cultura *punk*, no qual os adeptos defendem a abstinência de tabaco, álcool e drogas ilícitas.

(b) Cerveja é uma bebida alcoólica.

(c) *Straight edges* não bebem álcool.

(d) Se *B* é *straight edge*, então nunca bebe cerveja, portanto nem devo oferecer-lhe novamente.

Como foi demonstrado acima, o falante *A* foi capaz de reconhecer a intenção informativa de *B* (informar o fato de que é *straight edge*) e sua intenção comunicativa (comunicar que, como é *straight edge*, não bebe cerveja em nenhuma ocasião). O reconhecimento da intenção comunicativa de *B* foi possível para o falante *A*, pois ele selecionou o contexto (sua construção psicológica sobre o que são *straight edges*), e seu ambiente cognitivo foi utilizado na elaboração de suposições sobre o contexto, e alterado com a nova informação ‘o receptor *B* não bebe cerveja’.

Para S&W, o ato de comunicar altera o ambiente cognitivo das pessoas a quem nos dirigimos, pois seus processos de pensamento são afetados diante de novas informações. Dessa maneira, as pessoas orientam seu processamento de informações para obterem ganhos cognitivos no ato comunicativo, com pouco custo de processamento. Dito em outras palavras, a cognição humana é orientada pela **relevância**, que segundo autores, é a propriedade cognitiva que busca o equilíbrio entre o custo de realização do processamento de informação e seu benefício, orientando para o mínimo custo com o máximo de benefícios cognitivos. A noção de relevância que S&W propõem em sua teoria diz respeito à eficiência do processamento de informações, na qual os falantes, ao organizarem seu processamento cognitivo, atentam para fenômenos mais salientes, cujas suposições são mais acessíveis do que outras. Vejamos os seguintes contextos, exemplificados abaixo:

Contexto 1: É sábado à noite. João compartilha com Maria a informação de que ela vai prestar uma prova para um concurso público na manhã seguinte. Eles estão em um bar, e João diz para Maria: “Vamos pedir a saideira, já é quase meia-noite”.

O enunciado de João trará benefícios cognitivos à Maria, com pouco esforço, uma vez que suposições como “Devo acordar amanhã cedo” e “Não devo beber muito, pois farei uma prova amanhã e não posso estar de ressaca” são acessíveis à Maria. Dessa forma, o enunciado de João foi relevante para Maria nesse contexto, pois trouxe benefícios cognitivos para ela.

Contexto 2: É sábado à noite. Maria não tem nenhum compromisso no dia seguinte. Ela está em um bar com João, que então diz “Vamos pedir a saideira, já é quase meia-noite”.

O esforço cognitivo de Maria em compreender o enunciado de João será maior nesse contexto: ela terá que fazer inferências sem base em suposições existentes. Maria terá que fazer um esforço extra para descobrir porque João quer comunicá-la que já é quase meia-noite: pode ser que ele tenha algum compromisso que Maria desconhece, ou ele quer ir

embora do bar pois alguém que ele não deseja ver se encontra lá. De qualquer maneira, por não fazer parte do ambiente cognitivo dos dois, o esforço de Maria é maior, e a relevância menor.

Conforme demonstrado nos exemplos acima, quando o ambiente cognitivo é compartilhado entre os interlocutores, o esforço para compreender enunciados é menor. Quando as suposições são compartilhadas entre os falantes, ou comunicadas com a intenção de compartilhá-las, ocorre o que S&W chamam de **manifestação mútua**. O ambiente cognitivo é partilhado entre os falantes, então quando alguma suposição é manifesta, ela é mutuamente manifesta. Por esse motivo, as suposições mais complexas provavelmente não serão feitas, mas sim as mais relevantes sobre o contexto. No exemplo acima, no primeiro contexto no qual João e Maria têm mutuamente manifesta a suposição de que *‘Maria tem uma prova na manhã seguinte, logo deve dormir cedo e não beber muito’*, para compreender o enunciado de João (*Vamos pedir a saideira, já é quase meia noite*), a suposição mais relevante é a de que eles devem ir embora cedo por causa da prova de Maria no dia seguinte. Maria provavelmente não fará suposições como *João deve estar cansado, João já está ficando bêbado* ou *João quer ir embora porque tem outro compromisso*, pois essas não são relevantes para o contexto, tampouco mutuamente manifestas entre os dois interlocutores.

Quando as suposições são mutuamente manifestas, o ambiente cognitivo é alterado. S&W chamam de **efeitos cognitivos** quando um *input* causa modificações na cognição dos interlocutores. Isso ocorre quando a informação nova é relevante no contexto e interage com outras informações nesse mesmo contexto, gerando assim efeitos cognitivos. Conforme aponta Costa (2008) em uma releitura da TR, são três os efeitos, descritos e ilustrados abaixo:

a) *Fortalecimento de uma suposição contextual;*

Contexto: Maria quer ir a uma festa no sábado com sua amiga Paula. Elas sempre saem juntas, então Maria supõe que terá companhia para a festa, pois não quer ir sozinha. Ao ligar para Paula, e ela confirmar que irá na festa, Maria confirma sua suposição, dessa forma fortalecendo-a.

b) *Contradição e eliminação de uma suposição contextual;*

Na mesma situação, Maria telefona para Paula, mas ela terá que viajar no final de semana. Com a informação contraditória à suposição inicial (Paula sempre vai à festas comigo), Maria elimina sua suposição.

c) *Combinação com uma suposição contextual para gerar implicações contextuais.*

Ainda na mesma situação, diante da eliminação da suposição inicial, Maria combina a nova suposição contextual (Paula viajará, logo não irá na festa) para gerar a seguinte implicação contextual: *Paula não irá na festa comigo, e seu eu quiser ir, terei que ligar para outra amiga, ou então não irei.*

Os processos inferenciais, para a TR, são diferentes da Lógica, pois são não-demonstrativos, podendo formar suposições baseando-se no comportamento de quem comunica, e são espontâneos, consistindo na combinação do que os autores chamam de **suposições factuais**. Essas suposições são adquiridas e combinadas com suposições prévias dos falantes para modificar seus ambientes cognitivos. A suposição factual, ao contrário da Lógica, expressa uma atitude de falante, e possui uma força funcional, que é determinada por sua confirmação no processo inferencial. Quanto mais processada a suposição, mais acessível ela se torna ao falante. Dessa maneira, as suposições recuperadas em nossa memória têm força no processo inferencial, e ajudam a formar um esquema de suposições que é completado por suposições novas, que são, *a priori*, relevantes, fazendo com que valha a pena seu processamento.

A partir dessa revisão da TR, já é bastante evidente o conceito de elocução como um estímulo, que serve para modificar nosso sistema cognitivo. O estímulo deve ser relevante para que os falantes o processem, ou como já foi dito anteriormente, deve ser saliente para o falante. Para S&W, a comunicação inferencial é **ostensiva**, pois o reconhecimento das intenções dos interlocutores é essencial para que haja um processamento eficiente de informação. A comunicação é, portanto, um ato ostensivo. De acordo com os autores, a ostensão é um comportamento comunicativo que pretende tornar manifesta a intenção de tornar algo manifesto. Ou dito de maneira mais simples, ostensão é a intenção de mostrar algo para alguém, o que é compatível com a noção defendida por S&W de que a comunicação é intencional por natureza.

Traduzindo para os pressupostos da TR, a comunicação é um **ato ostensivo-inferencial**: os falantes buscam produzir um estímulo (que deve ser ostensivo, para chamar a atenção do ouvinte) para ter sua intenção informativa reconhecida, bem como sua intenção comunicativa, e busca torná-las manifestas ao ouvinte. Dessa forma, o processamento de informação para a TR depende de dois princípios:

- a) **Princípio Cognitivo**: *A cognição humana tende a dirigir-se para a maximização da relevância.* Aqui temos a noção de custo-benefício da TR, na qual quanto maior

o benefício cognitivo, mais relevante é a informação; e quanto maior o esforço cognitivo, menor a relevância da informação. Por essa razão, procuramos por suposições mais acessíveis e salientes em nossas mentes durante o processo inferencial, para termos um custo menor e maiores benefícios cognitivos.

- b) **Princípio Comunicativo:** *Toda elocução (ou outro ato comunicativo inferencial) comunica uma presunção de sua própria relevância ótima.* Aqui temos a noção de intenções (informativa e comunicativa), que devem ser recuperadas pelos ouvintes durante o processo. Os ouvintes assumem que se o estímulo é ostensivo, ele é relevante, portanto se esforçam em reconhecer essas intenções, e dessa forma o falante consegue torná-las mutuamente manifestas.

O processo inferencial é, então, livre, pois os falantes têm acesso a todas as informações conceituais em suas memórias. Conforme S&W apontam, não se trata de um mecanismo sofisticado, e sim de um fenômeno quase instantâneo, no qual as suposições consideradas são aquelas que estão mais acessíveis aos falantes. Dessa forma, as informações processadas serão relevantes para o ouvinte, dependendo do contexto. As informações novas, quando ligadas a informações antigas, criam uma combinação de premissas durante o processo inferencial, o que pode gerar novas informações. Assim, o processamento se torna relevante, gerando benefícios cognitivos para os interlocutores.

A noção de inferência, para a TR, consiste no aceite da plausibilidade de suposições: uma suposição é assumida como verdadeira ou provavelmente verdadeira devido à evidência de sua verdade, ou à sua possibilidade de ser verdadeira. Formam-se hipóteses sobre a informação nova, e então elas são confirmadas ou refutadas. As premissas são as evidências do comportamento ostensivo do falante, e as conclusões são as suposições feitas durante o ato comunicativo. Quando os interlocutores confirmam alguma suposição já existente, o efeito da ostensão é ainda mais relevante.

A TR assume a noção de comunicação inferencial-ostensiva, que de acordo com os autores, é independente, ao contrário da comunicação em um modelo de códigos, que pode ser utilizada somente para colaborar com a comunicação inferencial-ostensiva. S&W tomaram a noção de relevância, pouco explorada em Grice, e formularam uma nova perspectiva para os estudos do processo inferencial. Nessa perspectiva, que se encaixa em uma interface cognitivo-comunicativo, o processo inferencial é guiado pelos Princípios da Cognição e Comunicação, ambos ancorados na noção de relevância. No fechamento deste capítulo,

iremos discutir as teorias chamadas de neo-griceanas e pós-griceanas, reforçando alguns de seus aspectos positivos e importantes para este trabalho.

2.5 COMENTÁRIOS SOBRE AS TEORIAS

Apresentamos neste capítulo a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), que sem dúvida representa uma das mais impactantes abordagens teóricas para o estudo do significado, especialmente para o estudo das inferências. Sua tentativa de sistematizar as implicaturas, significados que vão além do dito e que devem ser inferidos na conversação, ao mesmo tempo em que deixou um legado importante para a Pragmática, também deixou algumas falhas, que uma gama de estudiosos reconheceu e procurou oferecer soluções e novas abordagens para solucionar tais problemas.

Um exemplo é a máxima de relação, que foi posteriormente desenvolvida por Costa (1984, 2008) e Sperber & Wilson (1982, 1996). A abordagem dos teóricos para a noção de relevância é diferenciada: para Costa, a relevância é uma supermáxima que guia a conversação, à qual todas as outras máximas estão subordinadas; já Sperber & Wilson desenvolveram posteriormente uma Teoria para a Relevância, que postula que a relevância é uma propriedade cognitiva das pessoas, relacionada ao equilíbrio entre custo e benefícios cognitivos na comunicação. Existe uma clara diferença entre os autores: a posição de Costa (2008) não se distancia totalmente de Grice; ele procurou ampliar seu modelo e reformular a máxima que Grice não desenvolvera claramente, propondo, dessa forma, um modelo de cálculo inferencial, guiado pela relevância, que simula os passos do raciocínio utilizados para concluir uma implicatura. Já Sperber & Wilson (1996) rompem com Grice na medida em que criam uma nova teoria da comunicação, de inspiração griceana, porém em uma interface com a Cognição. Costa, por outro lado, coloca a relevância em interface com a Lógica, ao apresentar cálculos inferenciais guiados pela relevância.

Por essa razão, autores como Horn (2005) defendem que a Teoria da Relevância de S&W não é neo-griceana, mas sim pós-griceana. Teorias como as desenvolvidas por Costa (2008) e Levinson (2000), entre outras não abordadas com detalhes neste trabalho (Gazdar 1979, Levinson 1983), se encaixam no conceito de neo-griceanas, por reanализarem as máximas originais de Grice, refinando ou reformulando o modelo original proposto pelo teórico. Para fins de situar a contribuição de cada autor, ressaltamos que Gazdar (1979) reformulou a máxima de quantidade em implicaturas escalares e oracionais; Costa (2008)

reformulou a máxima de relação e a noção de relevância, colocando essa última no patamar de supermáxima que regula as regras da conversação, baseadas no Princípio Cooperativo de Grice; e Levinson (2000) reformulou as Implicaturas Conversacionais Generalizadas como uma categoria de inferências *default*, propondo uma classificação das máximas de quantidade e modo em heurísticas que limitam a gama de possibilidades interpretativas, demonstrando que nesses casos há uma tendência à interpretações esperadas.

Por outro lado, a Teoria da Relevância de Sperber & Wilson substitui as máximas de Grice por um único princípio de relevância, que guia a comunicação e a cognição, dessa forma se distanciando, teórico e metodologicamente, da Teoria das implicaturas de Grice. A TR seria, então, uma teoria pós-griceana, por seguir na esteira da obra do filósofo, ao mesmo tempo em que a reformula de modo que está em uma interface diferente, mais cognitiva e menos linguístico-filosófica. No entanto, é bom salientar que o foco de críticas da teoria de S&W não se direciona à Grice, mas sim às teorias de códigos, ditas insuficientes para compreender a complexidade da comunicação humana ao deixar de fora o que é comunicado além do dito. Dessa forma, para fins de classificação teórica, concordamos com a distinção feita por Horn (2005) e assumimos a Teoria da Relevância como sendo pós-griceana, o que implica que essa teoria, justamente por se afastar metodologicamente de Grice ao mesmo tempo em que o mantém como base, traz uma contribuição interessante para a Pragmática ao incluir a cognição como parte do processo inferencial.

Essa distinção entre as abordagens neo e pós-griceanas fica bastante clara se opusermos as noções de *contexto* elaboradas por Grice e posteriormente por Sperber & Wilson. Na proposta de Grice, o contexto está mais relacionado à situação comunicacional em que os enunciados ocorrem, ou seja, quem está produzindo enunciados, com que intenção e para quem, em que situação (por exemplo, se é no trabalho, ou em uma festa), entre outros fatores externos à comunicação. Sem dúvida, Grice se preocupou com a questão do conhecimento enciclopédico dos falantes, mas Sperber & Wilson elaboraram essa noção de maneira mais profunda, afirmando que o contexto é um construto psicológico do falante, de onde derivam suas suposições sobre o mundo. Para os autores da Teoria da Relevância, o contexto não se refere somente ao ambiente externo à comunicação, mas está relacionado também ao estado mental dos interlocutores, ou seja, os teóricos incluem aspectos internos dos falantes no processo inferencial. Essa posição teórica se mostra muito útil para o estudo de inferências em diálogos polêmicos, como será demonstrado ao final deste trabalho.

Das teorias expostas aqui, algumas são mais compatíveis entre si do que outras, embora norteadas pela obra de Grice e pela investigação dos processos inferenciais em

linguagem natural. Os trabalhos de Costa (2008) e Sperber & Wilson (1996), como dito anteriormente, concordam com a noção de relevância como princípio norteador da comunicação humana, embora as abordagens apresentem diferenças entre si. Já a teoria de Levinson (2000) discorda da noção de relevância da TR, ao postular que esta deixa de lado as implicaturas generalizadas, importantes para teorias linguísticas. Levinson acredita que teorias holísticas como a TR, que reduzem todas as inferências pragmáticas a um único princípio, excluem inferências *default* (como as ICGs) ao defenderem a noção de inferências do tipo melhor explicação, ou mais relevante. O autor também discorda da TR no que tange à afirmação de que as implicaturas conversacionais derivam de inferências dedutivas, uma vez que, como o autor demonstra, as implicaturas são anuláveis.

Além das teorias descritas neste trabalho, há diversos outros autores que levantaram problemas no modelo de Grice. Um exemplo é a noção de implicatura convencional, questionada por Bach (1999), que alega que tais implicaturas são, na verdade, parte do dito. O autor identificou termos que geram implicaturas convencionais, como *but*, *even* e *still* ('mas', 'até', 'ainda') e argumentou que tais termos contribuem para o dito, e não para o implicado. Outro grupo que ele identificou foi de expressões como *in other words* e *to get back to the point* ('em outras palavras' e 'voltando ao ponto'), que também não geram implicaturas, somente modificam o enunciado. Já Potts (2006) argumenta que as implicaturas convencionais se aproximam da Semântica, e não da Pragmática, como é o caso das implicaturas conversacionais. O autor argumenta que elas podem ser, na verdade, *acarretamentos secundários*, como ilustrado no exemplo abaixo:

(26)

A: João também foi para Londres.

Acarreta: João está em Londres.

Implica convencionalmente: Outra pessoa, além de João, está em Londres.

Neste trabalho, as implicaturas convencionais serão assumidas de acordo com a proposta de Bach (1999), ou seja, as inferências feitas para recuperar tais implicaturas se encontram no limite da Semântica e da Pragmática. Essa posição parece teoricamente plausível pois as implicaturas convencionais dependem do conteúdo explícito do enunciado, ou seja, do dito, ao passo que informações extralinguísticas de contexto também podem contribuir para sua interpretação.

Além da noção proposta por Bach (1999) para as implicaturas convencionais, defendemos também a teoria de Levinson (2000) para o tratamento das Implicaturas Conversacionais Generalizadas, assumidas como interpretações *default* de enunciados cujas

possibilidades inferenciais seguem um padrão previsível, ou seja, tais implicaturas têm suas possibilidades de interpretação limitadas por esses padrões, e não tão generalizadas como Grice propôs. Quanto à noção de relevância, já discutida aqui, defendemos a posição de Sperber & Wilson para o contexto e ambiente cognitivo como papéis fundamentais na compreensão do não-dito, o que explicaria interpretações diferentes sobre um mesmo enunciado. Em relação à Teoria das Implicaturas de Grice, defendemos que se trata do modelo inferencial mais influente e um dos mais sólidos para o tratamento teórico do fenômeno inferencial. Acreditamos que a noção de implicatura, como um todo, depende igualmente do falante e do ouvinte, bem como de informações contextuais e informação compartilhada. O falante é responsável por seguir o Princípio Cooperativo e, principalmente, transmitir suas intenções nos enunciados para que o falante consiga fazer as inferências adequadas.

De uma forma geral, o estudo das inferências em linguagem natural muito se beneficiou com a teoria de Grice, uma vez que o filósofo procurou sistematizar as inferências pragmáticas, ao contrário de outros tipos de inferências como as lógicas ou semânticas. As obras que se seguiram de Grice, que reformularam, ampliaram e acrescentaram novos conceitos ao modelo clássico, contribuíram ao darem novas perspectivas ao trabalho filosófico-descritivo do autor.

O processo inferencial, tal como descrito aqui, envolve elementos da linguística e da cognição, e ocorre na comunicação, ou seja, as inferências são feitas em diálogos, orais ou escritos. As inferências são feitas tanto por quem produz enunciados, como por quem os interpreta; quem se expressa linguisticamente, seja de forma falada ou escrita, infere que o ouvinte (ou leitor) compreenderá seu enunciado da maneira desejada, e quem ouve (ou lê) o enunciado, faz inferências sobre a forma escolhida pelo falante de expressar seu enunciado. Dessa forma, o processo inferencial é dialógico, e envolve as duas partes de um ato comunicativo; aquele que se expressa e aquele que o interpreta. Neste trabalho, assumimos que o processo inferencial, além de ser responsabilidade do falante e ouvinte, está relacionado às suas escolhas linguísticas, ao ato comunicativo e seu contexto. Dessa maneira, as teorias inferencialistas aqui descritas tratam da forma como os processos inferenciais ocorrem em diálogos inseridos em um determinado contexto. No próximo capítulo deste trabalho, abordaremos a noção de diálogo, e ilustraremos o processo inferencial que ocorre em contextos virtuais de comunicação, utilizando diálogos sobre temas polêmicos, cuja linguagem pode ser considerada politicamente incorreta.

3 O DIÁLOGO NA WEB 2.0: UMA ANÁLISE DA LINGUAGEM POLITICAMENTE INCORRETA

O lugar onde o processo inferencial pode ser mais bem observado é nas trocas comunicativas, ou diálogos. O diálogo pode ser considerado o centro da comunicação humana, podendo ocorrer entre duas ou mais pessoas e com objetivos diferentes, o que gera tipos de diálogos distintos como os diálogos argumentativos, discussões, negociações, entre outros. Outra questão importante no estudo do diálogo é o ambiente em que ele ocorre. Com o aprimoramento da tecnologia a serviço da comunicação, os diálogos passaram a ocorrer também em ambiente virtual, através da Internet, que se tornou uma importante ferramenta comunicativa em diversas esferas da sociedade. Nesses diálogos virtuais, ou digitais, que ocorrem em redes sociais e comentários em *blogs* e sites, pode-se observar propriedades diferentes daquelas encontradas em diálogos naturais, ou ‘face a face’.

Algumas dessas propriedades são a interatividade com diversas pessoas simultaneamente, a possibilidade de manter-se anônimo e uma vasta gama de opiniões diferentes sobre os mais variados assuntos. Dentre os temas mais frequentes da Web estão assuntos polêmicos, que podem gerar discussões nas quais pode ocorrer o uso de palavras ou expressões consideradas ofensivas para grupos vítimas de discriminação, seja social, racial, sexual, entre outros tipos. Quando isso ocorre, internautas acabam por utilizar uma linguagem preconceituosa, que assumimos como sendo ‘politicamente incorreta’. Dessa forma, o politicamente incorreto pode ser explícito, com a utilização de termos pejorativos bastante evidentes, ou pode ser implícito, tornando o processo inferencial nesses diálogos mais complexo. Após descrever os processos dialógicos e algumas de suas teorias, bem como o funcionamento dos diálogos na Web e a linguagem do politicamente incorreto, pretendemos ilustrar os processos inferenciais dessa linguagem em diálogos virtuais da Web 2.0.

3.1 TEORIAS SOBRE O DIÁLOGO

De uma maneira geral, o diálogo pode ser considerado uma forma de compartilhamento de pensamentos e ideias entre pessoas. Em um contexto clássico, o diálogo serviu para a construção de conhecimento, como nos famosos diálogos de Platão¹³, que

¹³ Reflexões feitas a partir dos diálogos “Górgias” e “Crátilo”, encontrados em <http://www.dominiopublico.gov.br/> - Acesso em 18/10/2012.

escreveu obras sobre Filosofia, Lógica, Retórica, entre outras, utilizando personagens, como Sócrates, situados em um cenário específico. Nesse contexto de debate argumentativo sobre conhecimento, os diálogos foram produzidos para fins expositivos. No entanto, o diálogo é uma realidade em qualquer sociedade organizada linguisticamente, e possui uma função comunicativa. Pode-se pensar no diálogo como a menor unidade comunicativa, na qual os falantes se conectam para fins informativos, ou simplesmente triviais. Os diálogos podem ocorrer entre duas ou mais pessoas, usando a linguagem oral e/ou escrita, em ambiente natural (face a face) ou intermediado por meios como o telefone, por exemplo. Devido a seu caráter linguístico e sócio-comunicativo, em princípio, o diálogo é de interesse investigativo de estudiosos das áreas das ciências humanas, em diferentes abordagens, como é o caso do Círculo de Bakhtin, com sua extensa obra com um viés sociológico/discursivo, que compreende que a comunicação é dialógica e o diálogo, a forma mais natural de linguagem, situado social, histórico e ideologicamente entre as pessoas.

Um autor com uma contribuição bastante relevante para o estudo do diálogo é Bohm (1996), que apresenta uma noção de diálogo um pouco diferente da convencional. Para o teórico, o diálogo engloba o significado das palavras e sua transmissão entre as pessoas, como se fosse um “fluxo de palavras” que emerge e resulta em “significado compartilhado”, que segundo o autor, é a base da sociedade e dos relacionamentos entre as pessoas (BOHM, 1996, p. 6). Ao contrário de uma discussão, o diálogo seria uma interação colaborativa, sem embate de opiniões ou competições de ideias, uma interação na qual todos saem ganhando. O objetivo do diálogo é produzir e compartilhar significado, pois segundo o autor, é dessa maneira que ocorre uma comunicação bem sucedida. Caso contrário, quando as pessoas possuem suposições diferentes sobre as coisas, o diálogo não ocorre, e como consequência, há conflito e discussão, que para o autor não caracterizam diálogo.

Semelhante ao que Bohm propõe, Mariotti (2004, p. 3) diferencia o diálogo da discussão nos seguintes aspectos:

Diálogo	Discussão/Debate
Visa abrir questões	Visa fechar questões
Visa mostrar	Visa convencer
Visa estabelecer relações	Visa demarcar posições
Visa compartilhar idéia	Visa defender idéias
Visa questionar e aprender	Visa persuadir e ensinar
Visa compreender	Visa explicar
Vê a interação partes/todo	Visa as partes em separado
Faz emergir idéias	Descarta as idéias “vencidas”
Busca a pluralidade de idéias	Busca acordo

(MARIOTTI, 2004, p. 3)

Essa distinção deixa clara a proposta de Bohm de que o diálogo é uma forma cooperativa de comunicação. Walton (1989), em uma interface mais formal para o estudo do diálogo, o define como:

“A sequence of exchanges or speech acts between two (or more) people. Typically, however, dialogue is an exchange of questions and replies between two parties. Every dialogue has a goal and requires cooperation between the participants to fulfill the goal” (WALTON, 1989, p. 3)

O teórico, assim como Bohm, defende que o diálogo necessita de cooperação entre os participantes, bem como um objetivo. No entanto, Walton (1989, p. 10) não diferencia o diálogo de discussões ou debates, mas os classifica como um tipo de diálogo. O autor propõe uma tipologia para o diálogo, e para cada tipo, uma situação inicial, um método e um objetivo diferente. A *discussão pessoal* inicia com inquietação emocional, utiliza ataques pessoais, com objetivo de atingir o outro; o *debate forense* inicia com competição retórica, através de vitórias verbais, para impressionar os ouvintes; o *diálogo persuasivo* começa com divergência de opiniões, utiliza provas para convencer o interlocutor; o *inquérito* inicia por falta de provas, utiliza busca de conhecimento para comprovação; a *negociação* começa com diferença de interesses, negociando-se para atingir ganhos pessoais; a *busca de informação*, inicia por falta de informação, e utiliza questionamentos para encontrá-la.

Além da tipologia para o diálogo, Walton (1989) apresenta quatro etapas que compõem o processo dialógico. Segundo o autor, durante a *abertura* do diálogo, que consiste na primeira etapa do processo, o tipo de diálogo (conforme explicitado acima) deve ser estabelecido, bem como regras de polidez e adequação ao tipo de diálogo em questão. Para o teórico, o diálogo surge de alguma questão a ser resolvida, portanto a próxima etapa é a de *confrontação*, na qual o tópico do diálogo é estabelecido, bem como seu objetivo. A etapa da *argumentação* consiste em apresentar pontos de vista e defender argumentos, bem como ouvir os argumentos do seu interlocutor. O *fechamento* é a etapa final, na qual o objetivo do diálogo deve ser alcançado, e os participantes concluem que a interação pode ser encerrada. Seguindo Grice (1975), Walton (1989) propõe que há regras que norteiam o processo dialógico, que se assemelham ao Princípio Cooperativo de Grice e suas máximas. A regra da *relevância* define que o interlocutor não deve fugir do tópico proposto na abertura do diálogo; a regra da *cooperação* dita que os interlocutores respondam de maneira a cooperar com o objetivo do diálogo; a regra da *informatividade* postula que o interlocutor não forneça mais informação do que o necessário para o propósito do diálogo.

Uma abordagem distinta é a de Costa (2004, 2011¹⁴), que assume o diálogo como o centro de todo o processo comunicacional, representando a tendência das pessoas em se aproximarem, e se conectarem através da linguagem. Para formalizar esse *insight*, o autor desenvolveu, dentro de sua teoria do diálogo, o Princípio da Conectividade não-trivial, que seria, por hipótese, mais básico do que os princípios da Teoria da Relevância (Sperber & Wilson, 1996). Esse princípio postula que existe uma tendência natural para a comunicação, e ao contrário do que a Teoria da Relevância defende, as pessoas procuram umas as outras não somente para obter benefícios cognitivos, mas apenas para comunicarem-se, por mais que essa comunicação seja trivial e repetitiva, como é o caso do discurso amoroso. O autor também propõe uma tipologia de diálogos, assim como fez Walton (1989). No entanto, essa consiste em uma lista de diferentes tipos de diálogo, lista essa que não pretende ser esgotada neste trabalho, pois novos tipos de diálogo surgem de acordo com os contextos e necessidades comunicativas humanas. Alguns tipos de diálogos que podemos citar: teórico-argumentativo, persuasivo, investigativo, negociativo, informativo, deliberativo, polêmico, sócio-interativo (físico ou virtual), virtual (via *e-mail*, *chats*, *blogs*, etc.), entre outros.

O autor argumenta que em um diálogo típico, no qual há dois interlocutores, os elementos presentes são o *tópico*, *intenções*, *argumentos*, e *inferências* de diversos tipos. Além desses elementos, o diálogo constitui um processo comunicativo, com etapas presentes nos diversos tipos de diálogo. Costa (2011) apresenta o processo do diálogo nos seguintes passos:

1) Abertura – *Expressão de contato, que gera inferências de compartilhamento de intenções.*

Exemplo: ‘Olá, como vai?’; ‘E aí, tudo bem?’.

2) Desenvolvimento – *Evolução do tópico.*

a) Pergunta/Resposta

Exemplo: A: ‘Tu viu o Gre-Nal ontem?’

B: ‘Sim, que baita jogo!’.

c) Comentário/Comentário

Exemplo: A: ‘Pois é, achei que o Damião não tá jogando nada’.

B: ‘Capaz meu, e aquele lance aos 15 do segundo tempo?’

d) Pedido/Concordância

Exemplo: A: ‘Então, vai ter jogo de volta próximo domingo.’

B: ‘Tu viu que vai passar no *Cavanhas*?’

A: ‘Feito, vamos convidar o pessoal pra assistir lá!’

¹⁴ Anotação de aula da disciplina da PPGL da PUCRS “Semântica e suas Interfaces”, ministrada por Jorge Campos da Costa, em 2011/02.

3) Fechamento – *Expressão de encerramento do diálogo.*

Exemplo: ‘Então tá, até mais’; ‘Nos falamos depois, tchau’.

Essas etapas são ilustrativas e podem variar de acordo com o contexto. No entanto, todos os diálogos, por hipótese, contém *abertura, desenvolvimento, e fechamento*. Algumas propriedades do diálogo que devem ser observadas são a cooperação entre os interlocutores, sua intencionalidade, e os princípios de conectividade e de relevância.

Além das etapas acima citadas, o diálogo é construído. Assim como para os outros autores citados aqui (Bohm, 1996; Walton, 1989), Costa (2011) assume que o diálogo depende de um contexto situacional inicial e de conhecimento compartilhado entre os interlocutores. No entanto, o teórico contribui com essas teorias do diálogo ao apresentar o conceito semântico/pragmático de *intenções e inferências* em cadeia. Uma *cadeia intencional* consiste em o falante tornar compartilhadas questões com o ouvinte, que por sua vez também compartilha as suas, de acordo com o que o falante compartilhou previamente. No caso das cadeias de inferências, ocorre um processo de encadeamento, no qual a segunda inferência depende da primeira; a terceira inferência depende da primeira e da segunda, e assim se segue. A ideia central das cadeias inferenciais e intencionais é o encadeamento, ou seja, ir de partes (inferenciais e intencionais) para um todo (inferencial e intencional).

Dentre as teorias aqui descritas e analisadas, alguns pontos devem ser considerados para os fins deste trabalho. Ao contrário de Bohm (1996), concordamos com Walton (1989) que o diálogo pode conter embate de opiniões, ou seja, que as discussões e debates podem ser considerados tipos de diálogos. Por vezes, os interlocutores não compartilham os mesmos significados, ou seja, divergências de opiniões, crenças e convicções são bastante comuns nas trocas comunicativas observadas em diversos contextos, seja entre pessoas mais próximas ou entre desconhecidos. Assumimos, também, que determinados tópicos favorecem diferentes tipos de diálogos. Temas mais polêmicos, como o ‘aborto’, por exemplo, possuem uma tendência maior a gerar, seguindo a tipologia de Walton (1989), diálogos como *discussões pessoais*, uma vez que os interlocutores podem deixar seu lado emocional ou religioso prevalecer nos argumentos, ou *diálogos persuasivos*, nos quais os interlocutores com opiniões divergentes (um contra e outro a favor do aborto) tentam convencer o outro de sua opinião, bem como convencer outros interlocutores que estejam participando do diálogo. Nesse contextos em que o diálogo é mais polêmico, há trocas de significação, como Bohm (1996) propõe, porém são significações diferentes, que não convergem entre si. Neste trabalho, defendemos que o diálogo constitui trocas comunicativas entre duas ou mais pessoas,

podendo ser convergentes ou divergentes, ocorrendo em ambientes ‘naturais’, ou seja, diálogos com interlocutores ‘face-a-face’, ou mediado por ferramentas eletrônicas, como telefone ou Internet.

A contribuição de Costa (2004, 2011) para o estudo do diálogo é bastante relevante para este trabalho, principalmente por apresentar um viés mais pragmático com a noção de encadeamento intencional e inferencial. Seguindo Sperber & Wilson (1996), todo ato comunicativo apresenta intencionalidade, podendo ser informativa e/ou comunicativa. Se considerarmos o diálogo como um ato comunicativo, no qual há trocas de significações entre interlocutores, devemos assumir que todo diálogo possui uma intenção inicial. Dessa maneira, como Costa (2011) postulou com o Princípio da Conectividade não-trivial, os falantes se aproximam e iniciam diálogos mesmo que sua intenção seja apenas a pura aproximação, sem nenhuma intenção comunicativa maior. O diálogo possui uma intenção inicial, compartilhada pelos interlocutores na abertura, que conforme o andamento do diálogo, pode ser modificada. No seguinte contexto, no qual é quinta-feira e dois amigos iniciam um diálogo com a intenção inicial de combinar um encontro para a sexta à noite, um dos interlocutores pode compartilhar outras questões, diferentes das iniciais:

A: E aí meu, beleza?

B: Tudo certo! Vai fazer alguma coisa amanhã?

A: Bah, to com planos de ir na Cidade Baixa, ia te chamar pra tomar uma ceva, topa?

B: Pode ser, tava afim de dar uma volta mesmo!

A: Beleza então. Chamei a Márcia também, só pra tu saber.

B: OK meu, sem problemas, a gente tá se falando numa boa agora.

Nesse trecho de diálogo, a intenção inicial do falante *A* era de convidar o falante *B* para sair na noite seguinte, porém na medida em que o diálogo avançou e o falante *B* aceitou o convite, o falante *A* compartilhou outra intenção que se segue da inicial, que era a de informar que ele havia convidado também a Márcia, ex-namorada do falante *B*, a qual ele poderia não concordar em ver. Além das intenções em cadeia, as inferências também se seguem umas das outras no diálogo. Ainda no exemplo acima, é possível perceber também uma cadeia de inferências: o falante *B* infere que o falante *A*, ao iniciar o diálogo, talvez queira sair no dia seguinte, então pergunta se ele vai fazer alguma coisa no dia seguinte. O falante *A* infere que a pergunta é uma deixa para que ele faça o convite, ao qual o falante *B* responde positivamente. Dessa maneira, o falante *A* infere que se o falante *B* está disposto a sair, talvez não se importe com a presença da ex-namorada, então aproveita para informá-lo que ela também irá; o

falante *B* infere que o falante *A* entende que talvez ele se sinta desconfortável com a situação, então responde que já fez as pazes com ela para tranquilizar o amigo.

Como foi apresentado e descrito acima, o diálogo é composto de interações verbais, que podem ser orais ou escritas, em ambiente natural ou virtual, com um ou mais participantes, podendo ser convergente ou divergente, e apresentando cadeias intencionais e inferenciais. Assumimos, também, que o tópico pode influenciar o tipo de diálogo, e que assuntos polêmicos têm maior probabilidade de gerar diálogos conflitantes, nos quais os interlocutores não compartilham as mesmas suposições sobre o assunto em questão. Outro ponto a ser considerado neste trabalho é o tipo de diálogo e o ambiente em que ele ocorre. Defendemos que os diálogos que ocorrem em ambiente virtual, na Internet, podem apresentar particularidades interessantes, que devem ser investigadas. No subcapítulo a seguir, iremos abordar o diálogo virtual e discutir suas particularidades.

3.2 SOBRE OS DIÁLOGOS NA WEB 2.0

A última década vem testemunhando avanços tecnológicos que permitiram comunicação por envio de mensagens, tais como telefone celular, *e-mail*, *chats* e programas como o *MSN Messenger*. Através desses meios, as mensagens trocadas têm um caráter mais individual, pois o diálogo geralmente ocorre entre dois interlocutores (embora em *chats* possa haver mais participantes) e também mais privada, sem que outros usuários consigam acessá-las. Com o surgimento da Web 2.0, que é uma segunda geração de serviços virtuais, os usuários da Internet passaram a ter mais interatividade com o conteúdo das páginas que acessam, ao postarem comentários sobre o que leem, criarem *blogs* para postarem seus próprios textos (nos quais as pessoas também podem comentar, formando assim diálogos com o autor do blog) e construírem perfis em redes sociais, como o *Facebook*, *Twitter*, *Google +*, entre outras. O conteúdo da Internet passou a ser mais colaborativo, ou seja, permite uma participação mais ativa por parte dos usuários. Além dos *blogs* e redes sociais, existem diversos *sites* cujo conteúdo não é formulado somente por quem o desenvolveu, mas também pelos usuários da Web, como é o caso do banco de dados para pesquisa *Wikipedia*, cujo conteúdo é totalmente colaborativo, e postado por seus usuários. Outro exemplo dessa interatividade são os sites de compras como o *Amazon*, por exemplo, no qual é possível publicar *reviews* sobre o produto e sobre a empresa que o comercializa; bem como o *site* de turismo *Tripadvisor*, no qual os internautas publicam *reviews* sobre hotéis e atrações turísticas do mundo todo.

Conforme aponta Berners-Lee (2010), a Web é um recurso público da qual pessoas comuns, empresas e governos dependem, sendo uma ferramenta importante para a democracia, possibilitando aos usuários comunicarem-se com o mundo todo. A importância dos meios eletrônicos para a comunicação nos dias de hoje é reconhecida em todas as esferas da sociedade. A Internet se mostrou um ferramenta útil para a mídia, uma vez que os jornais impressos agora possuem versão eletrônica, além dos *blogs* e outros veículos de mídia independente. A Internet também beneficiou o comércio, com o surgimento do *e-commerce* e lojas virtuais; a música, com ferramentas como o *iTunes*, *Last.fm* e *Soundcloud*, para citar algumas; o ensino, com ferramentas de educação a distância (EAD) e o compartilhamento de produção acadêmica, como artigos e *e-books*, disponíveis para pesquisa na Internet. No que diz respeito a Linguística, conforme apontado por Pinker (2008), a Internet pode ser utilizada como um corpus de linguagem, um laboratório onde o pesquisador tem acesso à linguagem autêntica, e usuários trocam e compartilham ideias em tempo real. Para Crystal (2011), a Web é o maior banco de dados de linguagem disponível atualmente, e que cada vez mais linguistas estão utilizando esse corpus em suas pesquisas. O autor apresenta uma nova área nos estudos da linguagem, chamada de *Internet Linguistics*, na qual se investigam as manifestações de linguagem que ocorrem no ambiente virtual. Segundo o autor, o escopo da *Internet Linguistics* é amplo e engloba investigações em todas as subáreas da Linguística, bem como aspectos formais da linguagem virtual e seus aspectos comunicativos e discursivos.

Crystal (2011) acredita que a Internet pode ser uma forma de enriquecimento da linguagem, trazendo novas formas de se expressar em diferentes situações em um contexto virtual. Algumas dessas diferenças da linguagem ‘natural’¹⁵ em relação à linguagem virtual, conforme o autor indica, são a ausência de respostas simultâneas, mesmo em programas de comunicação instantânea como o *Skype*, pois sempre há um pequeno atraso (*‘lag’*) entre as mensagens; o uso de *emoticons*, símbolos utilizados para representar expressões faciais e gestos, que segundo o teórico, são mais utilizados por jovens; e conversas múltiplas, que são muito comuns em *chats* e redes sociais, onde é possível participar de várias conversas ao mesmo tempo, seja de maneira ativa ou apenas observando. Crystal (2011, p. 32) afirma que a linguagem da Web compartilha características da linguagem escrita e oral, embora não seja equivalente a nenhuma das duas. Existem fatores limitantes, como o tamanho das mensagens, o atraso entre a troca de mensagens, e falta de resposta simultânea, mas também existem fatores compensadores tais como o uso de *links*, *emoticons* e as conversas múltiplas.

¹⁵ Neste trabalho, usaremos o termo ‘natural’ para descrever qualquer tipo de comunicação não mediada por meios eletrônicos ou digitais.

Esses fatores citados por Crystal (2011) podem ser observados nas redes sociais da Internet. Essas redes são, de certa forma, modeladas de acordo com conceitos da Sociologia e Antropologia, que se interessam pelas relações humanas, que podem ser organizadas em pequenos grupos, como família, tribos, grupos divididos por classes sociais, entre outros. Radcliffe-Brown (1940), antropólogo que investigou as estruturas sociais que organizam as relações humanas, afirmou que ao observar as pessoas, é possível concluir que elas são conectadas por uma complexa rede de relações sociais, da mesma forma que os animais se organizam em grupos coletivos como rebanhos, por exemplo. Essa metáfora para organizar a estrutura das relações humanas passou a ser representada no mundo virtual com o surgimento das redes sociais, nas quais os usuários criam perfis com informações pessoais, compartilhando ideias, preferências, fotos, enfim, aspectos de sua personalidade, para que possam se conectar com amigos, familiares, colegas e até mesmo pessoas desconhecidas, mas que compartilhem alguma característica em comum, como gosto musical, por exemplo. Breslin & Decker (2007, p. 86) apontam que, dentre as funcionalidades das redes sociais, encontram-se as redes de listas de amigos, mensagens privadas, comunidades, eventos e comentários. Dessas ferramentas, para fins de estudo do diálogo nas redes sociais, as mais interessantes, pois são onde mais ocorrem interações verbais entre os usuários, são as comunidades e os comentários. As mensagens privadas também configuram como diálogos, mas esses são de natureza diferente, mais parecidos com os *e-mails*, uma vez que seu conteúdo é restrito aos outros usuários.

As redes sociais da Internet são complexas por natureza, e como consequência, a interação entre os usuários. O diálogo nesse contexto virtual apresenta diversas facetas, sendo uma delas a dinamicidade da troca de mensagens, nas quais os usuários podem publicar em seus próprios perfis ou de seus amigos, e são visualizadas por amigos de amigos, que podem interagir com aquela mesma mensagem. Dessa forma, ao contrário do diálogo clássico com um locutor e um receptor trocando mensagens lineares, o diálogo nas redes pode ocorrer entre vários usuários, de forma não unilateral. Outra peculiaridade do diálogo nas redes é o compartilhamento dessa troca de mensagens com todos os usuários da rede. Ao contrário de um diálogo natural, ou de um diálogo por telefone ou *MSN Messenger*, onde os interlocutores trocam mensagens privadas, nas redes sociais as mensagens, postadas nos perfis de usuários, podem ser lidas por outros usuários, que façam parte de suas redes, ou não¹⁶. A partir dessa observação, pode-se sugerir que os usuários têm consciência de que suas mensagens terão

¹⁶ É importante ressaltar que o usuário tem a possibilidade de configurar seu perfil para que seja acessado somente por usuários que façam parte de sua rede, aumentando sua privacidade.

maior alcance na rede, e, portanto, refletem mais sobre as formas que optam por expressarem-se. É relevante mencionar que as redes sociais são um meio de comunicação, e conforme apontado por McLuhan (1967), o meio influencia a forma e o conteúdo da mensagem, conferindo-lhe diferentes mecanismos de significação e de compreensão.

Alguns fenômenos observados nos diálogos das redes sociais também ocorrem em outras ferramentas da Web, como é o caso dos *blogs*, e até mesmo sites de notícia, onde há possibilidade de comentar o que foi publicado. Assim como nas redes sociais os usuários comentam *posts* (conteúdo publicado: textos, imagens, *links*, etc.), nesses sites, os usuários podem comentar os textos dos *blogs* e as notícias postadas, como é o caso dos portais de notícias *Globo.com*, *Clickrbs*, *Terra*, e muitos outros. As redes sociais e os *blogs* e sites de notícias apresentam pontos em comum, como a visibilidade das mensagens por todos que acessam o site, mas diferem em um ponto importante: a possibilidade de postar ‘anônimo’ ou com uma falsa identidade. Embora seja possível criar um perfil falso no Facebook e ter sua verdadeira identidade preservada, é muito fácil para os usuários identificarem quando um perfil é ‘fake’ (como são chamados esses perfis), pela ausência de fotos reais (fotos da pessoa, e não imagens retiradas da Web), ausência de amigos e outras informações importantes. No caso dos comentários em sites, o usuário pode se cadastrar e usar um nome falso, ou dependendo das políticas de comentários do site ou *blog*, pode até postar anônimo. Uma implicação para o estudo do diálogo é a de que deve haver diferenças nos diálogos entre pessoas que se conhecem e diálogos envolvendo pessoas desconhecidas, o que ocorre em comentários de sites.

A partir dessas reflexões sobre a complexidade do diálogo na Web 2.0, é possível compreender que diversos fenômenos linguísticos, que ocorrem em diálogos naturais, estão presentes nesse meio virtual, e dessa forma surge a necessidade de investigá-los. O processo inferencial, ou seja, o compreender além do dito, ocorre em diversas atividades interativas, tais como conversar, ler, assistir à televisão, entre outras. Na navegação pela Internet, pode-se pensar que o usuário também utiliza suas habilidades inferenciais, e quando interage em redes sociais, precisa fazer inferências que podem ser lógico-semânticas, baseadas em cálculos dedutivos; ou pragmáticas, baseadas em conhecimento enciclopédico. Por hipótese, as inferências descritas por teorias consagradas, como a Teoria das Implicaturas de Grice, podem não abarcar todas as possibilidades de fenômenos inferenciais existentes nas redes, pois se basearam em diálogos naturais, sem as complexidades que ocorrem nesses meios virtuais. Essas particularidades serão analisadas dentro de diálogos polêmicos, que envolvem linguagem politicamente incorreta, o próximo tópico deste trabalho.

3.3 SOBRE A LINGUAGEM POLITICAMENTE INCORRETA

Para abordar a linguagem do politicamente incorreto, é necessário primeiramente compreender o conceito de politicamente correto. Primeiramente, esse termo está relacionado a uma política de luta contra discriminação, que pode ser social, racial, sexual, entre outros tipos. Nos Estados Unidos, o movimento político surgiu na década de 60, de acordo com Cameron (1995), que aponta as universidades como palco de seu surgimento, e grupos de esquerda, feministas, anti-racistas e ambientalistas como os precursores do movimento. No Brasil, o termo se popularizou no início deste século, com o crescimento de movimentos pela luta dos direitos dos negros, homossexuais e mulheres, e especialmente após a publicação da “Cartilha do Politicamente Correto”¹⁷, em 2004. Esse documento teve como objetivo informar o cidadão de expressões corriqueiras na Língua Portuguesa que possuem conotação pejorativa, como é o caso de ‘denegrir’, ‘judiaria’, ‘a coisa ficou preta’, entre outras. Embora de motivação política, o movimento está diretamente relacionado à linguagem, uma vez que documentos como esta cartilha pretendem regular o uso de expressões linguísticas consideradas preconceituosas. De acordo com Cameron (1995), a característica mais marcante do movimento politicamente correto diz respeito ao uso da língua, através de uma insistência em substituir palavras ou expressões que possam ser interpretadas como ofensivas ou discriminatórias para grupos considerados minoritários.

O tema é bastante polêmico, e teóricos apresentam opiniões divergentes. Para Possenti (1995), embora a linguagem possa expressar preconceitos, ideologias e posições, as atitudes dos falantes não podem ser modificadas somente com mudanças em suas escolhas linguísticas. Essa seria uma posição muito genérica, não ancorada em teorias da linguagem. Por esses motivos, o autor acredita que a luta por uma linguagem politicamente correta não se sustenta, uma vez que a linguagem não pode modificar o pensamento, e mesmo se pudesse, uma língua isenta de palavras ou expressões preconceituosas não seria possível. Ou seja, essas palavras ou expressões continuariam existindo, e com elas o preconceito que expressam.

Cameron (1995) argumenta que a noção de linguagem politicamente correta desafia a ideia de que a linguagem seria neutra e universal. A autora cita como exemplo a palavra em língua inglesa *chairman* (em Português *presidente/diretor*), que passou a ser considerada

¹⁷ Disponível em: http://www.awmueller.com/deposito/politicamente_correto.pdf - Acesso em 28/10/2012.

sexista¹⁸ uma vez que mulheres começaram a assumir essa posição, logo, substituir esse termo pelo neutro *chairperson* pareceu mais adequado. A escolha dos termos *chairman* ou *chairperson* ficaria a critério do falante, que pode revelar, através dessa escolha, uma atitude mais conservadora ou feminista. No entanto, a autora afirma que apesar de o termo *chairman* não ser considerado neutro, o falante que o utiliza pode não ter nenhuma intenção política ao utilizá-lo em enunciados, e que portanto qualquer inferência feita de que o falante seria machista ao utilizar esse termo pode não ser uma inferência legítima. Outra questão polêmica do politicamente correto, para Cameron (1995), é a liberdade de expressão: enquanto grupos contrários ao preconceito racial, sexual ou de gênero defendem que o respeito com esses grupos deve prevalecer nas escolhas lexicais dos falantes (portanto, termos considerados ofensivos não devem ser usados), para outros, o politicamente correto é um ataque à liberdade individual de expressão. Essa questão será abordada novamente na ilustração de casos.

Embora o uso de uma linguagem politicamente correta seja alvo de críticas, alguns autores defendem tal política de linguagem. Para Soares (1998, p. 221), o politicamente correto seria um “nome vago e controverso de um processo aberto, em construção, tenso e incerto...impelindo os indivíduos a constantes negociações e renegociações de sentidos e valores. É apenas o reavivamento do debate ético-político”. O autor também acredita que uma linguagem politicamente correta é importante para “estimular um debate democrático que a sociedade brasileira tem procurado evitar, para preservar o conforto de ideologias homofóbicas, misóginas e racistas, de direita e de esquerda” (SOARES, 1998, p. 234).

De acordo com Rajagopalan (2000), um questionamento comum sobre o politicamente correto é o de que não faz sentido substituir palavras consideradas ofensivas e preconceituosas de uma língua, se o preconceito está na sociedade e na cabeça das pessoas. No entanto, o autor questiona esse tipo de crítica, atribuindo uma visão de linguagem desvinculada de ação, ou seja, uma visão de que a linguagem não seria capaz de causar mudanças no mundo. Para combater a tese de que a linguagem e o mundo são independentes, ou seja, de que mudanças na linguagem não acarretam mudanças no mundo, o teórico argumenta que embora a relação de significação entre nomes e objetos (ou forma e conteúdo) seja arbitrária, há diversos nomes/formas que remetem a um mesmo objeto/contéudo. É o caso dos eufemismos, cujo uso reflete uma maneira de pensar a relação entre a linguagem e o mundo. Nesse caso, o

¹⁸ Isso ocorre devido à presença da palavra *man* (homem) para designar posições que passaram a ser ocupadas também por mulheres. Outros exemplos de profissões em Inglês que trocaram o *man* por termos neutros: *salesman* x *salesperson*, *policeman* x *police officer*, *businessman* x *business executive*, etc.

conteúdo da mensagem continua o mesmo, porém sua forma é ‘suavizada’, alterando a apresentação do conteúdo e dessa forma modificando suas possíveis interpretações.

Outro ponto que Rajagopalan (2000) defende é que os objetos estão presentes em nossas mentes junto com a imagem que eles adquiriram ao longo do tempo, o que é difícil de desvincular quando o interpretamos. Por outro lado, o autor defende que a linguagem é passível de ser modificada, e dessa forma interferir no mundo. Para sustentar seu argumento, o autor menciona o trabalho de marketing, no qual a escolha de um nome para apresentar um produto não é arbitrária, mas sim cuidadosamente pensada, uma vez que o produto em questão é apresentado ao público através da linguagem escolhida. Pode-se concluir, portanto, que a forma linguística, embora não modifique o conteúdo (por exemplo, utilizar ‘negro’, ‘moreninho’ ou ‘preto’ não vai mudar o fato de que se trata de uma pessoa de pele escura e ascendência africana), é responsável por modificar a maneira como as pessoas interpretam esse conteúdo. Assim, para o autor, o uso da linguagem politicamente correta se justifica, uma vez que a escolha de formas linguísticas serve de intermédio para apresentarmos nossos pensamentos, e se trocarmos essas formas, podemos modificar sua interpretação. O autor acredita que o politicamente correto seja um bom começo para diminuir o preconceito existente na sociedade, e que embora não resolva o problema totalmente, pode conscientizar as pessoas sobre a existência de preconceito na linguagem que utilizam.

Com uma abordagem mais cognitiva, Lakoff (2000) defende que o significado das palavras vai além da referência semântica. Por exemplo, há palavras que apenas evocam imagens mentais sem nenhum tipo de conotação positiva ou negativa; é o caso de objetos como *mesa* ou *cadeira*. Quando ouvimos ou lemos tais palavras, surge, em nossas mentes, a imagem de um tipo de móvel, que pode ser de madeira, vidro, estofado; pode ser grande ou pequeno, quadrado ou redondo. Enfim, pensamos em características físicas de tais objetos. No entanto, não atribuímos valor positivo ou negativo a esse tipo de palavra. A autora argumenta que nem todas as palavras possuem compreensão tão simples (e neutra) de seus significados. A relação entre forma e significado das palavras se modifica, ou é moldada, em contextos específicos, com conotações específicas.

A autora acredita que o politicamente correto é um termo de difícil definição. Porém, é possível afirmar que existem epítetos¹⁹ expressados em práticas discursivas, que descrevem grupos minoritários, e tais epítetos podem ser aceitos ou não por esses grupos. Para Lakoff

¹⁹ Substantivo, adjetivo ou expressão que se associa a um nome para qualificá-lo ou criticá-lo, podendo ser aplicado a pessoas ou objetos. Retirado de: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ep%C3%ADteto> – Acesso em 05/11/2012.

(2000), definir o politicamente correto de forma objetiva não é possível, pois se tratando de algo político, estará sempre carregado de juízo de valor de uma determinada visão política, seja de esquerda ou de direita, conservadora ou liberal. A autora defende que o fenômeno do politicamente correto está diretamente ligado à linguagem, e a quem dá significação à linguagem, sendo uma espécie de relação de poder na sociedade. Na medida em que grupos minoritários passam a ter mais influência na sociedade, eles também passam a ter poder sobre a significação de termos que os designam.

Lakoff (2000, p. 86) apresenta a metáfora “palavras como espadas” (*words as swords*), que traduzida significa palavras que agridem pessoas e geram conflitos em diversos contextos, como político, religioso, de relacionamentos humanos, entre outros. No contexto norte-americano, essa metáfora está associada ao discurso de ódio, que ocorre quando os princípios de uma linguagem politicamente correta são violados e expressam preconceito e violência verbal gratuitos. A autora defende que o discurso de ódio por vezes não é percebido por pessoas que não se encaixam em grupos minoritários. Por exemplo, enunciados tipicamente racistas como ‘Bah, mas que *negrice* que ele fez!’²⁰ podem ser vistos como apenas uma ‘brincadeirinha’, e não como algo potencialmente ofensivo. Esse seria um motivo que levaria pessoas a discordarem quanto à relevância de uma linguagem politicamente correta, uma vez que o discurso de ódio, por sua vez politicamente incorreto, não atinge pessoas que se encaixam no *status quo*²¹ e que jamais sofreram esse tipo de preconceito. Dessa forma, se é difícil para algumas pessoas enxergarem ofensas em enunciados politicamente incorretos, torna-se difícil chegar a um consenso sobre a relevância do debate sobre a linguagem politicamente correta.

Outro debate levantado por Lakoff (2000) é o da linguagem enquanto pensamento ou ação. Para a autora, se assumirmos a Teoria dos Atos de Fala de Austin (1962), podemos pensar na linguagem como ação, e não apenas pensamento. Uma vez que enunciados podem ser performativos, ou seja, exercem alguma mudança no mundo, pode-se concluir que os falantes executam ações ao produzirem enunciados. Dessa forma, enunciados politicamente incorretos podem ser confundidos com atitudes preconceituosas por parte do enunciador. Os atos locutórios, que segundo Austin (1962) são declarativos e não performativos como os atos

²⁰ Termo considerado racista, pois denota que pessoas negras não são capazes de fazer coisas bem feitas ou de maneira correta. Retirado de: <http://www.achando.info/negrice> - Acesso em 05/11/2012.

²¹ O termo *status quo* se refere ao estado atual das coisas. Na obra de Lakoff (2000, p. 49), o *status quo* denota neutralidade e indica o que é majoritário e aceito pela sociedade. O homem branco e heterossexual seria um estereótipo do *status quo*.

ilocutórios, podem também ser considerados como ações. Tomemos como exemplo o enunciado abaixo:

(24) Mulher no volante, perigo constante.

Esse enunciado pode ser interpretado como um ato locutório, no qual o falante está somente constatando um fato que acredita ser verdade, ou seja, está apenas declarando sua opinião. No entanto, esse enunciado pode não ser apenas um ato locutório, mas sim um ato ilocutório, ou ato de fala, que seria um *ato de ofender*. Isso ocorre porque o exemplo (24) pode ser interpretado como uma ofensa às mulheres ao implicar que elas não possuem as mesmas capacidades de dirigir do que os homens, portanto seria um enunciado machista.

A posição defendida por Lakoff (2000) é a de que a linguagem está em algum lugar entre o pensamento e a ação, pois ao usarmos a linguagem, é como se os nossos pensamentos de tornassem públicos, e tornar nossos pensamentos públicos seria uma espécie de ação, como foi demonstrado no exemplo (27). Portanto, a autora conclui que um dos maiores fatores de complexidade do debate sobre uma linguagem politicamente correta está nessa distinção entre linguagem como pensamento ou ação. O discurso de ódio, ou politicamente incorreto, em uma perspectiva de linguagem como pensamento, não poderia ser passível de nenhum tipo de repreensão, ao passo que se assumir um enunciado de ódio como uma ação, esse poderia ser considerado uma prática preconceituosa, portanto passível de censura.

O debate sobre a validade ou não de uma linguagem politicamente correta é extenso e cheio de divergências. Por outro lado, o fato de que existem palavras ou expressões que denotam preconceito e desprezo por determinados grupos de pessoas não pode ser ignorado. Tirrell (1999, p. 41), em sua obra sobre *termos pejorativos* acredita que os falantes não podem “escapar” do significado socialmente construído das palavras que escolhem utilizar. A autora explica que existe uma infinidade de palavras ofensivas em qualquer língua, porém algumas são mais complexas. Como exemplo, ela cita a palavra *jerk* (‘babaca’, ‘idiota’) como sendo um termo pejorativo que está apenas relacionado com seu conteúdo semântico (‘babaca’), enquanto termos como *nigger* (‘negro’) e *dyke* (‘sapatão’) são mais complexos por estarem relacionados também a práticas sociais discriminatórias. Esses termos, que são essencialmente pejorativos, representam uma relação de poder na sociedade, ao passo que discriminam pessoas baseado-se em características pessoais (etnicidade, orientação sexual) e não em atitudes (como ser babaca, por exemplo). No entanto, a autora explica que grupos que são alvo de termos pejorativos apresentam atitudes diferentes em relação a seu uso: enquanto

alguns defendem que não é possível retirar o fator pejorativo de tais termos e que portanto eles devem ser evitados, outros acreditam que é possível modificar o significado desses termos ao utilizá-los de forma subversiva dentro de suas comunidades. É o caso de comunidades negras norte-americanas que utilizam a palavra *nigger* entre seus membros, ou no contexto brasileiro, as comunidades negras utilizarem termos como *negão*, por exemplo, de maneira não derogatória.

Ainda sobre termos pejorativos, Hornsby (2001) identifica neles duas características: eles expressam ódio e desprezo, e possuem termos equivalentes que são neutros, como por exemplo *faggot* ('bicha', pejorativo) e *gay* ('homossexual', neutro). Conforme defende a autora, palavras ofensivas seriam "inúteis", pois se há equivalentes neutros, não há necessidade de utilizá-las, a não ser que o falante pretenda comunicar uma evidência de sua atitude em relação aquele grupo. Em outras palavras, se uma pessoa opta por usar um termo pejorativo com a opção de utilizar um termo neutro, ela está violando a linguagem do politicamente correto, dessa forma utilizando o que será assumido neste trabalho como a **linguagem politicamente incorreta**.

Os enunciados politicamente incorretos assumidos neste trabalho são aqueles que podem ser interpretados como ofensivos por grupos alvo de discriminação racial, sexual ou de gênero; seja pelo uso de termos explicitamente pejorativos, ou de maneira implícita. Há alguns pontos a serem observados nessa definição adotada aqui. Primeiramente, o politicamente incorreto não se restringe somente aos grupos citados acima; há outras vítimas de preconceito na sociedade, como é o caso de idosos, obesos, deficientes físicos, apenas para citar alguns, que também são afetados por uma linguagem pejorativa e discriminatória. Porém, para fins de análise neste trabalho, somente enunciados ofensivos em relação aos três grupos minoritários citados acima (etnia, orientação sexual e gênero) serão investigados, pois além de delimitar o escopo do politicamente incorreto, são os casos mais recorrentes no contexto brasileiro, bem como no contexto virtual da Web 2.0. A questão das cotas para negros nas universidades, os direitos para homossexuais e manifestações de cunho feminista estão entre os debates mais acirrados e polêmicos da Internet, dessa maneira servindo de material para a análise da linguagem politicamente incorreta. Termos como 'gayzismo', e 'feminazi', amplamente utilizados em linguagem virtual, podem ser considerados pejorativos, como será demonstrado mais adiante.

Outra questão que deve ser observada no conceito de politicamente (in)correto neste trabalho são os **eufemismos**. Como foi mencionado anteriormente nesta seção, o eufemismo é uma figura de linguagem, uma forma linguística utilizada para diminuir o efeito negativo do

conteúdo semântico de palavras. De acordo com Guimarães & Lessa (1998), um exemplo clássico seria o verbo ‘morrer’, que apresenta uma ideia desagradável em nossa cultura (‘o fim da vida’), e em determinados contextos pode ser substituído por ‘descansar em paz’, ‘passar desta para uma melhor’, entre outros eufemismos. Os autores apontam que por outro lado, se o falante pretende causar o efeito oposto ao eufemismo, utiliza formas mais rudes e grosseiras, chamadas de **disfemismos**, como é o caso de ‘bater as botas’, ‘vestir o paletó de madeira’, entre outras expressões utilizadas para o verbo ‘morrer’. No entanto, é importante ressaltar que em uma abordagem pragmática de inferências, essas expressões citadas pelos autores como disfemismos podem até funcionar como eufemismos, dependendo do contexto: uma pessoa pode dizer, entre amigos, que uma pessoa querida desse grupo ‘bateu as botas’ para tentar descontraír, tornar a situação de ‘morte’ menos desagradável, e não para ser grosseiro ou debochado.

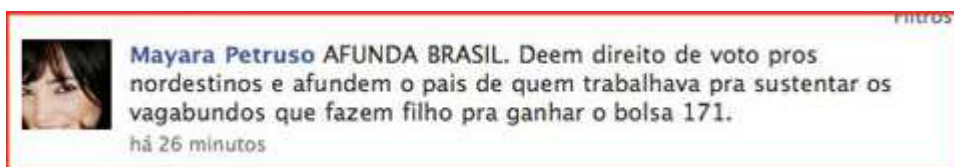
Uma vez compreendido o conceito de eufemismo, faz-se necessário ressaltar que neste trabalho não consideramos o eufemismo uma forma de linguagem politicamente correta. Se assumirmos a linguagem politicamente correta como uma espécie de eufemismo, assumimos, também, que as condições das vítimas de discriminação racial, sexual e de gênero são negativas e que portanto necessitam de formas linguísticas para “suavizá-las”. No entanto, não acreditamos que referir-se a um homossexual como ‘gay’ ao invés de ‘bicha’ seria um eufemismo, mas sim uma forma de tratamento não ofensiva e neutra, ou seja, politicamente correta. E é justamente neste ponto que o politicamente correto e o eufemismo se distinguem.

Por fim, podemos pensar que o politicamente correto é um tema bastante complexo, que envolve polidez, atitudes dos falantes, e adequação linguística ao contexto. De um modo geral, aqueles que defendem seu uso acreditam que o preconceito está presente na língua e pode ser expressado através de palavras ou expressões que devem ser evitadas, pois seu uso configuraria uma atitude discriminatória do falante. Aqueles que se opõem a tal prática linguística argumentam que todos têm o direito de se expressar como desejarem, e que o politicamente correto seria uma limitação desse direito. O contexto dialógico neste trabalho é o virtual, como foi explicitado no subcapítulo anterior. Algumas peculiaridades desse contexto favorecem o uso de uma linguagem politicamente incorreta, como a possibilidade de manter-se anônimo ao postar comentários em sites e *blogs*, e no caso das redes sociais como o Facebook, a quantidade de informação e a participação ativa dos usuários, que se posicionam em relação a diversos assuntos. Quando os assuntos em questão são polêmicos, há maiores chances de usuários expressarem-se de maneira politicamente incorreta. No próximo

subcapítulo iremos demonstrar como ocorre essa linguagem, bem como os processos inferenciais presentes nesses diálogos polêmicos.

3.4 ILUSTRAÇÃO DO PROCESSO INFERENCIAL DO DIÁLOGO POLÊMICO EM AMBIENTE VIRTUAL

Na última década, a Internet tem sido palco de declarações polêmicas por parte de alguns usuários, especialmente nas redes sociais. Nas eleições presidenciais de 2010, quando a candidata do PT Dilma Rousseff foi eleita, Mayara Petruso, uma estudante de Direito paulista, ficou conhecida em todo o país todo graças a mensagens consideradas xenofóbicas postadas em suas redes sociais, Facebook e Twitter. Abaixo seguem os *posts* feitos pela estudante²²:



Os *posts* causaram revolta por parte da população brasileira, especialmente os nordestinos. O motivo de tanta repercussão foi o ódio explícito contra nordestinos, o que configura xenofobia, um tipo de discriminação contra estrangeiros. O uso de expressões ‘não é gente’ e ‘vagabundos’ fez com que os usuários dessas redes sociais inferissem que suas declarações foram xenofóbicas, e que por configurar uma espécie de crime de ódio, assim como o racismo, Mayara deveria ser punida.

Outro caso de declaração politicamente incorreta que repercutiu na Web foi uma piada feita pelo humorista Rafinha Bastos em um show de *stand up comedy*. A declaração polêmica foi a seguinte:

²² Retirado de: <http://doisespressos.wordpress.com/2010/11/01/mayara-petruso-e-a-xenofobia-no-twitter/> - Acessado em 10/11/2012.

“Toda mulher que eu vejo na rua reclamando que foi estuprada é feia pra caralho. Tá reclamando do quê? Deveria dar graças a Deus. Isso pra você não foi um crime, foi uma oportunidade. O homem que fez isso (estupro) não merece cadeia, merece um abraço”²³

A repercussão pode ser vista em redes sociais e comentários de sites e blogs. Apenas para fins de ilustração de como e porque tal piada gerou tanta controvérsia, colocamos abaixo dois comentários feitos em um *blog*²⁴, e a seguir faremos uma análise dos mesmos:

#1

“ #Abaixoarepressao Sou Contra a Qualquer Tipo De Censura, Isso que Estão Fazendo Com @rafinhabastos é Censura!!! #Debestupro

#2

“ Lembrando bem das palavras de mamãe:
Só é engraçado quando está todo mundo rindo. Quando um está chorando e os outros rindo não é brincadeira, é humilhação.
Acho que podemos partir daí. Não precisa ser chato, nem politicamente correto.
Basta não fazer ninguém sofrer.

O primeiro comentário defende o humorista, alegando que ele estaria sendo vítima de censura. O comentarista, por hipótese, chegou a essa conclusão com suposições do tipo: *‘vivemos em uma democracia, com liberdade de expressão’, ‘piadas não refletem o caráter do humorista’, ‘logo, ele é livre para fazer humor com o que bem entender, sem que seja censurado’*. Já o segundo comentário, que se posiciona contra a piada, provavelmente o fez seguindo suposições como *‘mulheres vítimas de estupro não achariam engraçada essa piada, pois estupro não é sexo, é crime’, ‘dizer que um estuprador não merece cadeia mas sim um abraço é diminuir a importância do crime’, ‘logo, a piada humilha vítimas de estupro, e piadas que humilham pessoas não são engraçadas’*. Quando o assunto é *‘politicamente incorreto’*, uma das questões mais complexas, como já foi apontado anteriormente neste trabalho, é o fato das pessoas não compartilharem as mesmas suposições sobre o mundo, fato que leva a discussões e diálogos polêmicos, muitas vezes utilizando mais ofensas do que argumentos. Por vezes, acaba se tornando uma espécie de discussão pessoal, conforme aponta Walton (1989, p. 4). O autor afirma que a *discussão pessoal* é a forma mais “baixa” de argumentação, confusa e não baseada na lógica, ao passo que outras formas de discussão,

²³ Retirado de: <http://rollingstone.com.br/edicao/56/a-graca-de-um-herage?page=1> – Acessado em 12/11/2012.

²⁴ Retirado de: <http://pt.globalvoicesonline.org/2011/05/11/brasil-piadas-sobre-estupro-e-o-limite-do-humor/> - Acessado em 12/11/2012.

como o *debate forense* e o *diálogo persuasivo*, são mais reguladas, pois cada interlocutor tem sua vez para argumentar e comprovar sua tese. Ainda utilizando como exemplo a piada sobre estupro, é possível encontrar comentários como ‘@rafinhabastos, tomara que estuprem tua mãe!’, ‘queria ver se vc fosse estuprodo’ (atacando o humorista), ‘vão achar o q fazer suas feminazi feia e gorda’, ‘essas mulheres que tão reclamando são tudo feias’ (atacando quem se opõe ao humorista), claros exemplos de argumentos utilizados para atacar e ofender, mas que não estão baseados em raciocínio lógico.

A questão do estupro é uma das mais discutidas na Internet, gerando comentários interpretados como machistas por alguns usuários, e evidenciando uma linguagem politicamente incorreta. Para ilustrar o problema e como as inferências feitas nesse contexto são divergentes, apresentamos o seguinte contexto:

Contexto: Duas adolescentes foram estupradas pelo grupo de pagode ‘New Hit’ após entrarem no ônibus da banda para tirar fotos e pegar autógrafa. O fato, que ocorreu no final de Agosto na Bahia, teve forte repercussão na Internet²⁵. Abaixo segue um diálogo construído com base nos comentários feitos sobre a matéria (em todos os exemplos neste trabalho, identificaremos os usuários por letras):

A: Elas tomaram álcool?

B: @A, o que isso tem a ver, elas foram estupradas!

C: É @A, não tenta defender os caras, mesmo que tivessem bebido nada justifica um estupro, e esses caras têm que ir pra cadeia!

A: O que eu quis dizer é q se elas são de menor e se tavam bebendo, facilitaram pros caras, então a culpa é delas também.

D: @A, acho q quem andou bebendo foi vc! Se fosse sua filha vc ia dizer a mesma coisa?

A: @D, eu não tenho filha e se tivesse, não seria burra q nem essas aí, q tavam louca pra dar e agora ficam inventando desculpinha.

Para tentar elucidar o processo inferencial no diálogo acima, usando a Teoria das Implicaturas de Grice, pode-se dizer que A aparentemente violou a máxima de relação ao perguntar se as garotas haviam bebido, uma vez que a pergunta parecia não estar relacionada com o tópico da notícia. Dessa forma, A gerou uma implicatura, que foi recuperada por B e C, uma vez que ambos direcionam seus enunciados para A (o uso do símbolo @ em diálogos na Internet, seguido do nome do usuário, indica que a resposta foi para aquele usuário em

²⁵ Notícia retirada de: <http://g1.globo.com/bahia/noticia/2012/09/integrantes-da-new-hit-sao-indiciados-por-estupro-e-formacao-de-quadilha.html> - Acesso em 13/09/2012.

questão), e fizeram a mesma inferência: ‘A acha que se meninas bebem, facilitam um estupro e se tornam responsáveis por isso’. Essa inferência se confirma em seguida, e ao responder a pergunta feita por D, A gera mais duas possíveis implicaturas: ‘pais não educam suas filhas direito’ e ‘as meninas queriam sexo, mas se arrependeram e estão acusando a banda injustamente’. Com o último enunciado, A utiliza uma linguagem considerada politicamente incorreta, interpretada como machista, uma vez que implicou que não respeita mulheres vítimas de estupro, além de duvidar da veracidade do fato.

Outro caso semelhante foi a polêmica causada por uma propaganda veiculada pela marca de preservativos *Prudence*, que obteve inúmeros compartilhamentos no Facebook com o objetivo de denunciá-la como machista, e tirá-la de circulação. Essa propaganda foi feita com base em uma “piada” que circula na Internet há anos, chamada de “Dieta do Sexo”, de autoria desconhecida. Abaixo segue a imagem compartilhada na rede social como campanha contra a peça publicitária, seguido de um diálogo de comentários:

TIRANDO A ROUPA DELA

COM O CONSENTIMENTO DELA	10 Cal
SEM O CONSENTIMENTO DELA	190 Cal

ABRINDO O SUTIÃ

COM AS DUAS MÃOS	8 Cal
COM UMA MÃO	32 Cal
COM UMA MÃO, BELIANDO ELA	107 Cal
COM UMA MÃO, APANHANDO DELA	208 Cal

COLOCANDO A CAMISINHA

COM EREÇÃO	6 Cal
SEM EREÇÃO	644 cal

NA HORA DA TRANSA

TENTANDO ENCONTRAR O CLITÓRIS	12 Cal
TENTANDO ENCONTRAR O PONTO G	348 Cal

POSIÇÕES

PAPAI E MAMÃE	12 Cal
FRANGO ASSADO	20 Cal
PEÃO BOLA DEIRO	89 Cal
69 DEITADO	10 Cal
69 EM PÉ	912 Cal

APÓS O ORGASMO

FICAR NA CAMA ABRAÇADINHO	18 Cal
VIRAR DE LADO	36 Cal
EXPLICAR PRA ELA POR QUE VIROU DE LADO...	814 Cal

SEXO SEM O CONSENTIMENTO DA MULHER SE CHAMA ESTUPRO! QUER DIZER ENTÃO QUE ELE É VANTAJOSO PORQUE QUEIMA MAIS CALORIAS, PRUDENCE!?

PRUDENCE
Propagandas anti-éticas

FEMINISM NA REDE

A: Quem trabalha com um produto destes devia saber as implicações da falta de consentimento ... É muita falta de noção.

B: Bem..a net está cheia de falsos moralistas. Não vi incentivo ao estupro na frase e nem sempre "sem consentimento" se emprega força ou violência física e normalmente não se usa preservativo em casos de estupro. Tirar a roupa sem consentimento dela faz parte do fetiche de várias mulheres.

C: @B, vc já foi estupro pra saber se estupro usa camisinha ou não? Se liga!

D: Quanto mimimi. O mundo era um grande parque de diversões, só q estragaram todos os brinquedos ¬¬

E: Propaganda infeliz, mas mais infeliz ainda é quem acha que sexo sem consentimento é fetiche e não violência. @B, que tal tirarem tua roupa sem consentimento, afinal é só fetiche mesmo kkkkkkk.

Novamente é possível observar que o *post* gerou polêmica, e por isso o diálogo apresenta inferências divergentes. O processo inferencial começa nos enunciados destacados em vermelho na imagem e com o enunciado ‘*sexo sem consentimento da mulher é estupro!...*’, adicionado à imagem para a campanha do Facebook. O primeiro comentário mostra que *A* reconheceu a intenção da campanha (do Facebook, não da campanha publicitária), que conforme o enunciado adicionado à imagem, deixa claro que eles consideram sexo sem consentimento como estupro. No entanto, essa interpretação aparentemente não é *default*, uma vez que os enunciados em vermelho, originais da propaganda, não geram as mesmas implicaturas para todos os internautas. É o caso de *B*, que procura argumentar que a propaganda não implica estupro, o que é rebatido por *C* e *E*, quase em um tom de discussão pessoal, uma vez que direcionam seus enunciados diretamente para *B*. Já *D* quebra a máxima de relação, ao citar temas não relacionados com o debate; porém, pode-se inferir que *D* considera o politicamente correto (nesse caso, o respeito às mulheres) uma forma de censura. Essa inferência, embora não tenha sido feita por nenhum dos interlocutores, é possível graças ao uso da metáfora que o ‘*mundo é um parque de diversões*’, e que o politicamente correto seria responsável por ‘*estragar os brinquedos*’, que nesse caso tratar-se-ia da liberdade de expressão. Além disso, o uso do item lexical ‘*mimimi*’, muito utilizado na Internet, funciona como uma onomatopéia para a reclamação: se usa o termo ‘*mimimi*’ para se referir a quem reclama demais, ou costuma fazer-se de vítima. Outro item que corrobora essa suposição é o *emoticon* ¬¬, que transmite a ideia de que o falante está aborrecido com o que lê, e que acha o tópico sem graça.

No exemplo acima, há ainda outra questão envolvida: o não compartilhamento de significações, que, de acordo com Bohm (1996), não gera diálogo, mas sim discussão. Essa questão é compatível com a Teoria da Relevância e seu conceito de compartilhamento de contexto, ou seja, os valores sobre o mundo e informação sobre o que se fala. No caso da propaganda da *Prudence*, pode-se pensar que homens e mulheres não compartilham o contexto de *estupro*, e por essa razão interpretam a peça publicitária de maneiras diferentes. Esse problema parece recorrente nesse tipo de diálogo/discussão sobre temas que envolvem o

politicamente correto. Por exemplo, podemos pensar que um heterossexual pode não ver problema nenhum em chamar gays de ‘bicha’ por não compartilhar com homossexuais o mesmo contexto para homofobia, pois por hipótese, heterossexuais não sofrem discriminação sexual. O mesmo ocorreria com o racismo, se assumirmos que brancos e negros não compartilham o mesmo contexto.

O racismo, outro tema recorrente na Web, é geralmente motivado por questões como as cotas raciais e outras políticas inclusivas. No exemplo abaixo, retirado do Facebook, um usuário fez um *post* em seu mural no dia 20 de Novembro, no qual se comemora o dia da Consciência Negra (que recentemente passou a ser feriado na cidade de São Paulo) e recebeu os seguintes comentários:

Usuário A

Post: “Ódio e intolerância, hoje e sempre!”

5 people like this.

Comentários:

B: Feriado de merda!

C: Sério cara, nem acredito nisso, tão tomando conta e ninguém faz nada! Só querem privilégio, trabalhar q é bom nem pensar.

D: Bando de vagabundo que nunca fez nada pelo país, aliás fez sim! Trouxeram uma subcultura podre e aumentou a criminalidade hahahaha

A: Voltem pra senzala, ou melhor, pra África ☺

E: Vão dormir seu bando de “ariano”, vão pra Europa duma vez ser chamado de macaco!

Antes de analisar esse diálogo, é importante mencionar que o usuário que fez o *post* pertence ao movimento *skinhead*, conhecido por sua posição ideológica de extrema direita e a crença de superioridade da ‘raça’ branca. Todos os usuários que participaram do diálogo compartilham o contexto do usuário A (ele é *skinhead* e o *post* foi feito no dia da Consciência Negra) e portanto reconheceram sua intenção comunicativa, que era a de comunicar sua posição contrária à comemoração desse feriado em São Paulo. O diálogo iniciou convergente, uma vez que B, C e D fizeram comentários compatíveis com o *post* de A, além de sua publicação ter recebido 5 *likes*, função no Facebook que equivale a algo como ‘gosto da tua publicação e concordo com ela’. A linguagem politicamente incorreta neste diálogo começou implícita, ou seja, algum usuário ‘de fora’, que não conhece A ou que não sabia do feriado da consciência negra, talvez não identificasse racismo e teria que passar por um processo inferencial mais trabalhoso. No entanto, no comentário de A, “*voltem pra senzala, ou melhor,*

pra áfrica 😊, a intenção comunicativa do enunciado está muito mais explícita, sendo mais simples de recuperar, uma vez que nem seria necessário compartilhar o mesmo contexto do usuário A. Seria necessário apenas fazer suposições como *‘senzala foi um lugar habitado por escravos que vieram da África’*, *‘voltem só pode estar se referindo à população negra no Brasil’*, *‘se o falante escreveu tal sentença, e ainda utilizou o emoticon do sorriso no final, só pode ser racista’*. Tal conclusão foi feita por E, que discordou dos outros usuários ao implicar que brasileiros nunca serão vistos como ‘arianos’ para os europeus, o que fica claro com o uso de aspas, indicando ironia por parte de E ao chamar tais skinheads de “arianos”.

Ainda sobre o tema racismo, outro assunto bastante comentado na Web foi a polêmica envolvendo a obra ‘Negrinha’ do escritor Monteiro Lobato, alvo de críticas por grupos defensores dos direitos dos negros por ser leitura obrigatória nas escolas e possuir conteúdo considerado racista por eles. O Ministério da Educação não aceitou nenhum pedido para retirar o livro das escolas, mas analisou a possibilidade de incluir notas de esclarecimento sobre os trechos considerados racistas, para que sejam discutidos em sala de aula²⁶. No Facebook, a seguinte imagem foi compartilhada por vários usuários e gerou diálogos como o que se segue abaixo:



A: Absurdo, brasileiro já não le, e agora ainda querem censurar livros!

B: Maldita ditadura do politicamente correto, Monteiro Lobato foi um grande homem e um grande escritor, não podemos deixar que censurem sua obra! As pessoas têm que entender que no passado era assim, era outro contexto.

C: affff só quem é negro entende o q é ser chamado de macaco de carvão e subraça pq era “normal na época”. não q tenha q censurar, mas parem de endeusar o cara pfv

²⁶ Notícia retirada de: <http://g1.globo.com/educacao/noticia/2012/09/mais-uma-obra-de-monteiro-lobato-e-questionada-por-suposto-racismo.html> - Acesso em 15/11/2012.

D: Gente, alguém aqui lê alguma coisa q não seja no face? NINGUÉM FALOU EM CENSURAR O LIVRO! Só querem incluir um esclarecimento, vejam aqui e entendam o caso antes de sair comentando e compartilhando qqr coisa: (link)

<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/10/cne-quer-que-monteiro-lobato-com-trechos-racistas-tenha-nova-edicao.html>

E: Que horror, censurar literatura, que país é esse, hein????

F: Nao se pode nem mais usar a palavra negro que jah querem censurar, maldito politicamente correto

G: Melhorar a educação ninguém quer né, só afundam com projetos idiotas como esse.

Esse diálogo apresenta uma característica observada na comunicação na Web, bastante corriqueira, especialmente quando o diálogo ocorre entre desconhecidos que estão comentando algum *post* de página do Facebook (e não no perfil de algum usuário), ou comentando em sites de notícias. Porém, antes de explicar tal característica, iremos demonstrar o processo inferencial. Primeiramente, para inferir a intenção e quem publicou essa imagem, é necessário recuperar a ideia de “massacre cultural” ao qual o texto da imagem se refere, que seria a possível censura de algumas obras de Lobato por serem consideradas racistas. No entanto, não há *link* para a notícia, apenas a imagem e o enunciado, então assume-se que todos os participantes estejam acompanhando o fato e compartilhem essa significação. O que se observa nos comentários, além da discussão entre usuários que defendem que mesmo que a obra seja racista, não deve ser censurada e os que defendem que o teor racista da obra deve ser discutido, é que os comentários parecem desconectados entre si. Essa hipótese se confirma quando *D*, inferindo que *A*, *B* e *C* não estão atualizados quanto a situação, posta seu comentário, no qual adiciona um *link* para corroborar seu argumento de que não se trata de censurar os livros, mas sim de incluir notas explicativas sobre racismo. A veemência de *D* fica bem clara com o uso de caixa alta, recurso utilizado na linguagem da Web quando pretende-se enfatizar algo, ou até mesmo demonstrar que está irritado, dando a impressão de que está ‘gritando’. Os comentários que se seguem de *D* confirmam a hipótese de que os usuários nem sempre leem os comentários já publicados antes de postarem o seu; pode-se supor que os internautas têm necessidade de expor suas opiniões mas nem sempre levam em consideração a opinião dos outros. Esse tipo de comportamento observado nos diálogos na Web chamaremos de *egocentrismo dialógico*. Podemos supor que uma implicação para o processo inferencial seria a de que, no caso do exemplo anteriores, os usuários fizessem inferências apenas sobre o *post*, e não sobre os comentários, o que implica

que não fizeram inferências sobre a totalidade do diálogo. Um diálogo nesses moldes da Internet é construído com cada comentário postado, logo, ao ignorar os comentários, o interlocutor corre o risco de fazer um comentário inadequado, ou irrelevante, como foi o caso de *E*, *F* e *G*, que continuaram o tópico da censura, que já havia sido encerrado por *D*. De acordo com a Teoria da Relevância, pode-se pensar que *D* quis tornar mutuamente manifesta a suposição de que não se trata exatamente de censura. No entanto, seu comentário aparentemente não foi relevante para os outros usuários, que pareciam mais interessados em manifestar suas opiniões do que apreender o significado dos outros interlocutores.

O último tema polêmico utilizado para ilustrar o processo inferencial da linguagem politicamente incorreta na Web é a homofobia, ou seja, a discriminação contra homossexuais. O assunto surge com frequência na Internet devido a questões dos direitos dos homossexuais, como casamento gay, por exemplo. Assim como os temas abordados até agora, o racismo e o machismo, os debates parecem divergir sempre quanto ao que pode ou não ser considerado racista, machista ou homofóbico. Novamente, os interlocutores parecem não inferir declarações polêmicas do mesmo modo, possivelmente por não compartilharem o mesmo contexto sobre o tema. Para ilustrar o problema da homofobia, apresentamos o seguinte exemplo, seguido dos comentários que formam o diálogo:

Contexto: Em uma entrevista escrita concedida a um site de notícias²⁷, um candidato a vereador pelo PC do B (Partido Comunista do Brasil) e membro da Igreja Evangélica (um órgão reconhecidamente conservador, especialmente no que diz respeito a sexo), produziu o seguinte enunciado aparentemente contraditório (o final foi sublinhado, pois os comentários abaixo se seguem especificamente deste trecho):

“Pergunta: Como se defende os princípios cristãos em uma Câmara de Vereadores?”

Resposta: Quem obedece Jesus costuma ser bom pai, bom filho, valoriza a família. Algumas pessoas denigrem a imagem dos evangélicos, dizendo, por exemplo, que somos contra os homossexuais. Não somos contra os homossexuais. Somos contra o ato do homossexualismo.”

A: Como assim, não é contra gay mas é contra homossexualismo? Cara doido haha

B: Ele quis dizer q não é contra as pessoas que são gays, mas mesmo assim não faz sentido o q ele disse, continua sendo um babaca homofóbico

²⁷ Notícia retirada de: <http://wp.clicrbs.com.br/palanqueeletronico/2012/09/19/nao-somos-contra-homossexuais-mas-contra-o-ato-do-homossexualismo-diz-candidato-a-vereador-gauchinho-de-deus/?topo=13,1,1,,13> - Acesso em 20/09/2012.

C: Querido, já não se diz mais homossexualismo faz tempo tá, é homossexualidade pq ninguém fica doente de “homossexualismo”

D: O gayzismo está acabando com nossos valores familiares. Vivemos em uma ditadura gay. Não se pode mais nem dar opinião que já te acusam de homofobia. Meus parabéns pela coragem, candidato, pois não podemos deixar o politicamente correto ceifar nossa liberdade de expressão!

B: @D, por liberdade de expressão tu quer dizer liberdade de expressar ódio e preconceito, né?

A declaração do candidato foi polêmica por dois motivos: primeiramente por causa do conteúdo ao afirmar ser contra o homossexualismo, e também pela aparente contradição em se dizer contra o homossexualismo, mas não contra homossexuais. Essa contradição foi inferida por *A*, que concluiu que o candidato é ‘doido’. Já *B* faz a inferência de que o candidato não é contra as pessoas gays, mas sim contra o homossexualismo, o que *B* também considera contraditório e conclui que o candidato é ‘um babaca homofóbico’, provavelmente porque *B* acredita que quem é contra homossexualismo é necessariamente homofóbico, mesmo que não seja contra gays. Já *C* aponta uma questão de escolha lexical que reflete um debate atual sobre o assunto ao ‘corrigir’ o candidato quanto ao uso do termo ‘homossexualismo’, que está sendo substituído por ‘homossexualidade’ ou até mesmo ‘homoafetividade’²⁸. Para os que defendem a mudança, o sufixo ‘-ismo’ denota patologia, além de não haver um correspondente ‘heterossexualismo’. Com esse conhecimento enciclopédico, *C* deve ter feito uma dessas duas possíveis inferências: a de que o candidato não está atualizado em relação ao que o movimento gay defende, ou a inferência de que o candidato utiliza a palavra homossexualismo por acreditar que não seja algo ‘normal’. Já *D* implica com seu comentário que é contra o homossexualismo, e sua intenção comunicativa é reconhecida por *B*. Ao usar o termo ‘gayzismo’, bastante utilizado grupos conservadores assumidamente homofóbicos (também usam os termos como ‘homofascismo’, ‘homossexualistas’²⁹) para implicar que os direitos dos gays representam uma espécie de ameaça à sociedade (o sufixo ‘-zismo’, assim como no termo ‘feminazismo’, funciona como uma alusão ao termo ‘nazismo’), *D* evidencia seu posicionamento compatível com o enunciado do candidato, além de se posicionar claramente contra os princípios do

²⁸ Retirado de: <http://veja.abril.com.br/blog/sobre-palavras/consultorio/homossexualismo-ou-homossexualidade/> - Acesso em 01/10/2102. O debate também pode ser encontrado em vários outros sites.

²⁹ Retirado de: <http://espectivas.wordpress.com/category/gayzismo/> - Acesso em 01/10/2012.

politicamente correto. *B* infere que a ‘liberdade de expressão’ que *D* defende na verdade significaria ‘liberdade de ofender’, o que pode ser chamado de ‘discurso de ódio’.

Outro exemplo polêmico é a questão do casamento gay, assunto que divide opiniões na Internet. No Facebook, um usuário fez o seguinte *post*, seguido de comentários:

Usuário A

Post: “Casamento: homem + mulher = filhos”

7 people like this.

Comentários:

B: 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2011. Se os gays são 10% da população, são 19 milhões, é 0,00137 – NÃO EXISTE HOMOFOBIA NO BRASIL!!!

A: Não existe mesmo, querem implantar uma ditadura gay, isso sim!

B: Contra a PL122 e sim a família! Os normais são a maioria!

C: Quer dizer q pra ser homofóbico tem q matar muito mais?

D: @C olha que viagem, o cara fala q não existe homofobia mas no comentário dele tem homofobia huahuaha

B: Pessoas morrem todos os dias, agora pq que com os gays tem q ser diferente, eles tem q ter privilégio pra q?

C: Sim, B diz q não existe homofobia, que OS NORMAIS são maioria, olha....

C: Ô @B, quer dizer então q homofobia só se concretiza com assassinato? Desrespeito, agressão verbal e física não contam?

A: Não dá pra ficar discutindo com os defensores da ditadura gay, eles já estão doutrinados por essa cultura de vitimização e não conseguem enxergar o perigo q ela representa, não dá mais nem pra falar nada, cade a liberdade de expressão?

O tópico deste diálogo é novamente a homofobia, o que fica claro com a menção do casamento gay e da PL 122, projeto de lei que pretende criminalizar a homofobia. Do *post* de A, é possível fazer a seguinte inferência: ‘*A acredita que o casamento só pode ocorrer entre um homem e uma mulher para gerar filhos, logo A é contra o casamento de pessoas do mesmo sexo*’. Pode-se dizer que essa inferência foi feita por todos os interlocutores. No entanto, fica evidente que a maneira como eles se posicionam é diferente. Apesar de compartilharem os mesmos conhecimentos enciclopédicos (existe um projeto de lei que luta pelos direitos dos homossexuais), A e B não compartilham com C e D o mesmo contexto para homofobia. B causa uma implicatura generalizada no enunciado ‘os normais são a maioria’, que é recuperada por C, que infere que ‘*para B, heterossexuais são normais, logo homossexuais não o são*’. Essa implicatura também poderia ser classificada, de acordo com as

inferências multiformes de Costa, como *lexical*, pois ao utilizar a palavra ‘*normal*’, o falante implica que existe algo normal, que é ser heterossexual, e se isso é normal, seu oposto (homossexual) não é normal. Para *C* e *D*, isso é homofobia, e o debate segue com argumentos direcionados, como é o caso de *C*, que inferiu do enunciado de *B* que ‘*se 260 homossexuais mortos em um ano não configura homofobia, seria necessário que mais morressem*’, fazendo o questionamento para *B*, que por sua vez implica que uma lei contra homofobia seria uma espécie de ‘privilegio’. No final, *A*, autor do *post*, retorna ao diálogo, implicando que ‘*a liberdade de expressão é ameaçada pelo politicamente correto (“cultura da vitimização”), pois não se pode mais posicionar-se contra grupos minoritários*’. Novamente, diferentes visões de mundo afetam a interpretação de enunciados, levando a discussões e debates divergentes quando o assunto é polêmico.

Como foi brevemente ilustrado acima com os exemplos, há um debate sobre liberdade de expressão e politicamente correto na Internet. Afinal, as pessoas podem expressar-se livremente, ou deve haver algum tipo de regulação quanto ao que postam na Web? Para Berners-Lee (2010), a Web deveria funcionar como uma folha em branco, na qual os usuários devem ser livres para preencherem da maneira que acharem melhor, sem que haja nenhum controle sobre esse conteúdo. Por outro lado, o preconceito na Web é um assunto cada vez mais discutido nessa esfera, inclusive com o surgimento de termos como ‘*cyberbullying*’, que denota preconceito e deboche via Internet. Os exemplos utilizados no início deste subcapítulo ilustram a repercussão de enunciados preconceituosos, que acaba sendo, na maioria das vezes bastante negativa, como foi o caso da estudante de Direito que ofendeu nordestinos. A liberdade de expressão parece ser um problema do politicamente correto, que envolve regulação da linguagem para que não haja ofensas e preconceitos na linguagem. No entanto, como foi ilustrado com os exemplos, essa é uma questão delicada, pois o que é racismo, machismo ou homofobia para alguns, pode não ser interpretado da mesma maneira por outros. Acreditamos que o problema, além de estar explicitamente na linguagem utilizada (quando se usa termos pejorativos, por exemplo), está no contexto que os falantes possuem sobre o assunto. Por vezes, esse preconceito é identificado através de um processo inferencial mais complexo. Chamar um homossexual de ‘viado’ é algo rapidamente identificado como homofobia para a maioria, mas dizer que ‘*vivemos em uma ditadura gay, eles só querem privilégios*’ exigiria um esforço de processamento maior, além de conhecer o contexto de uso do termo ‘ditadura gay’ para que se possa interpretar esse enunciado como preconceituoso.

Nos exemplos analisado aqui, podemos observar a existência de termos pejorativos que não são tão evidentes como os apresentados anteriormente, propostos por Horsnby (2001)

e Tirrell (1999). Identificamos os termos ‘gayzismo’ e ‘feminazismo’ como sendo pejorativos, devido ao sufixo ‘-zismo’, que remete ao ‘nazismo’. Além do que, a intenção de quem usa tais termos é justamente essa: ‘*acreditamos que movimentos dos direitos dos gays ou das mulheres são uma espécie de opressão, de ditadura*’. Outra observação relevante quanto aos diálogos na Web é a de que eles não seguem as etapas de diálogo propostas por Walton (1989) e Costa (2011), ou seja, não há uma abertura e um encerramento evidentes como em tais teorias. Poderíamos propor que o diálogo virtual, como foi ilustrado neste trabalho, inicia com um *post*, que seria a abertura do diálogo, e se desenvolve nos comentários. Porém, esses diálogos não possuem um encerramento formal, pois ficam em aberto para que outros usuários comentem, o que pode acontecer muito depois do diálogo já ter iniciado. Além disso, interlocutores podem abandonar o diálogo, e até mesmo acompanhar os comentários e optar por não participar mais, uma vez que o diálogo nem sempre acontece em tempo real. Por exemplo, se alguém posta algo em seu perfil, pode começar a receber comentários logo em seguida, ou horas depois, pois as respostas nem sempre são imediatas. Outro ponto observado foi que, em alguns casos, interlocutores participam do diálogo sem ler as outras respostas; sua intenção seria a de apenas responder ao *post*, ignorando tudo o que já foi comentado sobre ele.

Acreditamos que essas peculiaridades do politicamente incorreto e do diálogo na Internet influenciem na maneira como os interlocutores fazem inferências. Em alguns casos, os interlocutores fazem inferências apenas sobre o conteúdo postado, ou fazem apenas sobre alguns comentários selecionados, ou podem inferir sobre o diálogo como um todo. Seguindo a Teoria da Relevância, podemos pensar que os internautas selecionam o que é relevante para si, pois muitas vezes os comentários são repetidos em conteúdo, ou seja, não acrescentam muito ao diálogo que está em andamento, e podem até não serem percebidos pelos internautas. O fato de haver múltiplos interlocutores (cujas identidades não são conhecidas em alguns casos) deve dificultar o custo do processamento inferencial, pois às vezes é necessário saber com quem estamos interagindo. Podemos pensar, também, que tais diálogos não são obrigatórios, ou seja, o internauta opta por comentar um *post* porque tem vontade de expressar sua opinião sobre o assunto, caso contrário apenas leria o *post* e não faria nenhum comentário. No caso dos assuntos polêmicos, observamos que as opiniões são divergentes, pois derivam de diferentes valores e crenças sobre os tópicos, tornando o diálogo sobre temas politicamente incorretos complexo e repleto de inferências.

Neste último capítulo, apresentamos o diálogo na Web e seu processo inferencial em linguagem considerada politicamente incorreta. Antes de mais nada, descrevemos algumas

teorias sobre o diálogo, tais como as propostas de Bohm (1996), Mariotti (2004), Walton (1989) e Costa (2011). Bohm e Mariotti defendem que diálogo e discussão são trocas comunicativas de naturezas diferentes, e que diálogo apresenta convergência de ideias e compartilhamento de significações. Por outro lado, Walton classifica as discussões e debates como tipos de diálogo, e apresenta uma tipologia, regras e etapas do diálogo. Costa, que formulou o Princípio da Conectividade não-trivial, que seria uma tendência natural para a comunicação, também propõe uma tipologia para o diálogo, diferente da de Walton, bem como etapas seguidas pelos interlocutores. No subcapítulo seguinte, introduzimos o diálogo na Internet, apresentando ideias de autores como Crystal (2011), que defende a investigação de uma nova e incipiente área da Linguística chamada de *Internet Linguistics*. Além disso, apresentamos algumas características da comunicação virtual, e diferentes ambientes no qual ela ocorre, tais como redes sociais, sites e *blogs*. Argumentamos que, quando assuntos discutidos na Web são polêmicos, há divergência de opiniões e internautas, por vezes, produzem linguagem considerada politicamente incorreta. Portanto, na continuidade do capítulo, foi apresentada esse tipo de linguagem, bem como conceitos de politicamente correto e diferentes visões teóricas sobre o tópico.

Ao final do capítulo, ilustramos as inferências que ocorrem em diálogos na Internet sobre assuntos polêmicos, que foram retirados do Facebook e de comentários em sites e *blogs*, e analisamos as inferências na linguagem politicamente incorreta. Foi possível concluir que as inferências feitas pelos internautas divergem em relação ao conteúdo postado, e que isso possivelmente decorre do fato de que as pessoas não compartilham o mesmo ambiente cognitivo sobre temas polêmicos como racismo, machismo e homofobia. Além disso, foi possível observar que esses diálogos virtuais apresentam características diferentes dos diálogos naturais. Um exemplo é que esses diálogos parecem estar em aberto, e nem sempre apresentam fim como nas etapas descritas por Walton (1989) e Costa (2011), uma vez que novos comentários surgem a qualquer hora, e não há um encerramento típico como nos diálogos naturais. Outra peculiaridade observada foi a questão dos usuários postarem seus comentários sem lerem os dos outros, o que chamamos de *egocentrismo dialógico*, o que demonstra que os usuários não fazem inferências dos outros comentários, apenas sobre o *post*. Por fim, foi possível concluir que o processo inferencial em diálogos virtuais apresenta complexidades diferentes dos diálogos naturais, e quanto ao politicamente incorreto, visões de mundo divergentes interferem no modo como interlocutores compreendem assuntos polêmicos, dessa maneira suas inferências levam para conclusões diferentes, o que explicaria

porque tais assuntos são tão polêmicos e cheios de divergências. Após essas considerações finais sobre o capítulo, partimos agora para a conclusão o trabalho.

CONCLUSÃO

Este trabalho procurou investigar o processo inferencial de diálogos virtuais que contem elementos de linguagem politicamente incorreta. Para tanto, foi proposta uma abordagem de interfaces, descrita e discutida no primeiro capítulo. A motivação teórica deste capítulo foi a hipótese de que o processo inferencial é um objeto complexo, e se investigado em interfaces, poderia ser melhor compreendido. Para tanto, no primeiro capítulo apresentamos a Metateoria das Interfaces de Costa (2007), e descrevemos os conceitos de interfaces internas e externas. Uma vez que privilegiamos as inferências em linguagem natural, construímos a interface externa com as áreas Cognitivas e Sociais, e uma interface interna entre a Semântica e a Pragmática, ancorada em autores como Levinson (1983) e Carston (1998). A interface interna se justifica uma vez que as inferências podem depender de acarretamentos semânticos causados por itens lexicais, ao passo que também é necessário que o falante considere o contexto em que o enunciado ocorre, as intenções dos interlocutores e o que eles pretendem implicar.

Com essa metodologia explicitada, no segundo capítulo partimos para uma fundamentação teórica baseada em teorias inferencialistas. Iniciamos descrevendo a Teoria das Implicaturas de Grice (1975), descrevendo e ilustrando o Princípio Cooperativo e suas máximas, que quando violadas pelos falantes, geram implicaturas conversacionais. No entanto, reconhecendo que sua teoria, apesar da indiscutível importância, não desenvolveu de maneira completa alguns de seus conceitos, o que foi feito posteriormente por outros teóricos como Levinson (2000), que abordamos em seguida. Procuramos descrever seu modelo teórico, que aprofundou o estudo das implicaturas conversacionais generalizadas, pouco exploradas por Grice, bem como explicitamos o insight que o teórico teve em relação a um terceiro nível de significação. Outra falha encontrada na teoria de Grice foi a máxima de relação, que foi melhor desenvolvida posteriormente por Costa (1984/2008) e Sperber & Wilson (1996), que compreendem que a noção de relevância guia a comunicação. Apresentamos suas teorias, destacando a reformulação do Princípio Cooperativo e a tipologia das inferências em multiformes, feitas por Costa (2008), e em Sperber & Wilson (1996), descrevemos sua Teoria da Relevância, que oferece um modelo mais cognitivo para o estudo das inferências, considerando-a como um processo mental, não externo à comunicação, guiado pela relevância, uma propriedade cognitiva que procura um equilíbrio entre esforço de processamento e benefícios cognitivos.

No último capítulo, apresentamos o diálogo, que assumimos como trocas comunicativas repletas de inferências, sendo, portanto, um lugar relevante para a investigação do processo inferencial. Mostramos abordagens distintas para o fenômeno, como é o caso de Bohm (1996), que defende uma visão de que o diálogo é uma troca de significações entre os falantes, compartilhada por eles, levando à uma convergência de ideias. Quando isso não ocorre, para o autor, não há exatamente o que ele compreende por diálogo, mas sim discussões, hipótese corroborada também por Mariotti (2004). Dessa forma, contrastamos essa visão com a de Walton (1989), que defende que os debates e discussões configuram como tipos de diálogo. O autor apresenta uma tipologia para o diálogo, bem como regras que orientam essas trocas comunicativas. Apresentamos a visão de Costa (2011), que assume a existência de uma tendência natural ao diálogo, apresentando também sua tipologia e etapas presentes nos diálogos. Abordamos, em seguida, a comunicação na Web 2.0, e procuramos mostrar algumas de suas peculiaridades, dentre elas a dinamicidade, interatividade, ampla gama de informação, e possibilidade de preservação da identidade, o que acreditamos influenciar na linguagem utilizada. Outro fator observado foi que, em diálogos com temas polêmicos, os diálogos não eram convergentes, e usuários discordavam usando uma linguagem que chamamos de politicamente incorreta. Isso foi observado em diálogos que envolviam assuntos como racismo, machismo e homofobia, portanto apresentamos noções de politicamente correto para então introduzir a linguagem politicamente incorreta. No final, ilustramos o processo inferencial desses diálogos com exemplos retirados de redes sociais, como o Facebook e Twitter, e de comentários em sites e *blogs*, aplicando as teorias descritas nos capítulos e subcapítulos anteriores.

A nossa primeira hipótese foi a de que o processo inferencial é um objeto complexo, e nos questionamos se uma abordagem de interfaces seria capaz de ajudar a compreendê-lo melhor. Essa hipótese pôde ser corroborada, inicialmente, na discussão teórica feita no capítulo 1, especialmente na parte dedicada à investigação das inferências nas interfaces, onde foi demonstrada a potencialidade de tal abordagem. No entanto, foi nos subcapítulos 3.4 e 3.5 que essa potencialidade pôde ser comprovada, pois demonstramos que o processo inferencial é um objeto complexo, que envolve fatores linguísticos e também extralinguísticos de ordem cognitiva e social. Em alguns exemplos do item 3.4, somente uma abordagem, a de Grice, por exemplo, não teria sido capaz de lidar com toda a complexidade das inferências presentes nos diálogos utilizados como exemplos para ilustração. Foi necessário, além da interface externa de perspectivas Cognitiva e Social e a interface interna entre Semântica e Pragmática, incluir teorias sobre o diálogo, uma vez que os diálogos estão repletos de intenções e inferências de

todos os tipos. Dessa maneira, foi possível provar que a abordagem em interfaces torna o objeto mais rico e relevante, sendo mais apta para lidar com sua complexidade do que uma abordagem unicamente disciplinar.

Já a segunda hipótese, de que as teorias inferencialistas de Grice e as teorias neogriceanas descreveriam inferências que ocorrem em diálogos naturais, e que talvez não fossem válidas para a investigação de diálogo em ambientes virtuais, foi parcialmente comprovada. Muitos das inferências observadas em diálogos da Web sobre temas polêmicos puderam ser encaixadas nas teorias inferenciais citadas neste trabalho. No entanto, foi possível observar que o diálogo na Web apresenta particularidades não descritas por teóricos inferencialistas, como é o caso do diálogo em aberto, podendo ser preenchido a qualquer hora e por qualquer interlocutor; usuários com identidades falsas, o que dificulta o compartilhamento de contexto; e o egocentrismo dialógico, no qual usuários apenas postam seus comentários sem terem lido os anteriores. Dos exemplos utilizados pelos teóricos estudados neste trabalho, nenhum apresentava características como as observadas; suas teorias foram construídas com exemplos mais simples e com diálogos mais lineares. Foi possível observar que fenômenos descritos por esses teóricos estão presentes nos diálogos utilizados, no entanto, acreditamos que tais diálogos, por não terem sido descritos por teorias inferencialistas, precisam de um tratamento teórico mais especializado para sistematizar suas particularidades.

A terceira e última hipótese deste trabalho foi a de que as inferências que ocorrem na linguagem politicamente incorreta dependem de suposições sobre mundo que são diferentes entre os falantes, e nos questionamos como tais processos ocorreriam e porque esses enunciados são considerados politicamente incorretos. Essa hipótese foi corroborada, pois como sugerimos no início do trabalho, inferências não compatíveis podem ser derivadas de suposições sobre o mundo que divergem. Nos exemplos ilustrativos do subcapítulo, demonstramos que pessoas inferem de maneira diferente baseadas em suas crenças e experiências sobre o mundo, o que reflete na maneira que interpretam e produzem linguagem. O que é politicamente incorreto para alguns, para outros pode ser visto como ‘brincadeira’ ou ‘nada de mais’, e acreditamos que isso ocorre devido às diferentes significações que possuímos sobre a linguagem, que reflete a nossa visão de mundo. Por exemplo, uma pessoa branca pode não compreender o racismo por nunca tê-lo experimentado; um homem pode achar graça de uma piada sobre estupro por não ser uma vítima em potencial; um homossexual pode acreditar que conceder direitos aos homossexuais pode acabar com os seus, entre outros casos.

Como foi discutido neste trabalho, o processo inferencial é um objeto complexo. No entanto, podemos concluir que a linguagem politicamente incorreta também é complexa, uma vez que envolve questões relacionadas à Semântica e à Pragmática, bem como a Retórica com o debate forma e conteúdo; o debate da linguagem como sendo independente do mundo e relacionando-se, ou não, com as atitudes dos falantes, além de questões de ordem política. Além disso, como foi discutido acima, a linguagem na Web 2.0 também apresenta alta complexidade, necessitando de uma abordagem teórica mais especializada. Dessa forma, podemos concluir que o objeto teórico desta pesquisa, o processo inferencial em diálogos virtuais envolvendo linguagem politicamente incorreta, é bastante complexo, e por não ter sido exaustivamente investigado neste trabalho, apresenta perspectivas para futuras pesquisas. As inferências estão presentes em todas as atividades interativas, e uma vez que a comunicação nos dias de hoje está ocorrendo cada vez mais no meio virtual, há muito o que ser desvendado quanto à Semântica e a Pragmática desta área, como definiu Crystal (2011), o campo da *Internet Linguistics* ainda carece de mais trabalhos teóricos. Em um mundo cada vez mais globalizado, com a comunicação digital e também com a diversidade social, étnica e sexual, a linguagem que expressa tais relações merece investigação, uma vez que há poucos trabalhos sobre a linguagem do politicamente (in)correto analisados sob o prisma da Pragmática inferencial, o que aponta para uma necessidade de pesquisas acadêmicas mais aprofundadas sobre esses objetos teóricos, tão complexos e ainda pouco explorados.

REFERÊNCIAS

- AUSTIN, J. L. *How to do Things with Words*. Cambridge (USA): Harvard University Press, 1962. 168 p.
- BACH, K. *The Myth of Conventional Implicature*. In: **Linguistics and Philosophy**, 1999, n. 22, v. 4, p. 327-366.
- _____. 2004, *Pragmatics and the Philosophy of Language*. Disponível em: <https://www.msu.edu/course/lin/837/Bachprag%26phil.pdf> – Acesso em 15/05/2012.
- BERNERS-LEE, T. *Long Live to the Web: A Call for Continued Open Standards and Neutrality*. In: *Scientific American*, 2010. Disponível em: <http://www.scientificamerican.com/article.cfm?id=long-live-the-web> – Acesso em 27/10/2012.
- BOHM, David. *On dialogue*. London: Routledge, 1996.
- BROWN, P.; LEVINSON, S.C. *Politeness: Some Universals in Language Usage*. Cambridge (UK): Cambridge University press, 1987.
- BÜHLER, K. *Teoria del language*. Madrid: 1950, pp. 40-45.
- CAMERON, D. *Verbal Hygiene: The Politics of Language*. London: Routledge, 1995.
- CARSTON, R. *The Semantics/Pragmatics distinction: A view from Relevance Theory*. In: **UCL Working Papers in Linguistics**, 1998, 10, p. 53-80
- COSTA, J.C. *A Relevância da Pragmática na Pragmática da Relevância*. Porto Alegre: Edipucrs, 2008 (Dissertação de mestrado defendida em 1984).
- _____. *A estrutura inferencial da comunicação dialógica*. 2004. Disponível em: http://www.jcamposc.com.br/projetos_e_pesquisas/a_estrutura_inferencial_da_comunicacao_dialogica.pdf - Acesso em 21/04/2012.
- _____. *O Texto Jurídico*. 2009. Disponível em: http://www.jcamposc.com.br/textos_disciplinas/sobre_o_discurso_juridico_politico.pdf - Acesso em 12/06/2012.
- _____. **Ciências da Linguagem: Comunicação, Cognição e Computação – Relações Inter-Intradisciplinares**. In: AUDY, J.L.N.; MOROSINI, M.C. (Orgs.) *Inovação e Interdisciplinaridade na Universidade*. Porto Alegre: Edipucrs, 2007, p. 361-386.
- _____. **Inferências Linguísticas nas Interfaces**. In: COSTA, J.C., VANIN, A.A. *Inferências Linguísticas nas Interfaces*. Porto Alegre: Edipucrs, 2009, p. 7-10.

- CHOMSKY, N. *Knowledge of Language: its nature, origins and use*. New York: Praeger, 1986.
- DOWTY, D. R. *On the Semantic Content of the Notion of Thematic Role*. In: Chierchia, Partee e Turner (eds.). 1989, p. 69-129.
- ETGES, N. J. **Ciência, interdisciplinaridade e educação**. In: JANTSCH, A. P. & BIANCHETTI, L. (orgs.) *Interdisciplinaridade para além da filosofia do sujeito*. Petrópolis: Vozes, p.51-84, 1995.
- FREGE, G. *Lógica e filosofia da linguagem*. São Paulo: Cultrix, 1978.
- GAZDAR, G. *Pragmatics: Implicature, presupposition, and logical form*. New York: Academic, 1979.
- GIERE, R.N. *Scientific Perspectivism*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- GRICE, H.P. *Meaning*. In: **The Philosophical Review**, Vol. 66, Nº. 3. July, 1957, p. 377-388.
- _____. *Logic & Conversation*. In: COLE et. al. **Syntax and Semantics 3: Speech acts**. London: Elsevier, 1975, p. 44-58.
- GUIMARÃES, H.S.; LESSA, A.C. *Figuras de Linguagem*. Editora Atual, 1998.
- GUSDORF, G. *Conhecimento Interdisciplinar*. In: Pombo, O.; GUIMARÃES, H. M. e LEVY, T. (Org): **Interdisciplinaridade. Antologia**. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 37-58. (Publicado originalmente em Enciclopédia Universalis, 1986, v. 8, p. 1086-1090)
- HORN, L. *On the semantic properties of the logical operators in English*. Bloomington: Indiana University Linguistics Club, 1972.
- _____. Current Issues in neo-Gricean Pragmatics. In: *Intercultural Pragmatics*, v. 2. nº2, 2005, p. 191-204.
- HORNSBY, J. **Meaning and Uselessness: How to think about derogatory words**. In: FRENCH, P. & WETTSTEIN, H (ed.). *Midwest studies in Philosophy*. Blackwell Publishing, 2001, vol. 25, p. 128-141.
- JAKOBSON, R. *Linguística e comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- JAPIASSU, H. *Interdisciplinaridade e Patologia do Saber*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- KEMPSON, R. M. **Grammar and Conversational Principles**. In: NEWMAYER, F. (ed.). *Linguistics: The Cambridge Survey, Vol. II*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988, pp. 139-163.
- LAKOFF, R.T. *The Language War*. Berkeley: University of California Press, 2000.
- LEVINSON, S. C. *Pragmatics*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1983.

_____. **Three Levels of Meaning**, In: PALMER, F. R. (ed.), *Grammar and Meaning. Essays in Honour of Sir John Lyons*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995, p. 90–115.

_____. *Presumptive meanings: the theory of generalized conversational implicature*. Cambridge (MA): MIT Press, 2000.

MARIOTTI, Humberto. **Diálogo: Um Método de Reflexão Conjunta e Observação Compartilhada da**

Experiência. 2004 Disponível em: http://www.ellerni.org/dialogo/dialogo_Mariotti.pdf - Acesso em 28/10/2012.

MCLUHAN, M. *The Medium is the Massage: An Inventory of Effects*. New York: Bantam Books, 1967.

MONTAGUE, R. Disponível em:

http://semanticsarchive.net/Archive/DA2YjY0M/Richard_Montague_bio_Partee_05.pdf - Acesso em 25/03/2012

MORRIS, C. **Foundations of the theory of signs**. In: Neurath, O., Carnap, R. and Morris, C. (ed.). *International Encyclopaedia of Unified Science I*. Chicago: University of Chicago Press, 1938, p. 77–138. Reprinted in C. Morris 1971, *Writings on the general theory of signs*, The Hague: Mouton.

POEPPPEL, D. *Interdisciplinary cross-fertilization or cross-sterilization? Challenges at the interface of research on brain and language*. Versão de texto “Vergebene Liebesmüh? Zur interdisziplinären Erforschung von Sprache und Gehirn” apresentado no Wissenschaftskolleg, Março, 2004. (Conferência). Disponível em: http://129.2.53.113/~poeppep/dp_papers/WIKO_lecture_04.pdf - Acesso em 26/04/2012.

POSSENTI, S. A linguagem politicamente correta e a análise do discurso. *Revista de Estudos da Linguagem*, 1995, Ano.4. Nº 3. Vol. 2. Pp. 123-140.

POTTS, C. *Into the Conventional-Implicature Dimension*. 2006. Disponível em: <http://www.semanticsarchive.net/Archive/TlmMmM5Y/potts-conventional-implicature-compass.pdf> - Acesso em 04/04/2012.

QUINE, W.V.O. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/quine/> - Acesso em 23/03/2012.

RADCLIFFE-BROWN, A.R. *On Social Structure*. In: **The Journal of the Royal Anthropological Institute of Great Britain and Ireland**, Vol. 70, Nº 1, 1940.

RAJAGOPALAN, K. **Sobre o porquê de tanto ódio contra a linguagem “politicamente correta”**. In: SILVA, F.L.L.; MOURA, H.M.M. *O direiro à fala: A questão do preconceito linguístico*. Florianópolis: Ed. Insular, 2000.

RUSSELL, B. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/russell/> - Acesso em 10/05/2012.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2º. Ed, 1995.

SEARLE, J.R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1969.

_____. *Intentionality: An essay in the philosophy of mind*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, vol. 9, 1983.

SELLARS, W. *Presupposing*. In: **Philosophical Review**. V. 63 19541, p. 97–215.

SOARES, L.E. **Politicamente correto: o processo civilizador segue seu curso**. In: Margutti Pinto, et. alii (Orgs.). *Filosofia Analítica, Pragmatismo, e Ciência*. Belo Horizonte: editora da UFMG, 1998, p. 217-238.

SPERBER, D; WILSON, D. On Verbal Irony. 1982. Disponível em: <http://www.ucl.ac.uk/lis/studypacks/Wilson-Onverbalirony.pdf> - Acesso em 29/05/2012.

_____. *Relevance: Communication and Cognition*. Cambridge (UK): Blackwell, 2ª ed, 1996.

STRAWSON, P. F. *On Referring*. London: Methuen, 1950.

TIRRELL, L. **Derogatory Terms**. In: HENDRICKS, C. & OLIVER, K (eds.). *Language and Liberation: Feminism, Philosophy, and Language*. Albany: Suny Press, 1999.

TRAVIS, C. *Pragmatics*. In: HALE, B.; WRIGHT, C. (Org.) **A Companion to the Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell, 1997, p.87-107.

WALTON, D. N. *Informal Logic: A Handbook for Critical Argumentation*. Cambridge (UK): Cambridge University Press, 1989.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações filosóficas*. São Paulo: Abril (Pensadores), 1975.

YULE, George. *Pragmatics*. Oxford: Oxford University Press, 1996. 138 p.